

Nordeste e Sertões: instituições, política, agentes e trabalhadores

Juciene Batista Félix Andrade
Paula Rejane Fernandes
Organizadoras



**NORDESTE E SERTÕES:
INSTITUIÇÕES, POLÍTICA, AGENTES E
TRABALHADORES**

Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade do(s) autor(es).

Esta publicação está licenciada sob [CC BY-NC-ND 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA
(Editor-Chefe)

Prof. Dr. Laecio Nobre de Macedo-UFMA

Prof. Dr. Aldrin Vianna de Santana-UNIFAP

Prof.^a. Dr.^a. Raquel Silvano Almeida-Unespar

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa-UFMA

Prof.^a. Dr.^a. Ilka Kassandra Pereira Belfort-Faculdade Laboro

Prof.^a. Dr. Renata Cristina Lopes Andrade-FURG

Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves-IFF

Prof. Dr. Clézio dos Santos-UFRRJ

Prof. Dr. Rodrigo Luiz Fabri-UFJF

Prof. Dr. Manoel dos Santos Costa-IEMA

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti-UFPE

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida-UFOPA

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos-UEL

Prof.^a Dr.^a. Maria de Fatima Vilhena da Silva-UFPA

Prof.^a Dr.^a. Dayse Marinho Martins-IEMA

Prof. Dr. Daniel Tarciso Martins Pereira-UFAM

Prof.^a Dr.^a. Elane da Silva Barbosa-UERN

Prof. Dr. Piter Anderson Severino de Jesus-Université Aix Marseille

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros científicos de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Juciene Batista Félix Andrade
Paula Rejane Fernandes
(Organizadoras)

NORDESTE E SERTÕES: INSTITUIÇÕES, POLÍTICA, AGENTES E TRABALHADORES

1ª Edição

Belém-PA
RFB Editora
2024

© 2024 Edição brasileira
by RFB Editora
© 2024 Texto
by Autor
Todos os direitos reservados

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

Editor-Chefe
Prof. Dr. Ednilson Ramalho
Diagramação
Worges Editoração
Revisão de texto e capa
Organizadoras

Bibliotecária
Janaina Karina Alves Trigo Ramos-CRB
8/9166
Produtor editorial
Nazareno Da Luz

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

A553n

Nordeste e Sertões: instituições, política, agentes e trabalhadores / Organizadoras:
Juciene Batista Félix Andrade, Paula Rejane Fernandes. – Belém: RFB, 2024.

Livro em PDF
108p.

ISBN 978-65-5889-759-0
DOI 10.46898/rfb.0217fe31-6dd2-4314-8eb0-f6c5be4b17b8

1. Região Nordeste. 2. Sertão nordestino. I. Andrade, Juciene Batista Félix. II.
Fernandes, Paula Rejane. III. Título.

CDD 918.13

Índice para catálogo sistemático

I. Região Nordeste

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
CAPÍTULO 1	
ESTRADAS DE FERRO, RETIRANTES E O SURGIMENTO DE UMA ENGENHARIA DAS SECAS (1877-1920)	8
Tyrone Apollo Pontes Cândido	
CAPÍTULO 2	
O SERTÃO SOB A ÉGIDE DO ESTADO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO (1909-1930)	26
Yuri Simonini	
CAPÍTULO 3	
A ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS IOCS/IFOCs NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX.....	45
Avohanne Isabelle Costa de Araújo	
CAPÍTULO 4	
“ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE”: O OLHAR DE JOSÉ GUIMARÃES DUQUE SOBRE A REGIÃO NORDESTE.....	60
Paula Rejane Fernandes	
CAPÍTULO 5	
DO PROJETO OITICICA AO PROJETO BAIXO AÇU: MOLDURA IDEOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES (1962-1983)	69
Francisco Leandro Duarte Pinheiro	
CAPÍTULO 6	
POLÍTICA, SECA, MIGRAÇÃO: A CURTA GESTÃO DO GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO NO RIO GRANDE DO NORTE (1951)	86
Jailma Maria de Lima	
ÍNDICE REMISSIVO.....	102
ORGANIZADORES.....	104
AUTORES.....	105

PREFÁCIO

Em novembro de 2019, fomos à sede do DNOCS, em Fortaleza - CE, com a finalidade de visitarmos sua Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha para realizarmos pesquisas em seu rico acervo composto por livros, mapas, relatórios, boletins do IFOCS, fotografias. Nossos interesses de pesquisa sobre história das secas, sertões, doenças, instituições, modernização, técnica, engenheiros e intelectuais nos conduziram a aquele espaço de pesquisa, por sua vez, nossas pesquisas nos conduziram a encontros com outros pesquisadores e outras pesquisadoras que investigam temáticas que dialogam com as nossas.

Como estamos falando em diálogo, é preciso dizer quais são os pontos de contato que o sustenta. Os pesquisadores e as pesquisadoras reunidos nesta obra tem objetos de pesquisa distintos, porém, há pontos que se tocam e se comunicam. O principal deles é a investigação a respeito da atuação do IOCS/IFOCS/DNOCS e de alguns de seus engenheiros na região Nordeste. Entender como a região foi pensada, esquadrinhada, nomeada, representada, como os projetos pautados num saber técnico tentaram intervir no espaço e encontraram obstáculos como os usos políticos da seca e da fome, como a descontinuidade dos projetos quando havia a mudança de pessoas a frente dos cargos. A técnica e o saber científico foram usados como divulgadores do progresso e do desenvolvimento que solucionariam os problemas das populações impactadas pelas secas, pelas cheias. Soluções criadas, em muitos casos, sem o diálogo com a comunidade local.

Tais discussões são aprofundadas nos cinco seis artigos reunidos neste livro com o título de “Nordeste e Sertões: instituições, política, agentes e trabalhadores” sendo estes: *Construção de ferrovias, ações de retirantes e o surgimento de uma engenharia das secas (1877-1920)* escrito por Tyrone Apollo Pontes Cândido; *O sertão sob a égide do Estado: a institucionalização do Nordeste brasileiro (1909-1922)*, de Yuri Simonini; *A atuação dos engenheiros da Inspetoria de Obras Contra as Secas IOCS/IFOCS nos melhoramentos agrícolas do sertão do Rio Grande do Norte*, de Avohanne Isabelle Costa de Araújo; *“Ecologia e desenvolvimento do Nordeste”: o olhar de José Guimarães Duque sobre a região Nordeste*, de Paula Rejane Fernandes; e o último, *Do Projeto Oiticica ao Projeto Baixo Açú: moldura ideológica da construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves (1962-1983)* escrito por Francisco Leandro Duarte Pinheiro e *“Política, Seca, Migração: a curta gestão do governador Dix-Sept Rosado no Rio Grande do Norte (1951)”* de autoria de Jailma Maria de Lima. Por fim, desejamos que a leitura propicie novos encontros e diálogos acadêmicos.

Juciene Félix Batista Andrade

Paula Rejane Fernandes

CAPÍTULO 1

ESTRADAS DE FERRO, RETIRANTES E O SURGIMENTO DE UMA ENGENHARIA DAS SECAS (1877-1920)

Tyrone Apollo Pontes Cândido¹(UECE)

¹ Professor de História da Universidade Estadual do Ceará, campus Quixadá.

A discussão que se apresenta neste capítulo diz respeito a construção de ferrovias na antiga província do Ceará, iniciadas ainda durante o Império, porém finalizadas bem depois, somente na década de 1920. São elas a Estrada de Ferro de Baturité e a Estrada de Ferro de Sobral, que corriam paralelas pelo território cearense, ligando o litoral ao interior no sentido norte-sul.¹ Um aspecto em particular distingue essas ferrovias da maioria das que, naquela mesma época, eram construídas no Brasil. Enquanto que, para uma maioria de casos, as linhas férreas brasileiras foram assentadas com a principal intenção de atender aos interesses comerciais de escoamento de diferentes produtos agrícolas², as ferrovias de Baturité e de Sobral tiveram como principal fator de impulsão o atendimento à política de socorros públicos acionada durante as grandes secas que ocorreram no semiárido do país a fim de providenciar meios de trabalho para as multidões de retirantes que passavam fome, padeciam de doenças e ameaçavam a ordem forjada pelas classes dominantes em diversas cidades da região. A cada ano de estiagem prolongada um novo trecho de via férrea era construído, ocupando um número imenso de retirantes como operários, promovendo assim o assalariamento daqueles sertanejos arruinados pela falta de chuvas. Os principais anos de seca nesse período foram 1877-1879, 1888-1889, 1900, 1915 e 1919. Foi durante essa época que se deu o surgimento daquilo que passaria a ser conhecido como uma *engenharia das secas*, cujas características pretendo apresentar no transcorrer do texto.

Para discutir o surgimento da chamada engenharia das secas começo apresentando as discussões que, ainda no tempo do Império, subsidiaram a proposta de usar a construção de ferrovias como obras de socorros públicos durante as secas, passo depois a discutir como os próprios retirantes na medida em que foram aprendendo a lidar com essa nova modalidade de intervenção estatal articularam suas próprias demandas em relação a essas mesmas obras de socorros públicos e, por fim, termino discutindo como engenheiros, burocratas e políticos concentraram na estruturação de uma engenharia das secas aquele conjunto de conhecimentos e arranjos práticos vistos como necessários para viabilizar a construção de ferrovias e outras obras, tendo como principal mão de obra os retirantes das secas.

1 Em 1909, com o decreto n. 7.669, essas ferrovias foram englobadas sob a administração da Rede de Viação Cearense. Há alguns estudos sobre essas vias férreas, em que se destacam: FERREIRA, Benedito Genésio. *A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930*. Fortaleza: Edições UFC / Stylus, 1989 e OLIVEIRA, André Frota de. *A Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1994. Uma tese de doutorado recente aborda a construção da Estrada de Ferro de Baturité sob a perspectiva da história social: REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. *O espaço a serviço do tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará*. Tese de doutorado em História, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

2 Como evidenciado, para o caso das ferrovias paulistas, em MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Pontes Editores, 1990. De modo semelhante, a produção açucareira do assim denominado “nordeste canavieiro” teria impulsionado a construção de ferrovias na Bahia, em Alagoas, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte. Cf. MELO, Josemir Camilo de. *Ferrovias inglesas e mobilidade social no Nordeste (1850-1900)*. O comércio exportador da borracha amazônica também é apontado como a base de construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e da Estrada de Ferro de Bragança. Cf. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Ver ainda LACERDA, Franciane Gama. Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908). *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS*, vol. 10, n. 19, janeiro-junho de 2018, p. 226-248.

PLANOS DE INTERVENÇÃO PARA AS SECAS

O marco inicial dos debates sobre aquilo que na época era considerado como “soluções para a seca” foi uma sessão extraordinária realizada no Instituto Politécnico do Rio de Janeiro no dia 18 de outubro de 1877, convocada para que fossem discutidas medidas apropriadas ao momento de crise por que passava as províncias do Norte, a qual compareceram respeitadas figuras do quadro de engenheiros da então Corte brasileira, além de um interessado público composto por homens da classe política, membros da nobreza local, cearenses ali residentes e também uma gente curiosa por assistir a um debate que já vinha sendo aguardado há várias semanas. Presidia a sessão o conde d’Eu que propôs que se iniciasse a discussão pela avaliação sobre os meios para se implantar o chamado Plano Gabaglia, um conjunto de estudos para construção de açudes, estradas, portos e de ações de reflorestamento feito pelo já então falecido Giacomo Raja Gabaglia, topógrafo da Comissão Científica de Exploração enviada ao Ceará em 1859, cujas propostas eram creditadas como os meios mais apropriados para se dar solução aos problemas das secas.³

Em comum na opinião dos engenheiros ali presentes estava a convicção de que as secas seriam superadas por meio de intervenções que servissem ao desenvolvimento da economia das províncias periodicamente ameaçadas pela falta de chuvas. Coube então ao engenheiro Manuel Buarque de Macedo uma formulação-síntese:

Proponho que o Instituto Politécnico represente ao Governo Imperial sobre a conveniência de se construírem quanto antes no interior da Província do Ceará represas nos rios e açudes nas localidades que para este fim forem mais apropriadas ao abastecimento d’água no mesmo interior; e de fazer executar, por si ou por uma companhia, a estrada de ferro de Baturité; e bem assim mandar estudar as medidas indicadas pelo finado Dr. Gabaglia ou quaisquer outras que forem complementares das primeiras para serem oportunamente apresentadas ao Poder Legislativo que melhor resolverá em sua sabedoria.⁴

A proposta do engenheiro Buarque de Macedo antecipava as principais linhas de atuação do Estado brasileiro nas intervenções de combate às secas ao longo das décadas seguintes, quais sejam: a construção de açudes e vias de comunicação. Acreditavam os engenheiros do Império que o melhor meio para se socorrer aos vitimados pelas secas seria o investimento em melhoramentos materiais que propiciassem a continuidade da produção sertaneja (através da criação de reservatórios de água em regiões apropriadas) e (por meio da construção de ferrovias e estradas distritais) garantissem o escoamento dessa produção, além de se permitir com que os socorros (seguindo num sentido contrário) do litoral

³ Entre os estudos que se voltaram para o debate do Instituto Politécnico acerca da seca de 1877 estão: DANTAS, George A. F., FERREIRA, Angela Lúcia & FARIAS, Hélio T. M. de. A delimitação das secas como problema técnico. In: FERREIRA, Angela Lúcia, DANTAS, George A. F. & SIMONINI, Yuri (Ed.). *Contra as secas: técnica, natureza e território*. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrópoles, 2018, p. 90-110. GONCALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciência e Saúde-Manguinhos*, 2018, vol.25, n.2, pp.515-539.

⁴ Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico, em 18 de outubro de 1877. *Revista do Instituto Polytecnico Brasileiro*, tomo XI, 1878, p. 28.

alcançassem o interior seco. Haveria assim, no argumento da maior parte dos que participaram daquele debate de ilustrados, um assento em relação a soluções técnicas de combate às secas. Quase nada seria dito sobre as necessidades e carências dos próprios retirantes.

No entanto, o engenheiro André Pinto Rebouças (que, na década seguinte, agitaria a Corte brasileira com sua participação no movimento abolicionista) destacou naquelas sessões certos aspectos sociais envolvidos nas obras de combate às secas, destoando sua intervenção da maioria de seus pares.⁵ As palavras de André Rebouças não deixavam dúvida: para ele, “o problema de máxima urgência a resolver” só poderia se resumir a “dar aos retirantes abrigo, alimentos, cuidados médicos, trabalho e salário durante quatro a seis meses”⁶.

Rebouças apresentou um mapa do Brasil, indicando ali cada ponto onde deveriam ser estruturados aquilo que ele chamava de “centros de abastecimento” para os retirantes, desde o Piauí até a Bahia. Pensava nesses centros como espaços onde a chegada dos socorros públicos permitiria uma retomada da dinâmica econômica comprometida pela estiagem, mas vislumbrava ainda mais: acreditava que a ação do governo promoveria um desenvolvimento até maior do que costumava haver naquelas regiões que – mesmo em tempos de regularidade climática – eram caracterizadas pela rotina e carência de recursos.

Socorrer aos retirantes, dizia ainda Rebouças, era antes de tudo um gesto de caridade. Os gastos que os cofres do Império teriam durante a seca ajudariam a salvar milhares de pessoas “da fome, da peste, do roubo, do assassinato e da prostituição”. Chamo atenção ao conceito de caridade com o qual André Rebouças encarava o problema. A caridade, segundo o engenheiro, não poderia ser confundida com o pernicioso gesto da concessão de esmolas, da doação incondicional geradora de vícios entre os pobres, como rezava a ideologia liberal em voga. Por assim entender, André Rebouças registrou:

Se quereis sinceramente socorrer a nossos irmãos do norte, mandai dar-lhes TRABALHO e SALÁRIO; esmola só a enfermos e inválidos em condições de não poder de modo algum simular ao menos que o benefício recebido é a justa remuneração dos serviços feitos. Sim! Agora e sempre o santo e acrisolador Trabalho. Não vos iludis. A esmola avilta; não é por certo Caridade aviltar aqueles que Jesus assegurou que são nossos irmãos.⁷

Prestar a caridade através da organização do trabalho era o ponto principal dos argumentos de André Rebouças para convencer aqueles que compartilhavam de seu empenho em promover reformas modernizadoras para a sociedade brasileira. Eis a afirmação dos

⁵ Sobre a trajetória de André Rebouças, cf. CARVALHO, Maria Alice R. de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan: IUPERJ-UCAM, 1998. JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: Reforma & utopia no contexto do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

⁶ Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico... *Op. cit.*, 1878, p. 30.

⁷ *Ibidem*, 35, 43. A respeito do entendimento de Rebouças sobre caridade, ver NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. *Projeto História*, São Paulo, vol. 27, dezembro 2003, p. 167-189.

valores positivos do trabalho livre, desta vez aplicados enquanto instrumento de socorro da crise provocada pela estiagem prolongada.

André Rebouças intencionava estruturar um projeto de intervenção que contribuísse com o avanço do capitalismo no país, ainda envolvido pela rotina e embrutecimento ocasionados pela persistência da escravidão. Como liberal instruído pelas leis da economia política, Rebouças acreditava na prosperidade geral da nação seguindo a reboque da dinâmica capitalista.

Ao discutir sobre os meios de se oferecer soluções aos problemas das secas, Rebouças preocupou-se em pensar sobre como as massas de retirantes seriam inseridas em seus planos. A inculcação do trabalho como princípio ético a reger a conduta dos sertanejos seria uma das mais importantes tarefas para aqueles que estariam à frente das obras de socorros públicos. Afinal, só através da interiorização dos valores positivos do trabalho os retirantes se veriam habilitados a se tornarem, num futuro mais ou menos próximo, colonos proprietários produtivos e independentes. Mas a valorização do trabalho também serviria à demanda mais imediata de fazer com que os trabalhadores rurais aceitassem o assalariamento em vez de permanecerem na expectativa da esmola. A instrução pelo trabalho era assim tomada como o meio mais eficiente de se promover o progresso social.

Com as ideias de André Rebouças iniciaram-se as estratégias de organização das grandes obras de socorros públicos enquanto meios de se empregar em trabalhos úteis as imensas massas de retirantes. Diversos outros planos seriam ainda traçados durante as secas da passagem do século XIX.

FERROVIAS E AÇÕES DE RETIRANTES

As construções de ferrovias no semiárido brasileiro, como obras de socorros públicos, figuraram como empreendimentos de um tipo peculiar: além de se constituírem em importantes “melhoramentos materiais” para a nação, seriam também um instrumento para o controle sobre uma população de retirantes em crescente agitação pelas circunstâncias da carência extrema em que viviam. É essa fórmula utilitarista a expressa no decreto n. 6.918, de 1º de junho de 1878, pelo qual o chefe do gabinete de ministros João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu autorizou o início dos trabalhos nas estradas de ferro de Baturité e de Sobral, no Ceará, além da de Paulo Afonso, na província de Alagoas. Para aquele ministro a construção daquelas ferrovias visava:

Tirar vantagens da própria desgraça, empregando em trabalhos úteis tantos braços ociosos, estabelecer um sistema de serviço que, sobre assegurar a essa população meios de subsistência, alimente seu amor ao trabalho mediante razoável gratificação.⁸

As construções das ferrovias de Baturité e de Sobral seriam, nas grandes secas do último quartel do século XIX, as principais obras de socorros públicos que, como visto, eram encaradas com esperança pelas autoridades da época para, com o emprego dos retirantes, poder superar a grande crise de controle social que se vivenciava. Só para se ter uma ideia de sua importância na contenção da crise, cada uma dessas ferrovias, ao longo dos anos entre 1878 e 1880, concentrou algo próximo a cinquenta mil pessoas, o que as colocava entre os maiores empreendimentos de construção do mundo inteiro. Para o presidente da província Caetano Estelita Cavalcante Pessoa as obras nas vias férreas possuíam a importante “vantagem de conservar mais ou menos divididas as grandes aglomerações de povo que a fome improvisa nos pontos onde há facilidade de exercer a atividade”. E quanto ao presidente José Júlio de Albuquerque Barros, seu sucessor, o emprego dos retirantes nos trabalhos de construção de linhas férreas guardava a importante característica de

retirar das cidades para o campo uma parte da população adventícia, a fim de manter a ordem e melhorar o estado sanitário. Além disso, não havia outro serviço que pudesse empregar maior número de braços, que mais aproveitasse a província e mais promettesse ao estado retribuir seus sacrifícios.⁹

Os retirantes (esses sim, propriamente sacrificados) não compartilhavam da mesma perspectiva daquela das autoridades. Ao serem organizadas as primeiras turmas de trabalhadores entre as multidões que se aglomeravam em Fortaleza e em Camocim, os retirantes simplesmente se recusaram a deixar o litoral para retornar ao sertão seco, onde não encontravam qualquer recurso de assistência. Mesmo quando, passadas as primeiras jornadas de montagem dos acampamentos com os recursos mais básicos que permitiriam que as famílias de retirantes pudessem ali se estabelecer, o início das obras logo despertou a resistência dos sertanejos que passaram a rejeitar o próprio trabalho exigido pelos engenheiros.¹⁰

Não há como expor aqui os diversos aspectos da resistência dos retirantes ao cotidiano de trabalho imposto por engenheiros e administradores nas obras de socorros públicos. Podemos dizer apenas que se tratava de um ambiente bastante conflitivo, reunindo nas diversas residências estruturadas ao longo da linha férrea muitos milhares de pessoas famintas e descontentes. A introdução de regras de produção daquele aspecto racional, típicos do modo capitalista de produção (com divisão de tarefas, jornada de trabalho acompanhada

⁸ Decreto n. 6.918, de 1/6/1878. Decretos do Poder Executivo – Período Imperial, 16 11 27, Arquivo Nacional.

⁹ Ofício de 21/5/1877, IJJ^o 188, Ministério do Império, Arquivo Nacional. CEARÁ. *Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia provincial no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typografia Brasileira, 1879, p. 44.

¹⁰ CANDIDO, Tyrone A. P. *Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

pelo tempo do relógio, com operações repetitivas e sistemáticas), contrastava enormemente com o estilo de vida mais autônomo dos lavradores e criadores que constituíam a maioria dos sertanejos agora empregados como operários. Isso tudo, associado a grande irregularidade de fornecimento de alimentos (quando, muitas vezes, a ração distribuída aos trabalhadores continha comida estragada), gerava repetidas manifestações de revolta. Diante de tanta rejeição os engenheiros responsáveis pela condução dessas obras viam-se diante do difícil desafio de conter a evasão de trabalhadores que, mesmo sem terem muitas alternativas para a sustentação durante os meses de seca, abandonavam o trabalho quando não aguentavam mais.¹¹

Na nova grande seca entre 1888 e 1889 três seriam as obras mais indicadas como os melhores meios de socorrer os retirantes: os prolongamentos das ferrovias de Baturité e de Sobral e a construção do grande açude do Cedro, em Quixadá. Diferentemente do período de estiagem anterior, desta vez as últimas estações ferroviárias já se encontravam distantes do litoral, o que era visto como uma chance de se evitar com que os grandes grupos de miseráveis se aproximassem da capital e de outros centros litorâneos, pois poderiam ser empregados, antes disso, nos serviços dos prolongamentos. A Estrada de Ferro de Baturité agora deveria partir da cidade de Baturité até Quixadá, estendendo-se por mais 84 quilômetros. Quanto a Estrada de Ferro de Sobral, avançaria desde a cidade de Sobral até Ipú, ao pé da serra da Ibiapaba, por uma distância de 90 quilômetros.

Em março de 1889, um telegrama informava da chegada em Quixadá e em Baturité de “grandes levas de retirantes” atraídos pelos trabalhos do prolongamento e do açude, havendo, somente em Quixadá, mais de dez mil pessoas concentradas. Em Sobral, havia seis mil nessa mesma época. Mas nesses empreendimentos o emprego dos retirantes foi sempre considerado insuficiente ao longo da seca de 1889. O engenheiro João Augusto César de Souza, chefe da comissão do prolongamento da Baturité, por diversas vezes foi acusado de proceder com frieza, rejeitando dar emprego a tantos miseráveis que o procuravam sem uma alternativa de sobrevivência. Em Sobral denunciavam que as obras do prolongamento da estrada de ferro apenas absorviam um décimo do total de imigrantes que clamavam por emprego.¹²

Podemos perceber que, por ocasião da seca de 1888-1889, a rejeição ao trabalho nas ferrovias de Baturité e de Sobral não prevaleceu tanto quanto na anterior seca de 1877-1879. Parece que os retirantes percebiam que não se poderia encontrar alhures meios com o quais

11 CANDIDO, Tyrone A. P. *Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)*. Curitiba: Editora Appris, 2019, em especial o capítulo 5.

12 *Cearense* de 20/3/1889, Fortaleza, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. *Jornal do Commercio* de 12/2/1889, Rio de Janeiro, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

fosse possível sobreviver (a não ser se, de fato, emigrassem para outras províncias). O que não significa, por outro lado, que as obras nos prolongamentos das estradas de ferro tivessem deixado de ser espaço de muita tensão e conflitos. Pelo contrário, foi durante o ano de 1888 que explodiu uma violenta greve dos trabalhadores do prolongamento da Baturité que recusaram a redução de salários anunciada pelo engenheiro João Augusto César de Souza. Os operários se reuniram na frente da estação de Baturité e, ao serem abordados pela polícia que buscava desarmar alguns trabalhadores, desencadeou-se uma sangrenta luta campal que forçou com que soldados se refugassem no prédio da estação que foi apedrejado e teve a fachada completamente destruída.¹³

A mudança de regime em 1889 não alterou, em seus traços gerais, a política de controle sobre os retirantes através do emprego em obras públicas. Evidência disso foi a postura do governo republicano em dar continuidade às grandes obras de socorros acionadas durante as últimas secas. Um aviso oficial de 19 de novembro de 1890 expunha, nesse sentido, a resolução do poder federal em prolongar a Estrada de Ferro de Baturité até a cidade do Crato, autorizando o início imediato dos estudos preparatórios para o avanço da linha.¹⁴

A novidade era que seriam discutidos de modo mais efetivo os meios de se fazer das obras de socorros públicos uma intervenção duradoura, não restrita às situações emergenciais das secas. Diversos serviços iniciados durante a seca de 1877 haviam sido suspensos logo que o retorno das chuvas permitiu a volta das aglomerações de retirantes para o sertão. Com as interrupções das obras de socorros públicos voltando a ocorrer ao fim da seca de 1889, surgiram objeções em relação aos desperdícios.¹⁵ Além de adiarem o esperado momento de se poder usufruir dos benefícios que as obras concluídas trariam, as interrupções desperdiçavam materiais e – o que era visto talvez como mais prejudicial naquelas circunstâncias – dispensavam trabalhadores já de certa forma estabilizados nos serviços de construção. Era esse o motivo de preocupação do engenheiro Ernesto Antonio Lassance Cunha, diretor da Baturité quando da chegada da primeira locomotiva à Quixadá (25/8/1891). Dizia em ofício ao ministro da Agricultura que o prosseguimento da ferrovia oferecia a

(...) vantagem do aproveitamento de todo o material de construção ora existente no trecho Baturité-Quixadá e o pessoal nele empregado, o qual por sua aptidão e conhecimento exato de serviços desta natureza oferece toda a garantia para a boa ordem e breve conclusão dos trabalhos.¹⁶

13 CANDIDO, Tyrone A. P. Uma "revolução" dos retirantes: a greve dos operários da Estrada de Ferro de Baturité na seca de 1888. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 12, 2020, p. 1-15.

14 Ofício de 18/8/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, Arquivo Nacional.

15 *Revista de Engenharia*, n. 10, 1510/1881, p. 162.

16 Ofício de 31/8/1891. Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, Arquivo Nacional.

Também se daria início a questionamentos quanto à pertinência de se investir (ou não) nas estradas de ferro. Dispendiosas, apesar de úteis, as ferrovias absorviam os recursos financeiros que poderiam ser destinados a construção de açudes e poços artesianos. Diferentemente do que se pensava até os últimos anos do século XIX – tempo em que as estradas de ferro figuravam como o símbolo maior do progresso industrial –, as considerações acerca das obras de socorros públicos no início do século XX revelarão uma preferência por obras de irrigação, como açudes, poços artesianos e canais. Refletiu-se que uma real solução aos problemas das secas só poderia estar associada ao acesso que as populações do interior tivessem à água. Era a consagração do que ficaria conhecida como a “solução hidráulica” aos problemas das secas.¹⁷

Durante a vigência da Comissão de Açudes e Irrigação (constituída em 1889) e, em seguida, durante os primeiros anos da IOCS (a Inspeção de Obras contra as Secas, criada em 1909), as ações desses órgãos voltaram-se majoritariamente para os serviços de perfuração de poços e construção de represas, sem deixar de operar, no entanto, na construção de ferrovias¹⁸. O termo “açudagem”, virtualmente ausente das fontes relacionadas às secas no século XIX, aparecerá então em diversos documentos oficiais e nas páginas da imprensa, como que criando um novo nome para designar uma nova coisa: o complexo de estudos, medidas e ações visando permitir o acesso à água ao maior número de pessoas no território das secas.

A construção de açudes era uma reivindicação tradicional das oligarquias interessadas em beneficiar suas terras com obras de irrigação financiadas pelo Estado e executadas pelos retirantes das secas – eventualmente trabalhadores rurais que proprietários não queriam ver migrarem durante os tempos de estiagem. Mas, o que mais nos importa frisar nesse novo contexto, é que a açudagem tinha pretensões de se constituir em medida de socorro com bases científicas, conduzida por um corpo de técnicos especializados e informados por estudos cuidadosos quanto a aspectos como custos, viabilidade material e humana, e impactos econômicos que as obras provocariam. Ao se submeter as obras a um “plano científico”, procurava-se criar parâmetros de decisão que fossem neutros diante dos interesses particulares e de classe, evitando assim o favorecimento às tradicionais oligarquias locais, o que, sabemos, nunca chegou a ser de fato evitado. Tendo sido a IOCS logo capturada como um importante instrumento para o investimento estatal no fomento àquilo que ficaria conhecido como a “indústria da seca”, isso apenas revela o quanto na prática essa prevalência de critérios técnico-científicos para a condução das obras

¹⁷ *Jornal do Ceará* de 27/5/1905 e de 11/7/1907, Fortaleza, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Nacional. *A Cidade* de 10/10/1900, Sobral, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

¹⁸ Sobre a criação da IOCS, ver MORAES, Kleiton de Sousa. *O progresso descobre o sertão: a Inspeção de Obras contra as Secas (1909-1918)*. São Paulo: Alameda, 2018.

de socorros públicos não estava assim tão resguardada dos jogos de poder e disputas sociais em curso.¹⁹

Por outro lado, o discurso científico sobre a seca não era um mero simulacro a serviço dos poderosos. A indicação de Miguel Arrojado Lisboa como superintendente da IOCS atendia a critérios de inegável capacidade que este experiente engenheiro, formado na consagrada Escola de Minas de Ouro Preto, possuía como conhecedor do meio físico brasileiro, “como geólogo, viajante culto e experimentado observador”. Para o adequado exercício de sua função, Arrojado Lisboa frequentou um curso de especialização na Universidade de Ciências de Paris e viajou por países que já haviam se dedicado a serviços contra as estiagens, visitando grandes obras no rio Nilo, no Egito e no Sudão. De acordo com Tomás Pompeu Sobrinho, que falou sobre Arrojado Lisboa em sua *História das secas no Ceará*, “a sua fecunda administração [à frente da IOCS] traz a marca característica de um grande esforço no sentido de dar aos trabalhos orientação científica e uma vasta amplitude de ação”.²⁰

A seca de 1915 evidenciou como os planos de socorros permanentes e cientificamente orientados não puderam, de fato, garantir soluções para as crises decorrentes das estiagens. Sendo a primeira seca de largas proporções ocorrida após a criação da IOCS, 1915 seria o grande teste para todo um conjunto de expectativas criadas pela política de açudagem em amparar a contento as massas de retirantes.

Durante essa seca, os engenheiros à frente das obras tiveram de adaptar-se às circunstâncias, fazendo com que, uma vez mais, os serviços de socorros do governo fossem acionados segundo o princípio de se “dar emprego ao maior número possível de pessoas”, comprometendo com isso planejamentos e orientações científicas. A já tradicional pressão de multidões de famintos à porta dos escritórios de engenheiros suplicando por empregos e socorros continuou a ser um recurso largamente acionado pelos retirantes durante as secas de 1915 e 1919. Henrique Couto Fernandes, à frente da Rede de Viação Cearense, registrou a presença de concentrações de imigrantes nas extremidades do ramal férreo Sobral-Itapipoca, o que o fazia solicitar novas autorizações para abrir frentes de trabalho extras. Em julho de 1919, tiveram início os trabalhos a partir da cidade de Sobral, quando uma “multidão imensa de famintos, maltrapilhos e esqueléticos, aguardava a hora suspirada de levar o seu

19 NEVES, Frederico de Castro. As secas na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). *Uma nova história do Ceará*. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007, p. 88-89. Ver também: SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. *Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas do Nordeste*. Petrópolis: Editora Vozes, 1983, p. 90-99.

20 POMPEU SOBRINHO, Thomas. *História das secas* (século XX). Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953, p. 220-222. A respeito da Escola de Minas de Ouro Preto cf. CARVALHO, José M. de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória*. São Paulo: Editora Nacional, 1978. Ver ainda: MORAES, Kleiton de S. *O progresso descobre o sertão...* Op. cit. Marcel Mazoyer e Laurence Roudart indicam que, sob a pressão dos interesses algodoeiros por maiores áreas irrigadas no Egito, uma “nova era, a das barragens-reservatório, foi assim inaugurada no princípio do século XX”. MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 210.

nome ao caderno dos alistados”. Algumas semanas depois, Couto Fernandes registrava que, “chegando a meu conhecimento que na zona de Uruburetama grande número de flagelados acoçados pela seca se acha em precárias condições”, viu-se impelido a criar mais duas residências de operários em Itapipoca.²¹

Com a eleição do paraibano Epitácio Pessoa para a presidência da República, em 1919, chegava ao principal cargo político do Estado brasileiro um membro de uma importante oligarquia nortista, comprometido com os interesses das classes dominantes de sua região e decidido a incrementar os investimentos em serviços públicos contra as secas. Favorecido pelo contexto da estiagem, Epitácio Pessoa criaria através da lei 3.965, de 25 de dezembro de 1919, uma Caixa Especial de Obras de Irrigação, prevendo um gasto de até 200 mil contos de réis em serviços de açudagem. Durante a presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), algo próximo a 15% das verbas federais foram carreadas aos estados atingidos pelas estiagens prolongadas, um volume inédito aplicado primordialmente no grande programa de “obras contra as secas”.²²

Os investimentos federais converteram-se num surto de industrialização nos rotineiros territórios atingidos pelas secas. Obras de vulto, como as construções dos grandes açudes Orós, Pedras Brancas, Patu e Quixeramobim, iniciadas nessa época, trouxeram a reboque todo um aparato de reparos em portos, extensão e modernização de rede ferroviária, instalação de fábricas de beneficiamento de cimento, implantação de usinas elétricas, construção de rodovias e de redes telefônicas, criação de povoados que em curto espaço de tempo se converteram em cidades. Tomás Pompeu Sobrinho denominaria essa como a “fase brilhante da luta contra as secas”²³. Podemos considerar esse momento como o de consagração da engenharia a conquistar uma improvável “solução definitiva” ao problema das secas.

Mas, como nas obras de socorros públicos sempre prevalecia o princípio de se empregar o número máximo de trabalhadores, todo o incremento tecnológico não evitava com que as carroças que transportavam materiais nas construções das estradas de ferro fossem puxadas pelos próprios retirantes, pois a simples utilização de animais de tração poderia ameaçar o emprego dos trabalhadores.

21 *Correio da Semana* de 26/07/1919, Sobral, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Ofícios de 26/08/1919 e 2/02/1920, GIF1 4B 450, maço 295, Arquivo Nacional.

22 ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 4ª edição fac-similar. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de José Américo, 1994, p. 325-335.

23 POMPEU SOBRINHO, Thomas. *Op. cit.*, p. 355.

UMA ENGENHARIA DAS SECAS

Ao longo de décadas, durante a passagem para o século XX, diversos engenheiros percorreram os sertões das secas reconhecendo, estudando, projetando, organizando e dirigindo serviços de construção de estradas, açudes, pontes, ferrovias, poços... A natureza de seu trabalho, ao mesmo tempo teórico e prático, fazia deles um corpo de profissionais cujo papel foi estratégico na elaboração dos planos que visaram encontrar soluções aos problemas das secas. Todos eles alimentavam um interesse comum de encontrar os meios mais adequados para se valer das imensas multidões de retirantes para que, com o seu trabalho, viessem a melhorar as condições do pobre e seco sertão – e quem sabe até tornar a região uma zona de invejável prosperidade. Tratava-se de elaborar projetos de uma engenharia que visasse não somente alterar a paisagem física, mas as próprias relações sociais, julgadas retrógradas por tantos deles que se diziam cultores dos valores do progresso. Tratava-se mesmo de traçar projetos de uma engenharia social para os sertões das secas.

A engenharia social já era um projeto utópico ativo desde meados do século XIX, fomentada especialmente nos centros industrializados do planeta. Tendo suas bases no pensamento iluminista, sua finalidade ia além da pretensão de registrar os costumes e práticas da sociedade, visando mesmo a criação de uma comunidade cultural unificada, na qual fosse possível estabelecer padrões uniformes da intervenção estatal que visassem codificar e generalizar costumes considerados mais racionais e modernos em detrimento daqueles tidos como obscuros e bárbaros. Da mesma maneira que empreendedores montavam suas fábricas e modernos estabelecimentos agrícolas com base numa razão instrumental simplificadora que buscava a otimização de tarefas e redução de custos, o Estado nacional alimentou a ambição de redesenhar a própria sociedade como um todo. De acordo com James C. Scott:

Até então, as atividades do Estado estavam confinadas às ações que contribuíam diretamente para a produção de riqueza e poder dos soberanos, como os exemplos do cultivo florestal em terras do rei (...). A ideia de que um dos objetivos centrais do Estado estaria em melhorar as condições de vida de toda a sociedade – sua saúde, sua capacidade e educação, sua longevidade, sua produtividade, sua moral e vida familiar – era muito nova. Existia, claro, uma ligação direta entre a antiga concepção do Estado e a nova. Um Estado que melhora as habilidades da população, seu vigor, sua moral cívica e hábitos de trabalho iria ampliar a base de taxaço e manter melhores exércitos. Seria uma política que um soberano iluminista implementaria. E mesmo assim, no século 19, o bem-estar da população passou a ser visto cada vez mais como um fim em si mesmo, não apenas uma forma recomendada para fortalecer militarmente a nação.²⁴

²⁴ SCOTT, James C. Engenharia social hipermodernista: o caso da *Tennessee Valley Authority*. In: BROSE, Marcus E. (Org.). *TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuição para a história das ideias*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015, p. 71-107.

Exemplos expressivos, como as grandes reformas urbanas implantadas em Paris pelo barão de Haussmann, reforçavam as convicções dos defensores da engenharia social. Quando a sucessão de terríveis secas tiveram início em 1877, as autoridades brasileiras mobilizaram os engenheiros do Império para a formulação de planos de intervenção que tinham como inspiração os mesmos protocolos verificados nas experiências dos Estados europeus. Sobretudo, visava-se copiar o modelo do domínio britânico na Índia que se via, na mesma época, envolta com semelhantes crises relacionadas a secas.²⁵

A construção de ferrovias estava na linha de frente das reformas estruturais promovidas pelos Estados ocidentais. Com as ferrovias podia-se contar com um meio de transporte rápido e eficiente, um poderoso promotor da integração territorial e comercial das nações, ao mesmo tempo em que sua implantação requeria a mobilização de largos contingentes de trabalhadores. Em tempos de seca, a população deserdada da terra pela ruína agrícola constituía-se em mão de obra potencial para o assentamento de linhas férreas, como em larga escala fez-se com os cules asiáticos, bem como com os retirantes do semiárido brasileiro.

Originalmente, esses projetos eram indisfarçavelmente otimistas – como nos planos de André Rebouças dos idos de 1877. Pensava-se que, como resultado de uma empenhada missão civilizadora, seria possível introjetar entre sertanejos pobres os valores positivos do trabalho livre simplesmente condicionando o socorro público à prestação de tarefas por parte dos retirantes. Recusar-se a conceder gratuitamente o socorro público era o ponto principal de todos esses projetos. Com o passar do tempo, porém, viu-se que a execução desses planos não era assim algo tão fácil. Constatou-se que os engenheiros não lidavam com nenhuma tabula rasa sobre a qual escreveriam sua história de vitórias e progressos. Encontraram na resistência dos retirantes uma inesperada dificuldade.²⁶

Assim ocorria porque grandes paradoxos estão contidos na experiência social da chamada modernidade. Outros além de Karl Marx também pensavam que o “revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes”.²⁷ Esse “abalo contínuo” característico das sociedades modernas sempre foi um desafio à razão simplificadora dos projetos de engenharia social. Daí inclusive seu caráter intrinse-

25 Sobre as reformas urbanas de Haussmann em Paris, cf. HARVEY, David. *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. Em relação a atuação do governo britânico na Índia, ver DAVIS, Mike. *Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2002.

26 As experiências de industrialização sempre contaram com uma decisiva resistência por parte dos trabalhadores compelidos ao trabalho nas fábricas e outros empreendimentos, como diversos historiadores do trabalho demonstraram. Para indicar dois exemplos expressivos, cf. THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997. GÜTMAN, Herbert G. *Work, culture & society in industrializing America*. New York: Alfred A. Knopf, 1976.

27 MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 28-29. Cf. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

camente autoritário porque visa configurar uma vida social adequada às necessidades de planejamentos estatais, estranhos aos modos de vida e costumes das pessoas.

As experiências de construção da Estrada de Ferro de Baturité e da Estrada de Ferro de Sobral no Ceará (ao lado de alguns outros empreendimentos similares em províncias vizinhas) permitem observar a conversão na prática daqueles grandes projetos de intervenção que o Estado brasileiro forjou nos tempos de seca. Com o passar dos anos, novas iniciativas incluíam outras modalidades de obras de engenharia (como rodovias, açudes, portos, poços e canais) no que ficou conhecido como a política de combate às secas no semiárido brasileiro. Uma maior sistematização dessas iniciativas seria alcançada com a criação da Inspetoria de Obras contra as Secas em 1909. Tudo isso constituiu uma acentuada mudança no interior de toda uma região que se formava (incluindo o enquadramento de uma identidade própria).²⁸ Porém nosso olhar recairia na perspectiva exclusiva daqueles que formularam os planos de intervenção contra as secas se não levássemos em conta as práticas e os pensamentos de outros atores que também se viram envolvidos naquelas circunstâncias críticas.

As oligarquias pecuária e algodoeira, tradicionais detentoras do poder político local, são sujeitos históricos importantes e já foram abordadas pela historiografia. De fato, engenheiros nunca puderam prescindir da negociação com os potentados sertanejos nas suas intervenções.²⁹ De minha parte, procurei nesse capítulo indicar como os próprios retirantes (tradicionalmente considerados como inertes elementos sociais, pouco mais do que uma mão de obra) foram na realidade atores históricos bastante ativos, decisivos em todos os momentos.³⁰

Se os retirantes das secas tiveram de reconhecer que, para obter o socorro público, tinham de trabalhar nas obras organizadas pelo governo os engenheiros, por sua vez, foram obrigados a reconhecer que, caso não cedessem em seus planos disciplinadores, não lograriam alcançar condições mínimas para executarem os projetos de construção. Tratava-se de *uma dialética entre projeto e metamorfose*, como propôs a teoria do antropólogo Gilberto Velho que visava entender a relação dos indivíduos e seus campos de possibilidades em sociedades complexas. Segundo Gilberto Velho, todo projeto traçado – que, por definição, é uma dimensão racional e consciente – vê-se obrigado a estabelecer determinada

28 É o que demonstrou ALBUQUERQUE JR. Durval M. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)*. Dissertação de mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

29 O historiador Albuquerque Jr. também tratou desse assunto: *Ibidem*. Um estudo de caso particularmente interessante é aquele apresentado por Aline Silva Lima em sua dissertação: LIMA, Aline Silva. *Um projeto de “combate às secas”: os engenheiros civis e as obras públicas. Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919)*. Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: PPGH-UFC, 2010.

30 CANDIDO, Tyrone A. P. *Proletários das secas...* Op. cit. Frederico de Castro Neves explicitou pela primeira vez o papel ativo dos retirantes das secas como importantes sujeitos políticos em NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

“negociação com a realidade”, caso almeje materializar suas ideias, suas intenções.³¹ No caso dos engenheiros das obras de socorros públicos, tiveram também de submeter seus projetos de modernização à negociação com a realidade da cultura sertaneja.

Surgia assim a “engenharia das secas” – uma expressão que, a partir das primeiras décadas do século XX, passou a designar esse conjunto de saberes relacionados tanto aos procedimentos técnicos sobre obras tipicamente ligadas ao semiárido, como também aos modos de lidar com esse tipo tão peculiar e indisciplinado de “mão de obra” que era o retirante.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR. Durval M. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução (1877-1922)**. Dissertação de mestrado em História do Brasil. Campinas: Unicamp, 1988.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas**. 4ª edição fac-similar. Brasília: Senado Federal: Fundação Casa de José Américo, 1994.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Tyrone A. P. **Proletários das secas: experiências nas fronteiras do trabalho (1877-1919)**. Curitiba: Editora Appris, 2019.

_____. **Trem da seca: sertanejos, retirantes e operários (1877-1880)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2005.

_____. Uma “revolução” dos retirantes: a greve dos operários da Estrada de Ferro de Baturité na seca de 1888. **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 12, 2020, p. 1-15.

CARVALHO, José M. de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

CARVALHO, Maria Alice R. de. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.

DANTAS, George A. F., FERREIRA, Angela Lúcia & FARIAS, Hélio T. M. de. A delimitação das secas como problema técnico. In: FERREIRA, Angela Lúcia, DANTAS, George A. F. & SIMONINI, Yuri (Ed.). **Contra as secas: técnica, natureza e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório das Metrôpoles, 2018, p. 90-110.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2002.

31 VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

FERREIRA, Benedito Genésio. **A Estrada de Ferro de Baturité: 1870-1930**. Fortaleza: Edições UFC / Stylus, 1989.

GONCALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. **História, Ciência e Saúde-Manguinhos**, 2018, vol.25, n.2, pp.515-539.

GUTMAN, Herbert G. **Work, culture & society in industrializing America**. New York: Alfred A. Knopf, 1976.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

HARVEY, David. **Paris, capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

JUCÁ, Joselice. André Rebouças: **Reforma & utopia no contexto do Segundo Império**. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.

LACERDA, Franciane Gama. **Uma “artéria necessária” para o progresso: a Estrada de Ferro de Bragança (Pará, 1883-1908)**. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais – RBHCS, vol. 10, n. 19, janeiro-junho de 2018, p. 226-248.

LIMA, Aline Silva. **Um projeto de “combate às secas”**: os engenheiros civis e as obras públicas. Inspetoria de Obras contra as Secas – IOCS e a construção do Açude Tucunduba (1909-1919). Dissertação de Mestrado em História Social. Fortaleza: PPGH-UFC, 2010.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006, p. 28-29.

MATTOS, Odilon Nogueira de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes Editores, 1990.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 210.

MORAES, Kleiton de Sousa. **O progresso descobre o sertão: a Inspetoria de Obras contra as Secas (1909-1918)**. São Paulo: Alameda, 2018.

NEVES, Frederico de Castro. “Desbriamento” e “perversão”: olhares ilustrados sobre os retirantes da seca de 1877. **Projeto História**, São Paulo, vol. 27, dezembro 2003, p. 167-189.

_____. **A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

_____. As secas na história do Ceará. In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2007, p. 88-89.

OLIVEIRA, André Frota de. **A Estrada de Ferro de Sobral**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 1994.

POMPEU SOBRINHO, Thomas. **História das secas (século XX)**. Fortaleza: A. Batista Fontenele, 1953, p. 220-222.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a Estrada de Ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. Tese de doutorado em História, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2015.

SCOTT, James C. Engenharia social hipermodernista: o caso da Tennessee Valley Authority. In. BROSE, Marcus E. (Org.). **TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuição para a história das ideias**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015, p. 71-107.

SOUZA, Itamar de; MEDEIROS FILHO, João. **Os degredados filhos da seca: uma análise sócio-política das secas do Nordeste**. Petrópolis: Editora Vozes, 1983, p. 90-99.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 volumes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1997.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1999.

FONTE

Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico, em 18 de outubro de 1877. Revista do Instituto Polytecnico Brasileiro, tomo XI, 1878, p. 28.

Ata da sessão extraordinária do Instituto Politécnico... Op. cit., 1878, p. 30.

Cearense de 20/3/1889, Fortaleza, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Jornal do Commercio de 12/2/1889, Rio de Janeiro, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Nacional.

Decreto n. 6.918, de 1/6/1878. Decretos do Poder Executivo - Período Imperial, 16 11 27, Arquivo Nacional.

Ofício de 18/8/1891, Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo - República, Arquivo Nacional.

Ofício de 21/5/1877, IJJ9 188, Ministério do Império, Arquivo Nacional. CEARÁ. Fala com que o Exmo. Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª sessão da 24ª legislatura da assembleia provincial no dia 1 de novembro de 1878. Fortaleza: Typografia Brasileira, 1879, p. 44.

Revista de Engenharia, n. 10, 1510/1881, p. 162.

Ofício de 31/8/1891. Dec. 643, caixa 11 M7, Decretos do Executivo – República, Arquivo Nacional.

Jornal do Ceará de 27/5/1905 e de 11/7/1907, Fortaleza, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Nacional. A Cidade de 10/10/1900, Sobral, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Correio da Semana de 26/07/1919, Sobral, Setor de Hemeroteca da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Ofícios de 26/08/1919 e 2/02/1920, GIFÍ 4B 450, maço 295, Arquivo Nacional.

CAPÍTULO 2

O SERTÃO SOB A ÉGIDE DO ESTADO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO (1909-1930)¹

Yuri Simonini

¹ Este texto, revisado e reorganizado, se origina de uma parte abordada em minha tese de doutorado, intitulada “Portos para o Nordeste: ideias, transformações e conflitos nas províncias do norte do Brasil (Fortaleza, Natal e Parahyba, 1869 - 1934)”, defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Na primeira década do século XX, os quadros técnicos do Governo brasileiro já acumularam dados suficientes para compreenderem melhor as características físico-geográficas da parte setentrional do país, posteriormente denominada Nordeste. Os debates ocorridos no Instituto Politécnico Brasileiro em 1877, a produção bibliográfica e o envio de comissões técnico-científicas alteraram de maneira paradigmática a forma de atuação dos Poderes Públicos, antes preocupados em ações meramente emergenciais e assistencialistas. A ação deveria ser executada sistematicamente a partir de obras estruturantes visando não somente a garantia hídrica e alimentar do sertanejo, mas igualmente permitir pleno desenvolvimento das atividades econômicas. Entretanto, faltava ainda uma centralização operacional para gerir tamanho esforço de reorganização do território.

Este artigo aborda os impactos da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas e sua posterior federalização a partir da ideia de constituição de uma “Cultura Técnica”. Ou seja, as intervenções espaciais no sertão foram produtos de uma racionalidade tecnicista que introduziam novos elementos à paisagem nordestina como estradas de ferro de penetração, reservatórios de água modernizados, produtos cartográficos mais precisos, estações meteorológicas, além de criação de hortos para educação e pesquisa agrícola. Para tanto, o uso de fontes documentais como os relatórios técnicos produzidos pela I(F)OCS, mapas, legislação própria e bibliografia pertinente demonstram, em conjunto, não apenas a organização de quadros específicos dentro da estrutura governamental para enfrentamento das consequências das irregularidades pluviométricas, mas na concepção de um espaço antrópico sob o viés técnico. O texto, inicialmente, aborda a concepção e as primeiras ações da IOCS e, em seguida, trata das mudanças estruturais da federalização da inspetoria e das atividades subsequentes.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS SECAS

De acordo com o artigo primeiro do Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909, a criação da IOCS teria sob sua responsabilidade as seguintes atividades:

- I. Estradas de ferro de penetração;
- II. Estradas de ferro afluentes das estradas principais;
- III. Estradas de rodagem e outras vias de comunicação entre os pontos flagelados e os melhores mercados e centros produtores;
- IV. Açudes e poços tubulares, os artesianos e canais de irrigação;
- V. Barragens transversais submersas e outras obras destinadas a modificar o regime torrencial dos cursos de água;

- VI. Drenagem dos vales desaproveitados no litoral e melhoramento das terras cultiváveis do interior;
- VII. Estudo sistematizado das condições meteorológicas, geológicas e topográficas das zonas assoladas;
- VIII. Instalação de observatórios meteorológicos e de estações pluviométricas;
- IX. Conservação e reconstrução das florestas;
- X. Outros trabalhos cuja utilidade contra os efeitos das secas a experiência tenha demonstrado.¹

Se, para Paulo José Lisboa Nobre – com base nos pressupostos apontados por Hélio Takashi Maciel de Farias –, os dez itens acima citados podem ser condensados em torno de três pilares (ou propostas) de ação, “[...] obras de irrigação (açudes e canais); obras de viação (ferrovias e estradas de rodagem); e a criação e a conservação das florestas”, acrescento outros dois: a obtenção de dados físico-geográficos e ações complementares². Afinal, antes do início da efetivação das propostas, se fazia mister o conhecimento prévio a partir do levantamento de dados e de estudos, tal como propôs o ministro Miguel Calmon Du Pin Almeida em 1908³. As ações complementares, como o próprio nome indica, consistiriam em um espaço de manobra para obras de impacto indireto, porém imprescindíveis, para o combate aos efeitos das secas.

A importância dos estudos preliminares se fez presente na indicação do engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, como primeiro Inspetor Geral da IOCS. Com uma trajetória profissional dedicada à “Ciência Aplicada”, Lisboa não deixou de lado os princípios caros à “Ciência Básica” – em termos atuais. A união entre a retórica e a prática permitiria, no entendimento daqueles que criaram a inspetoria, soluções mais permanentes e adequadas às tarefas a ela incumbidas. Nesse sentido, o ministro Francisco Sá, ao comentar sobre os objetivos da IOCS, reforçou esse posicionamento, mantendo, assim, os ideais concebidos pelo seu antecessor:

O fim da Inspeção é estabelecer, nessa região, os serviços *preparatórios*, e indispensáveis, tanto de ordem científica quanto técnica, para a solução racional, rápida e econômica do problema das secas; estabelecê-lo de um modo sistemático, tendo em vista a *obtenção dos dados de observação* necessários à confecção dos projetos de obras de engenharia destinadas a corrigir as falhas do clima e, ao mesmo tempo, executá-las por um trabalho regular.⁴

1 BRASIL. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. Approva o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas. *Diário Oficial da União*, 26 out. 1909, p.7702-7704. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1732435/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-10-1909/pdfView>.

2 NOBRE, Paulo José Lisboa. Combater as secas e defender as florestas. A natureza nos desafios da ciência e da técnica para modernizar o Brasil (1889 a 1934). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012, p.62.

3 ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Relatório Apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de estado dos Negocios da Industria, Viação e Obras Publicas, no anno de 1908. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1908. v. 3.

4 SÁ, Francisco. *Relatório apresentado ao Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil pelo ministro de estado de Viação e Obras Publicas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p.506. Grifos nossos. A ortografia e a pontuação das citações ao longo deste trabalho foram atualizadas de acordo com os documentos originais, inclusive os eventuais erros tipográficos e de redação, desde que não comprometam o entendimento do texto.

Como se daria a execução dos serviços preparatórios e a obtenção de dados? O ministro delineou a primeira etapa, com foco no conhecimento físico-geográfico mais apurado da região, a partir de vários aspectos geográficos – clima, topografia, geologia, hidrologia e botânica. Assim, uma das primeiras ações efetivas de Sá foi incumbir o engenheiro Lisboa a confeccionar um mapa do Ceará e dos estados circunvizinhos. Porém, não seria apenas mero levantamento cartográfico; deveria atender questões geológicas, relacionadas ao suprimento de água e à irrigação.⁵

Em parceria com o Serviço Geológico e Mineralógico Brasileiro (SGMB), comandado pelo geólogo estadunidense Orville A. Derby, a comissão criada foi composta por geólogos, topógrafos e auxiliares do SGMB às custas da IOCS. Coordenada por Horace Williams e por Roderic Crandall, a comissão partiu para a região em dezembro de 1909. Ademais, Lisboa incumbiu ao botânico Alfredo Löefgren o estudo das “[...] possibilidades de arborização e da introdução de plantas estrangeiras que fossem produtivas e economicamente valiosas para a região”.⁶

Os levantamentos realizados pela comissão permitiram a criação da Série I-G, coletânea de peças cartográficas das áreas sob a intervenção da Inspetoria. Ao total, foram confeccionados treze mapas que constam diferentes informações e objetivos, de acordo com as necessidades e orientações da IOCS daquele momento (Quadro 01). A Série I-G atendeu a diversos interesses, incluindo questões econômicas, sociais e políticas. As peças gráficas deram suporte à construção de ferrovias e de açudes, mapearam a topografia, a hidrografia e as localidades urbanas então existentes. O “desertão” se transformava paulatinamente em uma unidade territorial brasileira, mapeada e conhecida e que se tornaria na década de 1930, o Nordeste.⁷

5 CRANDALL, Roderic. *Geographia, Geologia, Supprimento d'Água, Transportes e Açudagens dos estados orientaes do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba*. Rio de Janeiro: IOCS, 1910. Publicação n.4, Serie I, D, E.

6 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.XVII. O relatório de Löefgren foi publicado no mesmo ano: LÖEFGREN, Albert. *Notas Botânicas (Ceará)*. Rio de Janeiro: Inspectoria de Obras Contra as Secas, 1910. Série I-A, n.2.

7 FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da Inspetoria de Obras Contra as Secas – Nordeste/Brasil 1910-1915. *Scripta Nova*, Barcelona, v.18, n.493(38), p.1-18, 1 nov. 2014.

Quadro 1. Síntese do conjunto de mapas elaborados pela IOCS entre 1910 e 1915

Número*	Profissional responsável	Abrangência	Data	Escala	Tamanho (cm)
03	Horace Williams Roderic Crandall	Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba	1910	1:1.000.000	84 x 74
05	Albert Löefgren	Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte (Mapa Botânico)	1910	1:3.000.000	-
06	Horace Williams Roderic Crandall	Ceará	1910	1:650.000	72 x 92
08	Roberto Miller	Canal do Rio São Francisco	191-?	1:500.000	101 x 62
14	Guilherme Lane	Pernambuco, Piauí e Bahia	1912	1:500.000	68 x 69
15	Guilherme Lane	Bacia do R. Itapicuru - Bahia	1912	1:500.000	69 x 82
28	Roberto Miller	Canal São Francisco - Jaguaribe	[1913]	1:500.000	56 x 95
29	Guilherme Lane	Bahia	1913	1:500.000	86 x 81
30	Guilherme Lane	Paraíba	1913	1:500.000	60 x 98
32	Horatio L. Small	Piauí - parcial	1914	1:500.000	95 x 60
33	Horatio L. Small	Piauí	1914	1:500.000	93 x 46
35	Ralph H. Sober	Sergipe e parte nordeste da Bahia	1914	1:1.000.000	69 x 59
42	Guilherme Lane	Pernambuco	1915	1:500.000	148 x 52

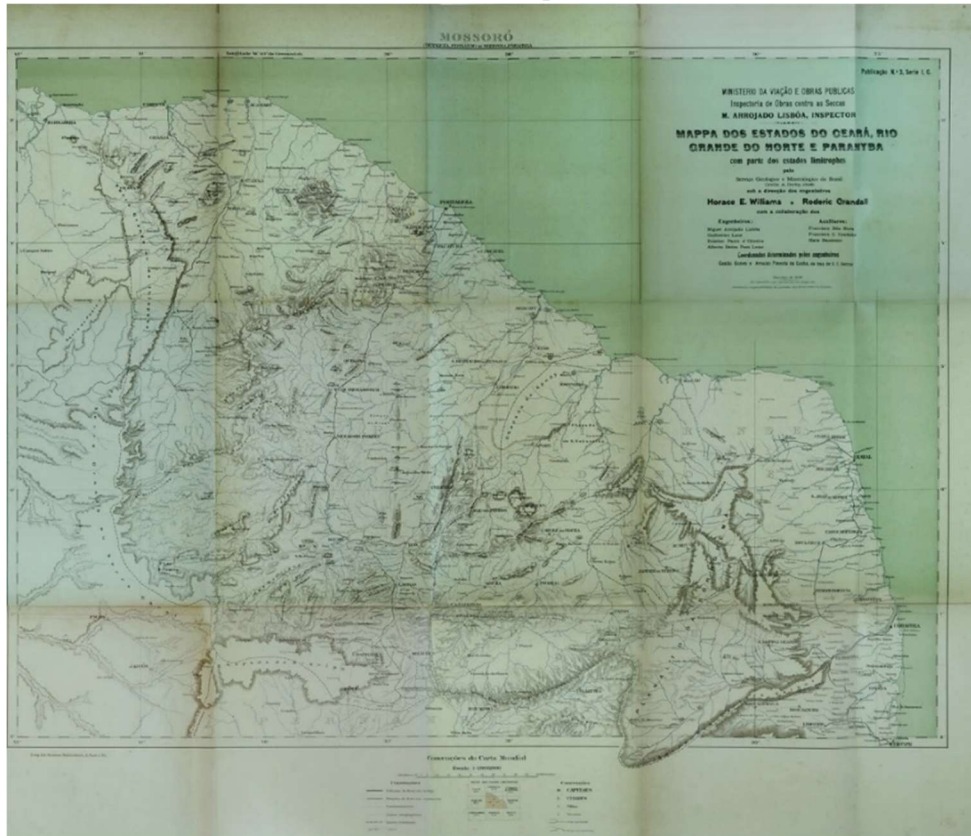
Fonte: FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. *Dominar o conhecimento, controlar o território...*, 2014; ARQUIVO NACIONAL. *Fundo Francisco Bhering (F4): instrumento provisório dos documentos cartográfico*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.

Nota: *Convém apontar que a IOCS adotou numeração única para todas as publicações, sejam mapas, relatórios, estudos e memoriais, cuja classificação foi definida de acordo com o estabelecido em sistema próprio, usando numerais romanos e letras do alfabeto, sempre explicados nas páginas iniciais de cada obra impressa. Com relação ao mapa de Número 5, ao contrário dos demais, este não foi publicado em separado, sendo anexado ao relatório "Notas Botânicas", da série I-A.

A comissão de 1909 produziu duas peças gráficas, as de Número 03 (sobre o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e a de Número 06 (Ceará). Enquanto a do Ceará traz maior grau de detalhamento, dada a escala ampliada, a primeira evoca uma "ideia geral da região" (Figura 01). Nesse sentido, Crandall e sua equipe atenderam às prerrogativas estabelecidas pelo ministro Francisco Sá quanto ao conhecimento prévio das áreas mais afetadas pelas secas - Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. O mapa também expõe um novo sentido imagético ao representar uma área cujos limites político-administrativos dos estados se

encontraram em segundo plano. Assim, a IOCS possuía uma diretriz de ação regional, uma vez que as irregularidades pluviométricas e os seus efeitos não respeitam os limites estaduais. Igualmente, esse fato explicita o posicionamento de centralidade da União frente aos poderes locais, a partir de uma instância federal que, em teoria, agiria de maneira mais abrangente possível, atendendo maior número de localidades.

Figura 1. Publicação Número 3, referente aos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Parahyba. Dos antigos, e pouco detalhados, mapas coloniais e imperiais, o uso de medidas racionais concorreram para a criação de uma cartografia igualmente racional e precisa. Encerrava-se, assim, o período dos “territórios desconhecidos” nos mapas brasileiros.



Fonte: Acervo físico do HCUrb/UFRN.

O mapa apresentado na Figura 01 teve como base memorial o relatório elaborado por Crandall em 1910. Intitulado “Geographia, Geologia, Supprimento d’Água, Transportes e Açudagens dos estados orientaes do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba”, o relatório abordou os temas constantes no seu título, além das questões econômicas e um capítulo conclusivo com diretrizes de ação. Com relação aos levantamentos geográficos e geológicos, o mapeamento realizado pela comissão procurou, nas ciências naturais, respostas às questões acerca do suprimento de água para a região. As conclusões parciais ratificaram o raciocínio de André Rebouças em 1877 ao apontarem que “[...] do ponto de vista físico, as condições aí encontradas em nada são mais difíceis do que as das regiões semelhantes

nas Índias e nos Estados Unidos da América do Norte, e que as soluções não são, de modo algum, impossíveis sob o aspecto da engenharia”.⁸

Crandall tentou demonstrar que o problema não residia nas condições geográficas ali presentes. Os terríveis efeitos socioeconômicos se encontravam, em sua opinião, mais estreitamente vinculados à falta de obras de engenharia que permitiriam o combate do flagelo ou até mesmo resolvê-los em caráter permanente. Similar a Rebouças, o geólogo recorreu aos dados comparativos de regiões análogas na América do Norte e na Ásia para demonstrar, em uma escala proporcional, que a situação brasileira somente atingiu níveis de calamidade pela inexistência de ações sistematizadas.

Uma das principais contribuições do relatório foi a definição mais precisa de “secas”. Ao usar termos análogos – como irregularidades pluviométricas, por exemplo – concordo com as considerações de Crandall, que procurou ultrapassar a ideia, ainda atualmente arraigada, de que secas e estiagens são termos sinônimos.

As secas são períodos em que os acontecimentos naturais não seguem um curso normal: falta, irregularidade, má distribuição ou excesso de chuvas fora da estação própria, tudo tende a produzir escassez nos alimentos ou na provisão d’água e daí resulta um período de penúria – uma <<Seca>> conforme o emprego local usual da palavra. Esses fatores em conjunção com os fracos meios de transporte e o sistema de propriedade territorial e da administração produzem os bem conhecidos resultados nestes tempos de necessidade.⁹

Apesar das obras recorrerem ao lugar comum de combate às estiagens, o pensamento proposto por Crandall apontou para outro olhar. O esforço foi direcionado para o embate aos efeitos socioeconômicos. Os açudes não seriam empregados para modificar o clima, mas para garantir uma segurança hídrica para as populações sertanejas e para suas criações e plantios¹⁰. Concomitantemente, as estradas de ferro permitiriam rápido fluxo de auxílio e facilitação no comércio das mercadorias.

A solução, portanto, deveria garantir os meios necessários para o armazenamento de água e para a produção agrícola. Ao adotar as palavras do chefe do posto meteorológico de Quixeramobim/CE, o agrimensor Oswaldo Weber (em carta privada a Orville Derby em 1907), Crandall ratificou esse pensamento, transformando-o na mola motriz das ações da IOCS: “De fato, só há secas agricolamente falando, *precipitação mais ou menos abundante não falta nunca*, dependente unicamente a boa colheita dos cereais da distribuição regular das chuvas durante o inverno”¹¹. É interessante pensar também que o “combate às secas”,

8 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.42. REBOUÇAS, André. A Seca nas províncias do Norte. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Louzinger & Filhos, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). *O nono livro das secas*. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285, p.126-278.

9 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.47.

10 SILVA, Adriano Wagner. A construção do território das secas: as obras de açudagem. In: FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A; SIMONINI, Yuri (ed.). *Contra as Secas: técnica, natureza e território*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.189-220.

11 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.48. Grifos nossos.

presente inclusive no título da inspetoria, faz todo sentido, afinal o órgão buscou dar embate contra os efeitos das estiagens, mas foi, na realidade, uma luta contra as irregularidades, a escassez, enfim, contra a miséria.

Se, em 1877, houve uma mudança paradigmática acerca dos atos da sociedade brasileira frente às secas, outra se configurou, trinta e três anos depois. Na visão da IOCS, retirou-se o manto da calamidade, e, ao mesmo tempo, se negou a enxergar o sertanejo como um retirante. Era mister, portanto, dar condições para que ele continuasse a viver em suas terras e as secas, agora entendidas como um problema a ser resolvido pela engenharia que forneceria os meios necessários para tal empreendimento. Porém, dessa questão se entrelaçariam outras – sociais, econômicas e/ou políticas – as quais delinearam um quadro ainda mais complexo.

A complexidade desse conjunto ainda não era totalmente clara para a Inspetoria. O positivismo latente impôs uma racionalidade técnico-científica radical, muitas vezes dissociada da realidade. Um possível exemplo é dado por Crandall ao abordar a questão dos modos de transportes da região. Apesar da importância dos aspectos sócio-políticos, ele defendeu o uso misto das vias de circulação (rodovia ou estradas de ferro), além da adoção de meios de transporte mais adequados, seja carroças ou veículos automotores. Seria a topografia da região o determinante da solução mais adequada. Convém lembrar que, apesar das ferrovias estarem em franco desenvolvimento, a região ainda contava com pouco trechos operacionais e dependia de estradas carroçáveis. Após 1910, os engenheiros iniciaram debates acerca das vantagens e desvantagens do uso ou não das ferrovias, culminado com sua derrocada a favor dos automóveis ao longo da década de 1920 em diante.¹²

Crandall ainda discorreu sobre o direcionamento do fluxo das mercadorias sertanejas. O posicionamento do profissional, nesse aspecto, revela as tensões entre as soluções puramente técnicas e a realidade entremeada com a “politicagem” brasileira – como bem observou com certo desdém Aarão Reis na década de 1910. Inicialmente, o geólogo afirmou: “É um erro econômico e político procurar forçar o desenvolvimento das cidades da costa oriental com vias férreas para o interior”. Mas, a justificativa usada se baseou em dados topográficos, uma vez que o acesso ao interior é dificultado pela Serra da Borborema.

¹² Como bem atesta Gabriel Leopoldino Paulo de Medeiros: “Enquanto que engenheiros como Aarão Reis, já na década de 1910, afirmavam que a tecnologia automobilística então em ascensão era preferível às locomotivas e que as rodovias eram mais baratas e rápidas de se construir, outros como Henrique de Novaes propunham uma intensificação no prolongamento das estradas de ferro já existentes, além de sua integração formando uma malha que cobrisse uma vasta extensão territorial. Porém, o que se verificou posteriormente foi a popularização do automóvel e a expansão das redes rodoviárias, enquanto que os investimentos nas linhas férreas decresceram vertiginosamente, resultando na predominância das primeiras sobre as segundas”. Um dos motivos pela escolha foi de caráter financeiro: de acordo com os cálculos elaborados por Aarão Reis, quatro milhas de estradas de rodagem poderiam ser construídas com o valor gasto para cada milha de ferrovia implantada no país. MEDEIROS, Gabriel L. Paulo. *As cidades e os trilhos: resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações*. 2007. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007, p.49. REIS, Aarão. *Obras novas contra as secas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918*: Relatório apresentado ao exmo. Dr. Augusto Tavares de Lyra, Ministro da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

Ou seja, “as cidades costeiras têm e terão sempre o seu progresso limitado pela produção das regiões costeira e serrana, que são suas tributárias”.¹³

A proposta, de acordo com os cálculos constantes no relatório, foi a confluência das malhas ferroviárias das regiões interioranas do Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba para o porto de uma cidade em particular, Mossoró:

[...] qualquer ponto de toda a região abrangida por Cajazeiras, Piancó, Patos e Seridó, fica mais perto de Mossoró do que de outro porto da costa e tem além disto a vantagem do nível, o que é mesmo mais importante do que a distância na determinação das tarifas de carga, pois de qualquer ponto nesta região para Mossoró o perfil da linha será descendente em todos os casos.¹⁴

Diversos projetos nessa direção sofreram atrasos ou foram prejudicados por disputas político-econômicas. Foi o caso de disputa entre Natal – a capital do estado do Rio Grande do Norte – e Mossoró – a principal cidade do interior do RN –, em dois momentos. O primeiro foi a ferrovia de penetração proposta em 1904, por Sampaio Correia, então chefe da Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas para o Rio Grande do Norte. A escolha do traçado favoreceu a capital do estado, sem levar em consideração os quesitos técnicos. Somente em 1915, a estrada de ferro foi inaugurada, ligando Mossoró à cidade de Souza/PB, uma aspiração que remontava à primeira tentativa de construção desse ramal, na década de 1870¹⁵. Se as vias de circulação tiveram problemas, o porto mossoroense, o segundo exemplo, não seria uma exceção, apesar das potencialidades econômicas e comerciais:

O porto ainda não recebeu qualquer atenção da parte dos engenheiros, mas tal qual é pode favoravelmente comparar-se aos de Natal e Cabedelo, e recebendo obras hidráulicas é possível que se torne igual a qualquer destes. Não será nunca um grande e importante ponto de passageiros, pode, porém, ser posto em condições de comportar grandes quantidades de cargas e receber pacotes de 5.000 a 6.000 toneladas, que é a comum e econômica tonelage dos vapores de carga.¹⁶

Com relação às formas de armazenamento de água, o relatório adotou uma terceira via de solução, resolvendo o antigo dilema da construção de açudes suscitado nos debates entre a “Escola Pluvífera” e a “do Guizo” em fins do século XIX¹⁷. O tamanho do reservatório seria calculado a partir das condições topográficas, geológicas e hidrográficas de cada localidade. Ademais, as barragens de grandes proporções continuariam sob o encargo da IOCS, enquanto que os pequenos deveriam ser feitos por particulares – inclusive com compensação pecuniária garantida por lei.¹⁸

13 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.62.

14 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.64.

15 MEDEIROS, Gabriel L. Paulo. *As cidades e os trilhos...*, 2007. Algumas obras que abordaram essa questão: GRAF, João Ulrich. *Estrada de Ferro de Mossoró*. 4.ed. Mossoró: ESAM, 1980. (Coleção Mossoroense, 120). RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de comunicação (1820-1920)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006. ROSADO, Vingt-Un. *A engenharia nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do sonho grafiano*. v.3 a 5. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998. TAKEYA, Denise Monteiro. *Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB, ETE-NE, 1985. (Documentos do Nordeste, 4).

16 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910, p.64.

17 Sobre o papel das duas “Escolas”, cf. SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Adriano W. A escola Pluvífera e as secas no Nordeste do Brasil: o caso do Gargalheiras (1877-1959). *Projeto História.*, v.59, p.204 - 239, 2020.

18 CRANDALL, Roderic. *Geographia...*, 1910.

Porém, como muitos desses pequenos açudes foram construídos sem conhecimento técnico, estes foram, comumente, os primeiros a serem destruídos em decorrência da pressão do volume de água, nos invernos excessivos. Crandall, nesse sentido, recomendou a elaboração de um folheto ou publicação de um artigo técnico em “jornais locais”, usando linguagem simples, sobre como construir uma represa de terra ou de alvenaria. Sugeriu ainda a nomeação de um “engenheiro consultor” para percorrer o sertão e auxiliar nos cálculos e custos na execução das obras.¹⁹

No final, o relatório traz uma série de recomendações que se aproximam das proposições estabelecidas pela IOCS. As trinta e quatro sugestões constantes no relatório podem assim ser resumidas: a) Adoção de *estudos* prévios, das bacias hidrográficas, dos açudes, poços, estradas (incluindo produção cartográfica); b) Construção de *vias* e opção de meios de transporte mais aplicáveis; c) Construção de *açudes*, de poços e sistemas de irrigação; d) Uso de medidas *racionalistas*, como a nomeação do “engenheiro consultor” e organização orçamentária; e e) Aproveitamento *econômico* com emprego de palha de milho como forragem seca e os meios de obtenção de uma máquina que a corte e a embale ²⁰. As propostas ratificam, assim, o emprego da técnica para lidar com a questão das secas, procurando não somente combater os seus efeitos, eliminando-os, mas os incorpora como meios auxiliares na solução dos problemas ali existentes.

A construção de açudes e de vias de penetração sempre se manteve no cerne das propostas e das ações da IOCS. Quando o engenheiro Aarão Reis assumiu, em 1913, o cargo de inspetor geral, esses ideais começaram a ganhar sentido mais econômico. Durante o exercício do seu cargo, até 1918, Reis enfrentou problemas para levar adiante as ações da Inspetoria. Em primeiro lugar, houve questões de ordem financeira com a falta de recursos, seqüela indireta da Grande Guerra. Em segundo, a seca de 1915, que agravou ainda mais a situação das regiões afetadas²¹. Existiu ainda um terceiro problema, quase endêmico, que o inspetor não elencou entre essas ações, mas que particularmente o ultrajava, o clientelismo público.

A pressão do interesse particular é tamanha entre nós, onde a má politicagem tem permitido que os cargos públicos se transformem, muita vez, em pretexto para pensões disfarçadas, que os próprios espíritos elevados do Congresso não escapam a preocupação nefasta de ver, em cada chefe de serviço, não o *colaborador patriótico* de medidas acertadas, mas apenas o *interessado mesquinho* em acrescentar honorários e defender bolsas particulares.²²

19 CRANDALL, Roderic. Geographia..., 1910. O período invernososo, no Nordeste, é a época chuvosa do ano, geralmente entre os meses de março a junho.

20 CRANDALL, Roderic. Geographia..., 1910.

21 Sobre a Seca de 1915, recomendo a leitura da obra de Rachel de Queiroz, “O Quinze”; como fonte “técnica”, temos o texto escrito por Rodolpho Theophilo, “A Secca de 1915”, publicado no Rio de Janeiro, pela Imprensa Inglesa, em 1922.

22 REIS, Aarão. *Obras novas ...*, 1920, p.6. Grifos do autor.

Em seu extenso relatório, Reis chamou a atenção em vários momentos acerca dessa prática que, segundo ele, consiste em um sério entrave ao “patriótico” (termo usado por ele frequentemente) dever do Estado para com a população brasileira. A politicagem, diferente da política, emprega(va) meios ilícitos para interesses particulares em detrimento da coletividade. No caso, o uso de repartições públicas como cabide de emprego e, mais especificamente, com mudanças de traçado de vias ou construção de açudes para atender aos coronéis do sertão. A prática – do que seria, mais tarde, conhecida como a “Indústria das Secas” – foi, naquele momento, combatida por Reis.²³

O inspetor optou por uma organização das comissões encarregadas das obras, com quadro mínimo de pessoal, predominando os técnicos – de engenheiros a desenhistas: “E, assim, evitou-se, de vez a tendência para a *burocratização* excessiva de serviços destinados, não a pensionar cabos eleitorais, porém sim a proporcionar, com eficiente utilidade pública nacional, trabalho honesto aos que dele se encontravam privados pela seca generalizada”.²⁴

Além do uso de profissionais qualificados, Reis ainda destacou um ponto interessante. Para o inspetor, era imprescindível manter o sertanejo em seu local de origem. Não se tratava apenas de uma questão social, mas de ordem econômica (portanto, contrário aos preceitos da “Escola do Guizo”). Reis usou, no relatório, termos como “sacrifício da terra natal”, “braços valiosos” e “têmpera sertaneja” para demonstrar o equívoco das migrações forçadas e dos prejuízos que ela representaria não somente para a região, mas para o Brasil.

Se, pois, mister se faz cuidar de realizar obras e trabalhos que, impedindo o êxodo das populações flageladas pela seca, conservando-as, quanto possível, dentro do próprio Estado natal, ao abrigo, ao menos, da miséria decorrente da deficiência d’água indispensável à cultura e a criação, parece imprescindível iniciar serviços para os quais não é possível contar com o referido crédito orçamentário.²⁵

Com relação às obras, devido ao gradativo corte orçamentário – em 1912, a IOCS dispunha de sete mil contos; em 1914, quatro mil e trezentos contos foram auferidos pela União; e para 1915, o órgão teve à disposição apenas dois mil de duzentos contos – Reis se empenhou na execução de serviços em três frentes: a construção de estradas de *rodagem*, a perfuração de poços artesianos e a construção de açudes nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba (incluindo mudanças na premiação em dinheiro para os construtores de açudes particulares). O plano de ação, elaborado por Reis, buscou evitar propostas urgentes e de curto prazo, mantendo posicionamento racional e não influenciado pelo caráter assistencialista emergencial. Caso fosse necessário, afirmou o inspetor, a IOCS

23 Sobre a Indústria da Seca, cf. CASTRO, Josué. *Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço*. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; SILVA, Roberto Marinho Alves. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.18, n.1-2, p.361-385, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>.

24 REIS, Aarão. *Obras novas...*, 1920, p. XL, grifos do autor.

25 REIS, Aarão. *Obras novas...*, 1920, p. XX.

daria início a novos estudos, projetos e orçamentos de açudes públicos e privados e que deveriam ser executados de acordo com cronograma pré-estabelecido.²⁶

Dois pontos chamam a atenção no relatório. Primeiro, o real objetivo por detrás dos princípios da Inspetoria, sob a orientação de Reis, foi a “[...] incorporação definitiva do nordeste brasileiro ao desenvolvimento normal e progressivo da riqueza nacional”. Nesse trecho, é possível vislumbrar não somente a proposição para integrar a região ao país, ou seja, um pensamento de alcance nacional e, logo, não-regionalista ou local²⁷. Segundo, a adoção do termo *nordeste*, que seria oficializado pelo IBGE somente em 1939. De fato, ao analisar os textos e discursos técnicos e políticos de fins do século XIX à década de 1930, é possível vislumbrar a transformação das “Províncias do Norte” em “Nordeste”, amparada, sobretudo, pelas condições físico-geográficas ali encontradas.

Ademais, no relatório, Reis chamou a atenção para dois decretos promulgados em 1915 a fim de subsidiar as obras da IOCS. Em ambos, o texto não deixou dúvidas sobre quando a organização espacial começou a se misturar com a divisão político-administrativa brasileira. São eles: o Decreto 2.974 de 15 de julho de 1915 – “Autoriza o Poder Executivo a abrir créditos extraordinários, até a importância de 5.000.000\$000, para serem aplicados em obras de reconhecida utilidade na zona nordeste assolada pela seca”; e o Decreto 11.641 de 15 de julho de 1915 – “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito extraordinário de 5.000.000\$000, para ser aplicado a obras de reconhecida utilidade na zona do nordeste assolada pela seca”.²⁸

Tal como a imprecisão dos antigos mapas que se converteu em peças cartográficas, esse processo de melhor definição da região ganhou, em igual proporção, linhas mais claras na medida em que o conhecimento se acumulava até a oficialização do “Polígono das secas”, em 1951 e da sua ampliação ao que conhecemos atualmente. Essa conjunção de ideias, conceitos e definições na criação do Nordeste ao longo de todo esse período, portanto, se basearam sobremaneira no processo levado a cabo pelo viés técnico-científico e seus estudos e conclusões, sem, contudo, deixar de lado o aparato político e as questões sociais e culturais que tiveram significativo papel na continuidade dessa criação, em especial quando a inspetoria se reorganizava como ente federal.

26 REIS, Aarão. *Obras novas...*, 1920. De acordo com o inspetor (na página XXI, grifos do autor), desde a criação da IOCS, o valor do prêmio era o equivalente a metade do orçamento aprovado para a construção de pequenos e médios açudes particulares. “Penso que seria de grande alcance, e de efeitos imediatos, a elevação – durante a atual seca e enquanto persistirem seus efeitos – daquele prêmio ao total do orçamento aprovado. Todos os proprietários já de posse – muitos desde 1911 – dos planos dessas obras – organizados gratuitamente pela Inspetoria, não vacilariam em iniciá-las [...]. Não sugiro a adoção dessa medida, da qual resultará, positivamente, trabalho para milhares de pessoas, senão em relação aos açudes em andamento, cujos prêmios estejam totalmente por pagar e aos que se iniciarem, desde logo, nos Estados em que a seca estiver plenamente declarada e cuja conclusão não vá além da duração do flagelo”.

27 REIS, Aarão. *Obras novas...*, 1920, p. XXIX.

28 REIS, Aarão. *Obras novas...*, 1920.

A INSPETORIA FEDERAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

O relatório de Reis encerrou não somente o seu período de exercício, mas o “fim” da IOCS. Em 9 de julho de 1919, o presidente em exercício, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, promulgou o Decreto n.13.687, aprovando o regulamento da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS. É possível perceber no texto algumas mudanças fundamentais. Se, primeiro, no regulamento anterior foram mencionados apenas “alguns estados do norte do Brasil”, nesse, a área de atuação da Inspetoria compreendeu (nessa ordem e sem explicar os motivos desse rearranjo) os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia além do norte de Minas Gerais²⁹. É importante destacar tal precisão se comparada com delimitação atual do semiárido³⁰, para inferir que a manutenção do polígono das secas restrita apenas ao atual nordeste até o início do século XXI pode não ter considerado aspectos técnico-científicos que criaram a coeva definição do semiárido brasileiro.

Segundo, as ações da nova inspetoria ganharam novos contornos ao adotar postulados e ideias debatidas desde 1877. Além do que foi proposto em 1909 para a IOCS, destacam-se a retirada da execução de ferrovias, privilegiando as rodovias de terra (dando início ao período de declínio das estradas de ferro); a ênfase nas barragens submersíveis ao cabedal de proposições (que ainda incluíam os açudes e os poços artesianos); e maior ênfase nas questões econômicas, como o uso da piscicultura e do cultivo de plantas forrageiras (para a pecuária) e plantio de florestas nos açudes públicos.³¹

O período igualmente marcou outra mudança na forma de execução das obras. Em 1920, o ministério de Viação e Obras Públicas criou a “Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste Brasileiro”, fundo de arrecadação mista que daria subsídios para a IFOCS dar andamento às obras³². Contudo, no mesmo ano, outros decretos foram promulgados para que as obras fossem executadas por empresas privadas, sob a fiscalização da Inspetoria. Após licitação pública, as firmas estrangeiras Dwight P. Robinson & Co., C. H. Walker & Co. e Northon Griffiths & Co. foram contratadas para a

29 BRASIL. Decreto nº 13.687, de 9 de Julho de 1919. Approva o regulamento para a Inspectoria Federal de Obras contra as Seccas. *Diário Oficial da União*, 13 jul. 1919, p.9923-9934.

30 Ver mapa elaborado pelo Grupo interministerial para delimitação do semiárido na publicação constante em https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/publicacoes/cartilha_delimitacao_semi_arido.pdf

31 BRASIL. Decreto nº 13.687, de 9 de Julho de 1919. Sobre o plantio, eu gostaria de destacar o Artigo 11: “A Inspetoria criará em cada açude público, sem sacrifício do cultivo dos cereais, viveiros de plantas florestais, forrageiras e frutíferas, indígenas ou exóticas, distinguindo nas essências florestais as espécies do gênero eucalipto que mais resistirem à inclemência do meio; e nas terras impróprias à florestação desenvolverá a cultura da *opuntia ficus indica* e da *opuntia anacantha* de Burbank. O encarregado da cultura florestal em cada açude deverá curar do terreno e de seu preparo, da conservação das sementes para a propagação das espécies, dos meios de transplantação dos viveiros para os lugares definitivos, dos processos de alinhamento e da equidistância das plantas”. É interessante observar a tendência racionalista para o cultivo de determinadas espécies vegetais e da introdução do eucalipto como planta resistente às secas, mas inadequada para criação de uma “floresta”.

32 Os custos seriam divididos entre a União e os Estados cujas obras seriam executadas, além de operações de cartas de crédito e taxas de venda ou arrendamento de terras dos mencionados estados. Cf. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14102-17-marco-1920-511435-republicacao-93147-pe.html>.

construção das barragens de alvenaria no Rio Grande do Norte, Paraíba e no Ceará³³. Duas dessas empresas tiveram seus contratos ampliados para a execução de melhoramentos nos portos do Rio Grande do Norte e do Ceará. Ao que tudo indica, como se tratava de obras de maior complexidade técnica, o Governo brasileiro optou pela “terceirização” dos serviços de infraestrutura no país no intuito de melhor gerenciamento, diante do reduzido número de pessoal em seus quadros. Em 1920, havia 47.263 empregados registrados no Ministério de Viação e Obras Públicas, respondendo por quase 38% do total de funcionários do país (124.495 servidores).

A documentação pós-1920 se manteve centrada no acompanhamento das obras, mediante execução de relatórios técnicos. Um desses relatórios foi elaborado por uma comissão – composta pelo General Cândido Mariano da Silva Rondon, Ildefonso Lopes e pelo relator, Paulo de Moraes Bastos – incumbida de visitar as obras em 1923. Nesse documento, em particular, há uma interessante delimitação do que seria o Nordeste brasileiro, ao expor característica marcante da visão da década de 1920 para a região.

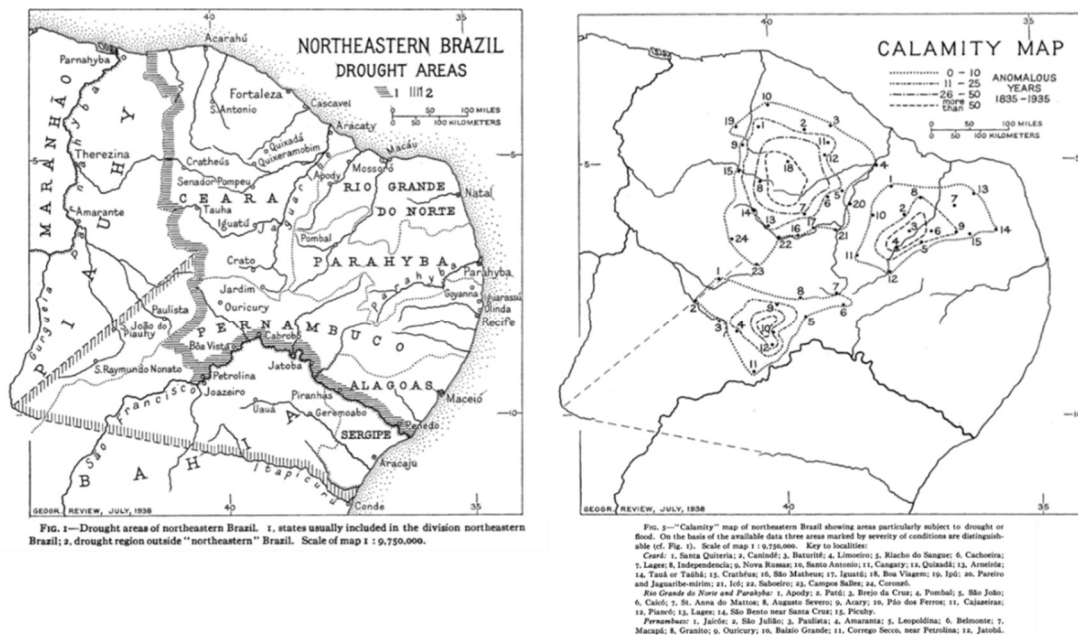
O Nordeste brasileiro, onde ora se efetuam as grandes obras contra as secas, abrange o território dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e da Paraíba, sendo a zona acentuadamente sujeita ao flagelo situada entre o litoral e o sopé da cadeia de montanhas formada pelas serras Grande ou da Ibiapaba, Geral, do Araripe e as cristas divisórias da Borborema com o estado do Pernambuco.³⁴

É possível entender esse aparente paradoxo entre o processo de configuração territorial do Nordeste e a delimitação restrita ao Ceará, Rio Grande do Norte e à Paraíba nos discursos oficiais. Se retrocedermos a 1877, o foco inicial das ações para combater os efeitos das secas centrou-se no Ceará, estendendo-se, paulatinamente, às outras duas províncias. Convém lembrar, ainda, que o fato de grande parte dos seus respectivos territórios encontra-se na área de influência das irregularidades pluviométricas (Figura 02). Essa estreita ligação direcionou recursos e projetos em um longo período de tempo, ademais das constantes notícias e publicações sobre tais províncias/estados.

33 RIO, José Pires. *Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado da Viação e Obras Públicas – anno de 1920*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. As três firmas, mediante os respectivos contratos assinados em 1920, fariam obras que não se restringiam a um único estado: Robinson Co., por exemplo, deveria construir açudes na Paraíba e no Ceará e o porto de Natal. Contudo, essa mesma firma deve ter reincidido o acordo, assumindo no seu lugar a Walker Co. Não foram encontrados os motivos de sua desistência.

34 RELATORIO apresentado ao Governo Federal pela Comissão incumbida de visitar as obras contra as seccas, que se estão executando no Nordéste do Brasil. Publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Federal, 1923. *Revista Brasileira de Engenharia*, Rio de Janeiro, ano 3, tomo 4, n.2, p.48, ago. 1923.

Figura 02. Delimitação espacial das áreas afetadas pelas secas (à esq.) e localização dos pontos críticos entre 1835-1935 (à dir.). Os mapas, elaborados em 1938, expõem duas informações distintas, porém complementares, além de situar, com maior precisão, as localidades mais afetadas, de acordo com os dados pluviométricos. É perceptível que, apesar da incidência em PE, as manchas de proporções mais extensas se encontram nos três estados do CE, RN e PB.



Fonte: FREISE, Frederick W. The drought region of Northeastern Brazil. *Geographical Review*, v.28, n.3, p.363-378, 1938.³⁵

Além da contínua relação entre as secas e o Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba – em detrimento, de outros estados, ilustrado na Figura 02 – relações políticas tiveram importante papel nessa delimitação. O Ceará sempre contou com uma bancada política proeminente que, em conjunto com deputados e senadores potiguares e paraibanos, souberam, muito provavelmente, aliar os interesses locais com os da região para conseguir os recursos necessários. Não menos importante, diversos ministros das pastas ligadas às obras públicas foram provenientes do Nordeste, com a predominância de Pernambuco.³⁶

É interessante notar a presença de Pernambuco no que se refere às questões das secas. Diversas obras foram executadas nessa província / estado, mas esse não demonstrou igual apelo incisivo que as demais aqui estudadas. Alguns pontos podem ajudar a entender essa questão. Primeiro, além do poder político, Pernambuco ainda contava com conside-

³⁵ As duas legendas expõem as seguintes observações, aqui traduzidas: Figura 1 [à esq.] – Áreas de seca no nordeste do Brasil. I. Estados frequentemente incluídos na divisão setentrional do Brasil. II. Região seca fora do “nordeste” brasileiro. Escala do mapa 1:9.750.000; Figura 2 [à dir.] – “Calamidade” mapa do nordeste brasileiro mostrando as áreas particularmente sujeitas às secas ou às inundações. Com base nos dados disponíveis, três áreas marcadas pela gravidade da situação são discerníveis (cf. Fig. 1). Escala do mapa 1:9.750.000. Localidades assinaladas: *Ceará*: 1. Santa Quitéria; 2. Canidé; 3. Baturité; 4. Limoeiro; 5. Riacho do Sangue; 6. Cachoeira; 7. Lages; 8. Independência; 9. Novas Russas; 10. Santo Antônio; 11. Canagary; 12. Quixadá; 13. Armênia; 14. Tauá ou Taubá; 15. Cratões; 16. São Mateus; 17. Iguatú; 18. Boa Viagem; 19. Ipú; 20. Pareiro e Jaguaribe-Mirim; 21. Icó; 22. Saboeiro; 23. Campos Sales; 24. Coronó. *Rio Grande do Norte and Paraíba*: 1. Apodi; 2. Patú; 3. Brejo da Cruz; 4. Pombal; 5. São João; 6. Caicó; 7. Santana do Matos; 8. Augusto Severo; 9. Acari; 10. Pau dos Ferros; 11. Cajazeiras; 12. Piancó; 13. Lajes; 14. São Bento próximo à Santa Cruz; 15. Picuí. *Pernambuco*: 1. Jaicós; 2. São Julião; 3. Paulista; 4. Amaranta; 5. Leopoldina; 6. Belmonte; 7. Macapá; 8. Granito; 9. Ouricuri; 10. Baixo Grande; 11. Córrego Seco, próximo a Petrolina; 12. Jatobá.

³⁶ É possível inferir certa ação conjunta por parte das bancadas do CE, RN e PB. Em um rápido levantamento no site do Senado Federal < <http://www.senado.gov.br/senadores/periodos/legisAnt.shtm> >, as 21 legislaturas do período (1869-1930) contaram com participação média superior a oito senadores provenientes dessas províncias / estados, de um total ponderado de 64 senadores. Isso significa 13% do quadro total de senadores brasileiros em exercício naquele momento, formando um bloco, variando entre 6 e 12 legisladores. Convém ainda lembrar que, dentre eles, dois senadores foram ministros da pasta de Viação e Obras Públicas: Francisco Sá (CE) – 1909-10 e 1922-26 – e Augusto Tavares de Lyra (RN) – 1914-18. Infelizmente, não foi possível executar semelhante cálculo para os deputados, uma vez que a página da Câmara Federal não dispõe, de forma clara, dessas informações.

rável poder econômico (oriundo da cana-de-açúcar e do comércio) que permitiu a seus governantes o uso de recursos próprios, sem a necessidade de maior dependência do Governo Central. As obras do porto de Recife, por exemplo, quase sempre se encontraram nas mãos de iniciativas particulares ou executadas pelo governo local. Ademais, como bem mostra a figura acima, a área afetada, em relação às demais, não foi representativa e, principalmente, não afetou as zonas produtivas, localizadas na Zona da Mata.

Até a década de 1920, os órgãos técnicos buscaram entender a relação da região Nordeste com as irregularidades pluviométricas. A enorme quantidade de dados acumulados desde a criação de comissões técnico-científicas, em fins do século XIX, permitiu à Inspetoria estabelecer um projeto viável para solucionar os problemas encontrados com base nessas informações. Com essa preocupação encaminhada, os relatórios posteriores se detiveram em outras atividades, com a fiscalização e o inventário das obras em execução, a exemplo do informe de 1923.³⁷

A Era Vargas (1930-1945) trouxe uma nova orientação político-administrativa para o país, com profundas alterações paradigmáticas, cuja centralização do poder e diminuição da influência das oligarquias locais concorreram para o surgimento de um Estado técnico-burocrático nacionalista. Se, por um lado, isso sugeria melhor gerenciamento e organização administrativa, por outro, houve perda da autonomia estadual e esvaziamento de ações em áreas não estratégicas estabelecidas pela União. A IFOCS, com sua centralização operacional e gestão tecnicista, se insere dentro dessa nova perspectiva sem profundas alterações, dando prosseguimento aos esforços contra os efeitos das secas no agora denominado Nordeste até sua reorganização como Departamento de Obras Contra as Secas, em 1945.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca para compreender a região das Províncias do Norte, percorrida desde meados do século XIX, passando pela palestra de André Rebouças em 1877 e das publicações subsequentes até a criação da I(F)OCS, se mistura ao próprio entendimento do Nordeste. Os debates acalorados, os artigos veiculados em jornais, revistas e livros e, posteriormente, os relatórios técnicos, os relatos profissionais e os mapas permitiram que o Brasil redescobrisse essa parte setentrional. Naturalmente, a calamidade de 1877 se tornou um contraponto a um país cujos governantes e elites ansiavam por serem modernos e, sob as luzes positivistas, deveria ser corrigido.

³⁷ RELATORIO apresentado ao Governo Federal..., 1923.

A redescoberta não se deu no litoral, mas no interior. Do território considerado deserto, vazio aos olhos oficiais, foi necessário que profissionais-cruzados adentrassem na *hinterland* para compreender a realidade do semiárido nordestino. Comissões, compostas por engenheiros, topógrafos, botânicos, geólogos – nacionais e estrangeiros – iniciaram seus estudos e análises para encontrar as causas das secas e, por fim, combater os seus efeitos. Com a institucionalização desse combate, coroado com a criação da IOCS, já no período republicano, e, em seguida, da IFOCS, consolidou-se um posicionamento técnico-científico para o enfrentamento desses problemas.

A solução foi um planejamento viário-estrutural cuja construção de açudes asseguraria o fornecimento de água e as ferrovias, por sua vez, permitiriam rápida ajuda às cidades atingidas, além de integrá-las a uma rede territorial, articulando-as às respectivas capitais e auxiliando a dinamização econômica da região. Os estágios últimos consistiriam na incorporação entre os ramais ferroviários e os portos, estes, uma vez organizados, atenderiam a um “projeto” de modernização do país, pois concorreriam para um fluxo de rendimentos às cidades litorâneas, permitindo o seu desenvolvimento econômico e urbano, ao mesmo tempo em que se criava uma hierarquização e controle para com as demais cidades, via estradas. Ou seja, com a integração e a interiorização do país, o governo daria condições necessárias para que as elites locais dotassem as cidades, notadamente as capitais, de diversos melhoramentos e serviços urbanos – incluindo aformoseamentos – com os recursos oriundos dos setores produtivos interioranos.

Todo o esforço e os dados coletados e acumulados pelas diversas comissões enviadas à região desde fins do século XIX e, em seguida, pelos órgãos técnicos criados a partir de 1909 permitiram (re)descobrir o desertão e torná-lo, sob a visão técnico-científica, no Nordeste. Em outras palavras, foi a técnica que primeiro o delimitou, e o caracterizou a partir de seus aspectos físico-geográficos. Com efeito, os elementos culturais são representativos, mas, foi sob o olhar dos antigos instrumentos topográficos que se desenhou a ideia de uma região, e o mapa de Rebouças em 1878 deu sustentação a esse pensamento³⁸. Estudado e conhecido, os engenheiros iniciaram a transformação desse vazio considerado por eles inútil, em um campo produtivo.

As soluções técnicas envolveram dois aspectos fundamentais: sobrevivência e circulação. Era necessário manter o homem, de certa forma, preso à terra, para que produzisse, mas sobretudo, garantir o desenvolvimento econômico. Por isso, as estradas de ferro e os açudes foram construídos dentro dessa lógica. Logo, as inovações tecnológicas instauradas

³⁸ Sobre o mapa e as camadas de representação nele existentes, ver a introdução de FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A; SIMONINI, Yuri (ed.). *Contra as Secas: técnica, natureza e território*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

devem ser analisadas em conjunto com as óticas sociais, políticas e econômicas da região; a perspectiva da Cultura Técnica, portanto, é apenas um desses vieses que demonstram o quão complexo podem ser as tentativas de entendimento da conformação político-territorial do Nordeste, em uma perspectiva histórica.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro – pão ou aço**. 14. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Désio Rodrigo da Rocha; SIMONINI, Yuri. **Dominar o conhecimento, controlar o território: considerações sobre os mapas da Inspetoria de Obras Contra as Secas – Nordeste/Brasil 1910-1915**. Scripta Nova, Barcelona, v.18, n.493(38), p.1-18, 1 nov. 2014.

MEDEIROS, Gabriel L. Paulo. **As cidades e os trilhos: resgate histórico da implantação das ferrovias no Rio Grande do Norte e inventário de suas estações**. 2007. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

NOBRE, Paulo José Lisboa. **Combater as secas e defender as florestas. A natureza nos desafios da ciência e da técnica para modernizar o Brasil (1889 a 1934)**. 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. **Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de comunicação (1820-1920)**. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2006.

ROSADO, Vingt-Un. **A engenharia nacional passou por Mossoró, seguindo as pegadas do sonho grafiano**. v.3 a 5. Mossoró: Fundação Vingt-Un Rosado, 1998.

SILVA, Adriano Wagner. A construção do território das secas: as obras de açudagem. In. FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George A; SIMONINI, Yuri (ed.). **Contra as Secas: técnica, natureza e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p.189-220.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semiárido**. Sociedade e Estado, Brasília, v.18, n.1-2, p.361-385, jan./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>.

SIMONINI, Yuri; FERREIRA, Angela Lúcia; SILVA, Adriano W. A escola Pluvífera e as secas no Nordeste do Brasil: o caso do Gargalheiras (1877-1959). Projeto História., v.59, p.204 - 239, 2020.

TAKEYA, Denise Monteiro. Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB, ETE-NE, 1985. (Documentos do Nordeste, 4).

FONTE

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, no ano de 1908. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1908. v. 3.

BRASIL. Decreto n. 7.619, de 21 de outubro de 1909. Aprova o regulamento para a organização dos serviços contra os efeitos das secas. Diário Oficial da União, 26 out. 1909, p.7702-7704. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1732435/pg-2-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-10-1909/pdfView>.

BRASIL. Decreto nº 13.687, de 9 de Julho de 1919. Aprova o regulamento para a Inspectoria Federal de Obras contra as Secas. Diário Oficial da União, 13 jul. 1919, p.9923-9934.

CRANDALL, Roderic. Geographia, Geologia, Supprimento d'Água, Transportes e Açudagens dos estados orientaes do Norte do Brasil, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba. Rio de Janeiro: IOCS, 1910. Publicação n.4, Serie I, D, E.

CRANDALL, Roderic. Geographia..., 1910, p.42. REBOUÇAS, André. A Seca nas províncias do Norte. Rio de Janeiro: Tipografia de G. Louzinger & Filhos, 1877. In: ROSADO, Vingt-Un (org.). O nono livro das secas. Mossoró: Guimarães Duque, 1983. Coleção Mossoroense, v.285. p.126-278.

CRANDALL, Roderic. Geographia..., 1910, p.XVII. O relatório de Löefgren foi publicado no mesmo ano: LÖEFGREN, Albert. Notas Botânicas (Ceará). Rio de Janeiro: Inspectoria de Obras Contra as Secas, 1910. Série I-A, n.2.

REIS, Aarão. Obras novas contra as secas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918: Relatório apresentado ao exmo. Dr. Augusto Tavares de Lyra, Ministro da Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

RELATORIO apresentado ao Governo Federal pela Comissão incumbida de visitar as obras contra as seccas, que se estão executando no Nordéste do Brasil. Publicado no Diário Oficial de 20 de fevereiro de 1923. Rio de Janeiro: Imprensa Federal, 1923. Revista Brasileira de Engenharia, Rio de Janeiro, ano 3, tomo 4, n.2, p.48, ago. 1923.

RIO, José Pires. Relatório Apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado da Viação e Obras Públicas - anno de 1920. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

SÁ, Francisco. Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de estado de Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1910, p.506.

CAPÍTULO 3

A ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA INSPETORIA DE OBRAS CONTRA AS SECAS IOCS/IFOCs NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE NAS DUAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX

Avohanne Isabelle Costa de Araújo¹

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (2013). Mestra em História pela mesma instituição de ensino (2015). Atualmente, é doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz – COC, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. E-mail: avohanneu@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a atuação dos engenheiros nas obras que foram feitas a partir da criação da Inspetoria de Obras Contra as Secas e, posteriormente, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, mostrando quais melhoramentos agrícolas foram feitos no sertão do Rio Grande do Norte. As fontes que utilizo são os relatórios e fotografias produzidos pelos engenheiros da IOCS/IFOCS, que estão sob a guarda do Clube de Engenharia, localizado no Rio de Janeiro, assim como um mapa fito-geográfico que faz parte do acervo do Sistema de Informações do Arquivo Nacional - SIAN.

A Inspetoria de Obras Contra as Secas - IOCS foi criada em 21 de outubro de 1909 ligada ao Ministério da Viação e Obras Públicas com a finalidade de combater as secas que assolavam a região Nordeste. É importante destacar que a IOCS surgiu de articulações políticas envolvendo os representantes governamentais dos estados do Nordeste e intelectuais que estavam preocupados com o atraso dos sertões em meio a um projeto de se construir uma nação moderna.¹ Estas discussões eram feitas desde fins do século XIX, quando os engenheiros se reuniram no Instituto Politécnico Brasileiro para debater sobre as secas e suas consequências.²

O responsável por exercer as atividades na inspetoria ficou a cargo do engenheiro de minas Miguel Arrojado Lisboa, que foi nomeado pelo ministro da viação, o cearense Francisco Sá, para ser inspetor-chefe. Lisboa (1872-1932) se graduou na Escola de Minas em Ouro Preto, Minas Gerais e atuou na inspetoria entre 1909 e 1912, foi diretor da companhia cessionária das Docas da Baía, com sede no Rio de Janeiro e da Estrada de Ferro Central do Brasil.³

Durante sua gestão na IOCS ocorreram estudos científicos sobre a geografia, a zoologia, a botânica, a geologia e as condições sanitárias da região Nordeste como forma de pensar nas ações práticas que a inspetoria iria desenvolver. A preocupação inicial era com as águas e as vias públicas. Quando se tornou Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas em 1919, as atividades se tornaram mais presentes na construção de estradas e obras de irrigação. Diante disso, a seca no Nordeste passou a ser entendida como um fenômeno com

1 MORAES, Kleiton de. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). In: *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/INSPETORIA%20FEDERAL%20DE%20OBRAS%20CONTRA%20AS%20SECAS.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2021, às 20:20.

2 Para mais informações sobre os estudos que os engenheiros fizeram antes da criação da IOCS ver: ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de. “Cuidemos com mais interesse da construção de açudes”: estudos científicos sobre as secas e medidas adotadas para diminuir seus efeitos nos sertões do Rio Grande do Norte (fins do século XIX). In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH/Brasil*. Recife, 2019. p. 1-16.

3 MORAES, Kleiton. *Op. Cit.* BUCKLEY, Eve E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. University of North Carolina Press, 2017. p. 89. E THIELEN, Eduardo Vilela et. al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil (1903-1911)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2002. p. 53.

toda a sua complexidade, no intuito de “delinear um perfil preciso da região, um quadro amplo no qual estivessem descritas as condições socioeconômicas”.⁴

É importante destacar que as intervenções dos engenheiros delimitaram e caracterizaram a região das secas, estabelecendo de forma mais clara seus nexos com os espaços externo (as outras regiões do país) e interno, as cidades, povoados e diversas zonas de produção. Tal mapeamento tinha em mira promover a circulação de riquezas e o escoamento de mercadorias produzidas nos vastos sertões e, assim, desenvolver a sua economia, de modo a evitar que as populações sofressem com a falta de alimentos e migrassem à procura de melhores condições de vida e trabalho para os estados vizinhos.⁵

Estas ações colocaram os engenheiros da IOCS/IFOCs como sujeitos ativos dos processos técnicos que envolviam a infraestrutura dos sertões nordestinos, cuja missão era modernizar estes espaços e incluí-los no projeto de nação que estava sendo gestado neste período.⁶

No Rio Grande do Norte, a Inspetoria de Obras Contra as Secas fez estudos densos sobre a qualidade do solo, a geologia, colheram dados pluviométricos, analisaram quais seriam as melhores localidades para desenvolver a agricultura e também a construção de açudes públicos, particulares e perfuração de poços. Nos relatórios que analisei para este artigo, é perceptível a riqueza de detalhes das informações coletadas em formas de mapas, fotografias das cidades, tabelas mostrando quantos açudes foram construídos, a quantidade de chuvas por cidades e desenhos dos açudes. A seguir, irei analisar como os engenheiros atuaram no Rio Grande do Norte e quais as suas investigações perante as obras e estudos que fizeram a respeito da agricultura sertaneja.

ENTRE DADOS, REGISTROS E CONSTRUÇÕES: A ATUAÇÃO DOS ENGENHEIROS DA IOCS/IFOCs NOS SERTÕES DO RIO GRANDE DO NORTE

Os engenheiros consideram que a construção de reservatórios de água era importante porque possibilitaria a irrigação de terras e, conseqüentemente, o desenvolvimento agrícola da região, por propiciar a criação e consumo de peixes. Consideravam que a falta de alimentos, mais do que a falta d'água, era o grande problema que vitimava o povo

4 SANTOS, Cláudia Penha dos. *As comissões científicas da Inspetoria de Obras contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)*. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2003. p. 13. Ver também: GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p. 534. E BUCKLEY, Eve E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. University of North Carolina Press, 2017. p. 1.

5 FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste Brasileiro (1877-1930). In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina*, 2009, Montevideo, Uruguai. *Anais eletrônicos*. Montevideo: Gega, 2009. p. 10. BUCKLEY, Eve E. *Op. Cit.*, p. 3.

6 ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e memória*. Bauru: Edusc, 2000. p. 77.

e seu gado, e isso seria evitado com a formação de áreas irrigadas, onde o sertanejo pudesse plantar e colher.⁷ A partir disto, começaram a apontar nos relatórios as melhores localidades no Rio Grande do Norte para efetivar os seus projetos.

No relatório do ano de 1910, o engenheiro Bernardo Piquet Carneiro (1860-1936)⁸ identificava a cidade de Acari, no sertão do Seridó, como o melhor local para a construção do açude Gargalheira: de acordo com seus registros, o Seridó produzia uma das melhores qualidades de algodão⁹ e o rio Acauã, principal afluente do rio Seridó, despejava suas águas por um estreito boqueirão, a cinco quilômetros da cidade de Acari.¹⁰ Além disso, apontava que o terreno era propício ao cultivo da maniçoba.

Na análise de Carneiro, os problemas decorrentes da seca no Nordeste seriam resolvidos com a açudagem destinada à irrigação e no fortalecimento da propriedade rural; aproveitar o lençol freático com o uso de barragens subterrâneas; beneficiar a produção de algodão e carnaúba, assim como da lavoura e pecuária.¹¹ De acordo com José Bonifácio de Souza, Carneiro **atuou** no Rio Grande do Norte estudando os açudes Gargalheira como vimos acima, o Cruzeta e o Pata-choca e mais onze reservatórios, todos projetados sob sua assistência.¹² Abaixo, há a tabela com os nomes dos açudes, a capacidade hídrica de cada um deles e os custos destas obras.

7 FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. *Op. Cit.*, p. 5.

8 Era diplomado bacharel em ciências físicas e matemáticas a 10 de junho de 1887, pela antiga Escola Central da Corte (depois Escola Politécnica do Rio de Janeiro). Foi engenheiro-chefe da Estrada de Ferro de Baturité, no Ceará, do período de 1897 a 1900 e atuou na Comissão do Açude de Quixadá, no período de 1900 a 1909, a qual deu origem à Inspetoria de Obras Contra as Secas. Também participou de projetos de construção de reservatórios no Rio Grande do Norte. Informações disponíveis em: SOUZA, José Bonifácio de. Centenário de Piquet Carneiro. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Anno LXXIV - 1960. p. 242.

9 BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Memorias e projectos de açudes*. Rio de Janeiro, 1910, p. 69-70.

10 Boqueirão é uma abertura estreita cavada pelo rio entre duas serras, muito propício para o desenvolvimento de reservatórios d'água como barragens. Informações disponíveis em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/boqueir%C3%A3o/>. BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Memorias e projectos de açudes*. Rio de Janeiro, 1910, p. 25.

11 SOUZA, José Bonifácio de. *Op. Cit.*, p. 244.

12 *Ibidem*, p. 245.

NOMES	VOLUME DAS REPREZAS	CUSTO	OBSERVAÇÕES
Varzea Cercada	9.574.600 m. cub.	180:241\$375	
Cruzeta	15.973.500 " "	416:188\$143	
Mundo-Novo	3.600.000 " "	137:392\$496	
Cacimbas	809.400 " "	43:171\$444	
Sacco (reparos)	2.000.000 " "	61:000\$600	
Santo-Antonio	7.522.000 " "	154:650\$830	
Pata-Choca	11.000.000 " "	264:400\$287	Posteriormente
Corredor	4.092.800 " "	43:599\$495	fizerão-se algumas
Santa Anna	1.500.000 " "	79:530\$000	correções nos or-
Gargalheira	74.628.000 " "	1.050:000\$000	çamentos.
Curraes	4.019.400 " "	78:823\$250	
Arapuá	4.295.000 " "	90:913\$310	
Totoró	1.181.600 " "	80:290\$977	
Zangarelha	5.208.000 " "	159:169\$017	
14 Açudes	145.584.300 m. cub.	2.839:570\$624	

Lista dos açudes do Rio Grande do Norte estudados por Bernardo Piquet Carneiro. Fonte: CARNEIRO, Bernardo Piquet. *Em defesa dos "flagelados do Norte" (obras federais nos Estados)*. Ceará: Tipografia Minerva, 1911. p. 34.

No estudo que publicou em 1911 intitulado *Em defesa dos "flagelados do Norte"*, Carneiro escreveu sobre o período em que atuou no Ceará pela Comissão de Açude de Quixadá e das pesquisas que realizou sobre as secas em outros estados como o Rio Grande do Norte. Em uma das passagens, o engenheiro menciona que no tocante à pecuária, o gado morria em virtude da falta de nutrição e de fraqueza pelas caminhadas que fazia para encontrar água e pasto para se alimentar. Esse era um dos motivos que endossava a sua justificativa perante a defesa da construção de açudes nas localidades que sofriam com as secas. Outro aspecto importante levantado por ele era a respeito do pequeno agricultor. A estrutura agrária na qual vivia este trabalhador não permitia que ele cultivasse quantidades suficientes de grãos e, conseqüentemente, não havia o estoque necessário para sobreviver aos períodos de estiagem.¹³

Os trabalhos executados nos sertões do Rio Grande do Norte foram detalhados no relatório publicado em 1917 pelo inspetor interino José Ayres de Souza¹⁴, que relacionava obras projetadas e executadas na região desde 1915, ano em que ocorreu mais uma seca. No tocante aos açudes públicos, três haviam sido construídos nas cidades de Caicó (1), Caraúbas (1), Pau dos Ferros (1) e dois estavam em construção nos municípios de Acari (1) e Sant'Anna do Matos (1). No caso de Caicó, o relatório informava que a edificação do açude público

¹³ CARNEIRO, Bernardo Piquet. *Em defesa dos "flagelados do Norte" (obras federais nos Estados)*. Ceará: Tipografia Minerva, 1911. p. 17.

¹⁴ Engenheiro Civil, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Atuou na Inspeção de Obras Contra as Secas em três períodos: de 1912 a 1913; de 1915 a 1918 e de 1930 a 1931. Informações disponíveis em: SILVA, Adriano Wagner da. *Engenharia nos sertões nordestinos: o Gargalheiras, a Barragem Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909-1958*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2012, p. 64.

Mundo Novo havia iniciado no dia 23 de novembro de 1912 e terminou no dia 8 de outubro de 1915. No tocante ao açude Gargalheira, localizado em Acari, o relatório informava que sua construção começou em 1911 com previsão de conclusão em 1914. Porém, isso não foi possível, em virtude de problemas de transporte e materiais de instalação, sendo apontada uma nova previsão para o dia 27 de junho de 1916.¹⁵

Adriano Wagner da Silva, ao investigar a construção do açude Gargalheira, informa que a obra demorou mais tempo para ser concluída. De acordo com o autor, isso só veio a ocorrer em 1958 e que de 1911 até o seu término, a construção passou por três momentos de paralisação, em virtude de questões políticas, técnicas e do contexto geopolítico internacional, ou seja, as duas grandes guerras mundiais.¹⁶

As águas subterrâneas foram outro recurso aproveitado pelos engenheiros do IOCS nos sertões potiguares por meio da instalação de poços tubulares. Mas advertiram eles que, em algumas localidades, as condições para tais poços não eram favoráveis, pois o subsolo era formado por granito e outras rochas cristalinas que não permitiam o acúmulo de água subterrânea, a extração em volume suficiente para abastecer a população e, conseqüentemente, não seria própria para consumo por causa da concentração de minerais dissolvidos na água.¹⁷

Ainda assim, conseguiram perfurar, durante o ano de 1916, 8 poços públicos e 11 poços particulares, boa parte deles no litoral.¹⁸ Depois que eram perfurados e entregues, os poços ficavam sob a responsabilidade das autoridades municipais, a quem cabiam conservá-los e fornecer a água à população, desde que fosse usada para as necessidades domésticas. Todo problema, reparo ou obra complementar eram de responsabilidade das municipalidades. A Inspetoria cuidava apenas dos estudos preliminares, dos projetos e da construção dos poços, açudes e estradas.¹⁹

Todas estas atividades foram avaliadas de maneira mais minuciosa num relatório intitulado *Obras Novas Contra as Secas*, de autoria de Aarão Leal de Carvalho Reis²⁰, referente ao período de 1915 a 1918, quando esteve à frente da Inspetoria de Obras Contra as Secas.

15 BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Relatorio dos trabalhos executados durante o anno de 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917. p. 101-120.

16 SILVA, Adriano Wagner da. Engenharia nos sertões nordestinos. *Op.Cit.*, p. 74.

17 BRASIL. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 3ª secção. *Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923, p. 28-29.

18 BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Relatorio dos trabalhos executados durante o anno de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

19 BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Secas. *Relatorio dos trabalhos executados durante o anno de 1917*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 221.

20 Formado como engenheiro-geógrafo em 1872, bacharel em ciências físicas e matemáticas e engenheiro civil em 1874, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Aarão Reis atuou em diversas áreas como transporte, saneamento, onde colaborou com os médicos Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Belisário Penna nos esforços de higiene pública, energia e construção civil. Foi o responsável pelo levantamento e projeto de construção de Belo Horizonte, que substituiu Ouro Preto como capital do estado de Minas Gerais ao ser inaugurado em dezembro de 1987. Depois de chefiar a comissão que construiu a nova capital, Reis dirigiu o Banco do Brasil e o Lloyd Brasileiro, e foi eleito deputado federal em 1911 (seria reeleito em 1927). FERREIRA, *et all*. *Obras contra as secas*. *Op. Cit.*, p. 1. BUCKLEY, Eve E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. *Op. Cit.*, p. 101-102.

O relatório é composto por uma longa introdução, na qual ele detalha o que foi feito em cada estado da região Nordeste (esta parte é dividida por Estados) e por dois anexos. No primeiro, há o detalhamento geral das contas até o ano de 1917 e o segundo anexo é um parecer intitulado de “*As secas do Nordeste*”, que foi apresentado ao Conselho Diretor do Club de Engenharia no dia 5 de agosto de 1919.²¹

Reis fez um balanço de tudo que foi realizado nos estados do Nordeste, detalhou as quantias gastas nas obras, especificou o que estava concluído ou em andamento, as condições de trabalho, os obstáculos, enfim, aspectos importantes do que fora pensado e de fato executado pelos técnicos da IOCS.

Dantas e colaboradores mostram que a Inspetoria produziu e disseminou reflexões e propostas que reenquadravam as secas como problema nacional, como vinha sendo posto pelos engenheiros desde 1877, quando a grande seca deste ano se tornou tema relevante para o Instituto Politécnico Brasileiro. Na visão dos autores, Aarão Reis via aquele problema que afetava um território vasto e escassamente povoado como crucial para a modernização e a própria constituição do Brasil enquanto nação.²²

O relatório de Aarão Reis nos dá elementos para refletir sobre as dificuldades enfrentadas pela IOCS nos seus primeiros anos de atuação no Nordeste. O inspetor reconheceu que houve irregularidades no preenchimento dos cargos públicos para atender a interesses particulares, inclusive aumentos de honorários, distorções estas que qualificava de “*má politicagem*”.²³

Além disso, a Inspetoria teve dificuldades para executar algumas obras devido à precariedade do transporte tanto de materiais e equipamentos como de pessoas do litoral até os sertões. Referindo-se especificamente ao Rio Grande do Norte, comentava Aarão Reis que para transportar uma carga de 8 arrobas, em dorso de burro de Mossoró a Pau dos Ferros (30 léguas), custava em tempos normais 6\$000 réis; então, tiveram de pagar 15\$000, 18\$000 e 20\$000 réis, e, mesmo assim, “*era preciso ainda andar à cata de freiteiros e quase empenharmos junto a eles para que aceitássemos o transporte.*”²⁴

Esta dificuldade foi relatada não só por Reis, mas também em outros relatórios como o que foi publicado em 1923, na qual aparecem fotografias mostrando as condições de transporte de algumas cidades sertanejas do Rio Grande do Norte. A imagem abaixo

21 BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. *Obras Novas Contra as Sêcas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo Dr. Aarão Reis.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

22 DANTAS, et all. *Pensar e agir sobre o território das secas.* Op. Cit., p. 3.

23 BRASIL, *Op. cit.*, 1920: p. VI. FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. *Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste Brasileiro (1877-1930).* In: *12º Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo, Uruguai. Anais eletrônicos.* Montevideo: Gega, 2009. p. 1-15.

24 BRASIL, *Obras Novas Contra as Sêcas.* Op. Cit., p. 73-74.

mostra os burros que serviam para carregar os engenheiros e materiais e, junto dela, havia a seguinte legenda: “o único modo que se podia viajar no sertão”, reforçando o que outros engenheiros narravam sobre as condições do transporte potiguar e a precariedade da infraestrutura nos sertões.



Fonte: BRASIL. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 3ª secção. Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

Outro obstáculo apontado por Reis eram as condições de trabalho dos engenheiros e da população flagelada recrutada para as obras. No seu entendimento, os retirantes da seca viviam em estado de miséria e fraqueza, sendo necessário fazer adiantamentos de salário para que comprassem alimentos e aguentarem o serviço na construção de açudes e poços no Rio Grande do Norte. Houve dias em que o pagamento era feito duas vezes, uma antes do almoço e outra antes do jantar.²⁵

Por isso, criticava a política de esmolas adotada pelos governos em épocas de seca e defendia o trabalho como a melhor forma de socorrer e aproveitar a população sertaneja, através da construção de açudes e estradas, do plantio de florestas e aproveitamento das águas subterrâneas. Para estimular a atividade agrícola, defendia a irrigação das terras sujeitas aos efeitos das secas, a criação de hortos florestais e o desenvolvimento da piscicultura.²⁶

No tocante a este aspecto, Eve Buckley ressalta que os engenheiros escreviam com frustração para seus superiores, observando que as diárias que eles ofereciam não podiam competir com outras opções de trabalho no sertão; quando as chuvas retornaram, ou se qualquer outra atividade como o cultivo e extração de cera de carnaúba estava precisando

²⁵ *Ibidem*, p. 75. BUCKLEY, Eve E. Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil. *Op. Cit.*, p. 82-83.

²⁶ BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. Obras Novas Contra as Sêcas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo Dr. Aarão Reis. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. p. V.

de trabalhadores, a oferta diminuiu vertiginosamente. A mão-de-obra da agência federal da seca foi projetada como uma última posição contra a fome e uma maneira barata para o governo melhorar a infraestrutura hidráulica e de transporte. Assim, era oferecido aos trabalhadores um salário mínimo diário, geralmente na forma de crédito para obter comida e impedir que suas famílias passassem fome.²⁷

As condições de higiene também eram um problema. Ao relatar a construção do açude Pessoa, no município de São Miguel (RN), Aarão Reis chamou atenção para o precário sistema de esgotos nas proximidades do açude, temendo que, no futuro, aparecessem surtos de febre tifóide ou outra doença de transmissão hídrica.²⁸

O relatório de Aarão Reis expressa um momento de limitação destes engenheiros nas ações contra as secas: nos primeiros anos, suas realizações consistiram basicamente na construção de açudes e perfuração de poços, figurando o sistema de irrigação nos relatórios como projeto a executar. A integração do litoral com os sertões e dos Estados do Nordeste com outras regiões do país foi feita por meio de estradas de rodagem, cujo traçado seguia o das antigas estradas trilhadas por carroças e carros de bois. Nos levam a pensar também sobre até que ponto o conhecimento científico pode resolver problemas sociais, destacando as restrições que eram impostas aos homens de ciência como agentes de mudança. As agendas conflitantes das oligarquias locais, os funcionários federais e os trabalhadores agrícolas do sertão ajudam a explicar por que a seca, a fome, as doenças e a pobreza permaneceram durante o século XX.²⁹

Estas construções de combate à seca também foram alvo de críticas dos médicos Arthur Neiva e Belisário Penna, ambos vinculados ao Instituto Oswaldo Cruz. Ao fazerem uma expedição científica a mando da Inspetoria de Obras Contra as Secas em 1912, por alguns estados do Nordeste, Minas Gerais e Goiás, Neiva e Penna advertiram que a construção de açudes, sejam eles grandes ou pequenos, atendiam à necessidade naquele momento e resolvia o problema da irrigação, mas não solucionava outras consequências provocadas pelas secas. Além disso, apontavam que o grande obstáculo das populações sertanejas seria a estrutura agrária concentrada nas mãos de uma minoria, de modo que a população mais pobre ficava dependente dos grandes proprietários de terras.³⁰

27 BUCKLEY, Eve E. Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil. *Op. Cit.*, p. 83-84.

28 *Ibidem*, p. 90.

29 FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. *Op. cit.*, p. 17. E FARIAS. Contra as secas. *Op. Cit.*, p. 122-123. BUCKLEY, Eve E. Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil. *Op. Cit.*, p. 1-3.

30 LIMA, Nísia Trindade. Viagem científica ao coração do Brasil: notas sobre o relatório da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna à Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás (1912). In: *Fundamentos. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano*. São Raimundo Nonato: FMHA. V. 1. N. 3, 2003. p. 195-200.

Em 1919, durante o governo do Presidente da República Epitácio Pessoa (1919-1922), a Inspetoria de Obras Contra as Secas foi transformada em Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, sendo renomeado inspetor, o engenheiro Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa. Durante seu mandato, Pessoa estabeleceu o Fundo Especial para Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis do Nordeste, constituído basicamente de 2% da receita anual da União e de contribuições dos estados do Nordeste, cujos recursos iriam custear as despesas referentes à construção e conservação das obras necessárias a irrigação de terras cultiváveis e organizou o plano de construção de nove grandes açudes nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba.³¹

O governo de Epitácio Pessoa ficou conhecido também por aumentar os investimentos em obras para o combate às secas no Nordeste. Em 1921-1922, Pessoa direcionou 15% da receita federal para obras ligadas à seca. Lisboa, na condição de inspetor-chefe, contratou empresas estrangeiras para supervisionar projetos de maior porte como açudes, estradas e portos. As firmas britânicas C.H. Walker Co. Ltda (responsável pela modernização do porto do Rio de Janeiro³²) e Northon Griffiths foram contratadas para executar estas obras, utilizando máquinas modernas como perfuratrizes, britadeiras, betoneiras, distribuidoras de concretos e guindastes. Nas localidades onde foram construídos os açudes, montaram “verdadeiras cidades com represas para o abastecimento d’água filtrada, casas para operários, oficinas, usina de força-motriz servida por caldeiras verticais e geradores.”³³

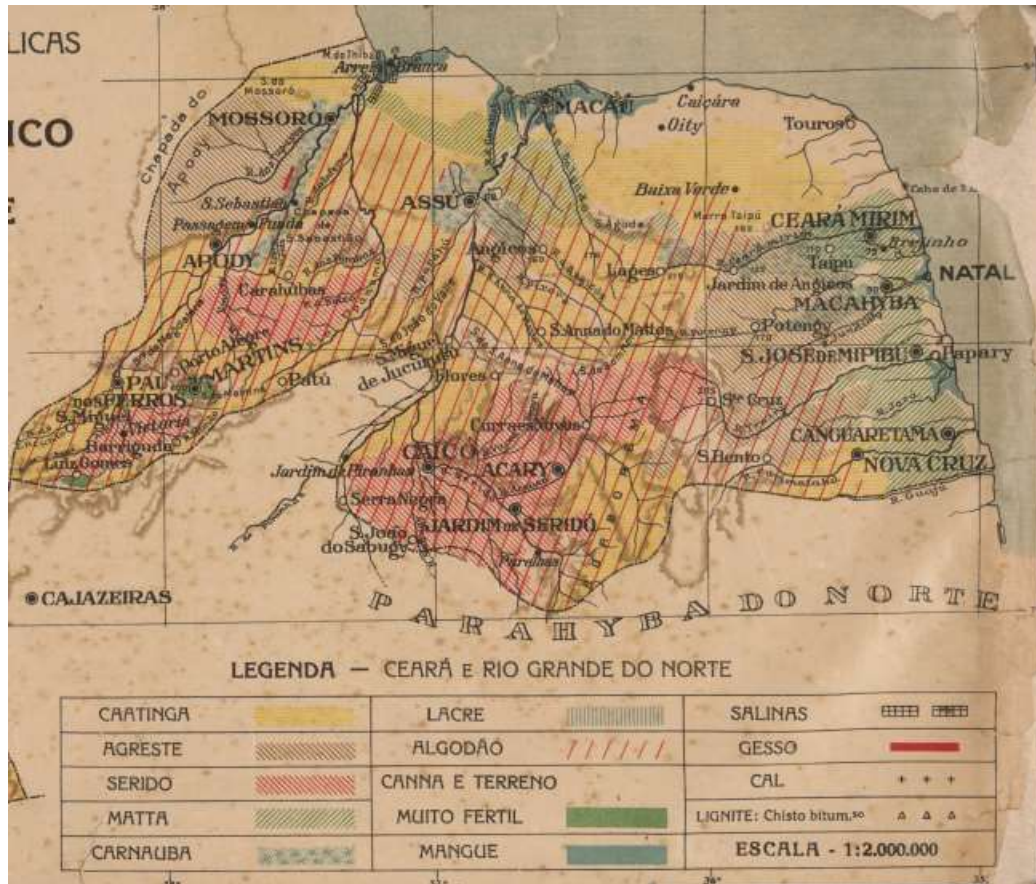
Os levantamentos produzidos pelos engenheiros tornaram-se mais sofisticados e detalhados a partir de 1923. Para o Rio Grande do Norte, foram produzidos mapas fitogeográficos,³⁴ como o da imagem abaixo, que identificavam quais as cidades sertanejas possuíam terras férteis para o desenvolvimento da agricultura e também as zonas onde as secas ocorriam com mais frequência.

31 BRASIL. Ministério da Viação e Obras Públicas. *Boletim da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas* - Publicação mensal. Vol. 1, nº 4, Abr., 1934. BRASIL. DECRETO N. 14.102 - DE 17 DE MARÇO DE 1920. Aprova o regulamento para a Caixa Especial das Obras de Irrigação de terras cultiváveis no Nordeste Brasileiro. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/165404-approva-o-regulamento-para-a-caixa-especial-das-obras-de-irriga-u-o-de-terras-cultivaveis-no-nordeste-brasileiro.html>. Ver também FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. *Contra as secas: a engenharia e as origens de um planejamento territorial no Nordeste brasileiro (1877-1938)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2008, p. 96.

32 A respeito dos melhoramentos feitos no porto do Rio de Janeiro e a participação da empresa britânica C.H. Walker Co. Ltda neste processo, ver BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990 (1ª edição), 1992 (2ª edição). p. 216. Disponível em: < http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/biblioteca_carioca_pdf/pereira_passos_haussmann_carioca.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2020, às 21:00. E LAMARAO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006. p. 147.

33 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877-1922)*. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1988, p. 376. BUCKLEY, Eve E. Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil. *Op. Cit.*, p. 111-112.

34 Fitogeografia é um campo da botânica que trata do modo de distribuição das plantas conforme as zonas climáticas e dos fatores históricos e biológicos dessa distribuição. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/fitogeografia/>.



Mapa fitogeográfico do Rio Grande do Norte. Ministério da Viação e Obras Públicas. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. M. Arrojado Lisboa, Inspector. Mappa organizado por Philipp von Luetzelburg. Fonte: RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Mapa fitogeográfico do Rio Grande do Norte e Ceará. 1922, BR RJANRIO HQ.0.MAP.30.

O relatório da 3ª seção da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas publicado em 1923 traz informações relacionadas principalmente à agricultura e mostra que boa parte dos estudos científicos visavam entender a geologia, de maneira a tornar a terra mais apta ao desenvolvimento da agricultura e à obtenção de água.³⁵ Foi o que aconteceu com a fazenda Carrapateira, a cerca de nove quilômetros da serra Mossoró. Segundo os engenheiros da Inspetoria, ela produzia algodão, favas, milho, fumo, mandioca, melão e outras frutas quando a água abundava. A terra na propriedade era plana e fácil de lavrar, mas em períodos de seca, ficava desolada.³⁶

O povo sertanejo que habitava a região conseguiu mantimentos de mês em mês, quase que de semana em semana, dependendo da quantidade de água disponível. Os dois maiores problemas das zonas sertanejas eram a falta de água e mantimentos.³⁷ Os dados apresentados são acompanhados de fotografias, como a reproduzida abaixo referente às plantações de algodão.

35 BRASIL. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 3ª seção. Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923, p. 5.

36 BRASIL. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 3ª seção. Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923, p. 51-52.

37 *Ibidem*, p. 52-53.



Algodoeiros de um ano de idade, Chapada do Apodi. Fonte: BRASIL. Inspeção Federal de Obras Contra as Secas. 3ª secção. Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

Esse conjunto imagético compunha a narrativa técnica dos engenheiros, dava mais vida aos dados numéricos e explicações escritas para justificar as obras feitas tanto nos sertões do Rio Grande do Norte. É perceptível também a presença dos engenheiros nas fotografias e dos instrumentos de trabalho cotidianos como as máquinas de perfurar poços, ao mesmo tempo em que a paisagem sertaneja descortinava-se ao fundo. Gilmar Arruda, que estudou os relatórios dos engenheiros, considera que essa documentação servia como propaganda, produzindo imaginários sociais sobre o espaço e legitimando a ação governamental.³⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, os estudos agrícolas que os engenheiros desenvolveram nos sertões do Rio Grande do Norte, assim como as obras executadas, revelaram um problema. Para além da técnica e das grandiosas obras de combate as secas, existia uma população que sofria com a falta de gêneros alimentícios e vivia em péssimas condições de vida e trabalho, aspectos estes que deveriam sim ser levados em consideração no momento de planejamento e execução de açudes, perfuração de poços e canais de irrigação. Ou seja, os engenheiros apontavam que a questão agrícola e alimentar também era um problema a ser resolvido nos sertões, mostrando a complexidade do processo. É possível identificar também a logística na execução das construções, às quais sofriam atrasos por causa da falta de materiais e de

³⁸ ARRUDA. Cidades e sertões. *Op. Cit.*, p. 136 e 141.

verbas para pagar os trabalhadores que precisavam se alimentar e dependiam deste recurso para sobreviver. Por fim, os relatórios e todos os dados produzidos por estes homens de ciência tornam-se fontes fundamentais para compreendermos as dinâmicas que envolvem as políticas de combate às secas frente aos problemas sociais em meio a construção de um projeto de nação que visava integrar os sertões por meio das ações de modernização.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino (1877-1922)*. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1988.

ARAÚJO, Avohanne Isabelle Costa de. “Cuidemos com mais interesse da construção de açudes”: estudos científicos sobre as secas e medidas adotadas para diminuir seus efeitos nos sertões do Rio Grande do Norte (fins do século XIX). In: *Anais do 30º Simpósio Nacional de História – ANPUH/Brasil*. Recife, 2019. p. 1-16.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e sertões: entre a história e memória*. Bauru: Edusc, 2000.

BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1990 (1ª edição), 1992 (2ª edição). p. 216. Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/biblioteca_carioca_pdf/pereira_passos_haussmann_carioca.pdf>.

BUCKLEY, Eve E. *Technocrats and the Politics of Drought and Development in Twentieth-Century Brazil*. University of North Carolina Press, 2017.

FARIAS, Hélio Takashi Maciel de. *Contra as secas: a engenharia e as origens de um planejamento territorial no Nordeste brasileiro (1877-1938)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. 2008.

FERREIRA, Angela Lúcia A.; MEDEIROS, Gabriel Leopoldino Paulo de; SIMONINI, Yuri. Obras contra as secas: a contribuição dos engenheiros para os estudos e a construção do território no Nordeste Brasileiro (1877-1930). In: *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo, Uruguai. Anais eletrônicos*. Montevideo: Gega, 2009. p. 1-15.

GONÇALVES, Paulo Cesar. O mandacaru não floresceu: a ciência positivista a serviço do combate à seca de 1877-1879. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.2, abr.-jun. 2018, p.515-539.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto*. Um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 2006.

LIMA, Nísia Trindade. Viagem científica ao coração do Brasil: notas sobre o relatório da expedição de Arthur Neiva e Belisário Penna à Bahia, Pernambuco, Piauí e Goiás (1912). In: *Fundamentos. Publicação da Fundação Museu do Homem Americano*. São Raimundo Nonato: FMHA. V. 1. N. 3, 2003. p. 185-216.

MORAES, Kleiton de. Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). In: *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC*. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/INSPETORIA%20FEDERAL%20DE%20OBRAS%20CONTRA%20AS%20SECAS.pdf>>. Acesso em: 1 abr. 2021, às 20:20.

SANTOS, Cláudia Penha dos. *As comissões científicas da Inspeção de Obras contra as secas na gestão de Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa (1909-1912)*. Dissertação (mestrado em História das Ciências e da Saúde). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: 2003.

SILVA, Adriano Wagner da. *Engenharia nos sertões nordestinos: o Gargalheiras, a Barragem Marechal Dutra e a comunidade de Acari, 1909-1958*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. Natal, 2012.

SOUZA, José Bonifácio de. Centenário de Piquet Carneiro. In: *Revista do Instituto do Ceará. Anno LXXIV – 1960. p. 242-248.*

THIELEN, Eduardo Vilela et. al. *A ciência a caminho da roça: imagens das expedições científicas do Instituto Oswaldo Cruz ao interior do Brasil (1903-1911)*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

FONTES

BRASIL. DECRETO N. 14.102 - DE 17 DE MARÇO DE 1920. Aprova o regulamento para a Caixa Especial das Obras de Irrigação de terras cultiváveis no Nordeste Brasileiro. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/165404-approva-o-regulamento-para-a-caixa-especial-das-obras-de-irrigauuo-de-terras-cultivaveis-no-nordeste-brasileiro.html>>.

BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspeção de Obras Contra as Seccas. Memórias e projectos de açudes. Rio de Janeiro, 1910.

BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspeção de Obras Contra as Seccas. Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1915. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917.

BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspeção de Obras Contra as Seccas. *Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1916*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério de Viação e Obras Públicas. *Obras Novas Contra as Sêcas executadas de 3 de setembro de 1915 a 31 de outubro de 1918. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Augusto Tavares de Lyra. Ministro da Viação e Obras Públicas pelo Dr. Aarão Reis.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

BRASIL. Ministério de viação e obras públicas. Inspetoria de Obras Contra as Seccas. *Relatório dos trabalhos executados durante o anno de 1917.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

BRASIL. Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas. 3ª secção. *Açudes, estradas de rodagem, estradas carroçáveis, estradas de ferro construídas e em construção no Nordeste brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa, 1923.

CARNEIRO, Bernardo Piquet. *Em defesa dos "flagelados do Norte" (obras federais nos Estados).* Ceará: Tipografia Minerva, 1911.

RIO DE JANEIRO. Arquivo Nacional. Mapa fitogeográfico do Rio Grande do Norte e Ceará. 1922, BR RJANRIO HQ.0.MAP.30.

CAPÍTULO 4

“ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE”: O OLHAR DE JOSÉ GUIMARÃES DUQUE SOBRE A REGIÃO NORDESTE

Paula Rejane Fernandes¹

¹ Professora do Departamento de História do Ceres e do Programa de Mestrado em História dos Sertões da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.1 PALAVRAS INICIAIS

Em novembro de 1972, José Guimarães Duque, engenheiro agrônomo, esteve presente à Confederação Nacional da Indústria (CNI) para proferir a conferência *Ecologia e Desenvolvimento do Nordeste*. Sua fala tinha como objetivo apresentar ao público presente as potencialidades da região. Público que incluía ministros do Brasil e governadores de estado, portanto, homens encarregados de tomar decisões a respeito dos rumos do país.

Mas quem era Guimarães Duque e por qual motivo estava autorizado a falar em nome do desenvolvimento da região? Uma narrativa breve a respeito de sua biografia contribui para responder a pergunta. José Guimarães Duque nasceu na cidade de Lima Duarte, interior de Minas Gerais, no ano de 1903. Entre 1924 e 1928 estudou Agronomia na Escola Agrícola de Lavras (EAL)¹. Lecionou na Escola Superior de Agricultura de Viçosa (ESAV), em Minas Gerais, entre os anos de 1929-1932. A convite de José Augusto Trindade, engenheiro agrônomo responsável pelos Serviços Agrícolas Complementares da Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), José Guimarães Duque deixou a docência e iniciou, em janeiro de 1933, sua atuação no IFOCS². A partir deste ano, sua trajetória profissional e intelectual é marcada pela atuação no semiárido, por seus projetos voltados para o desenvolvimento da região Nordeste. Projetos pautados em ideias de modernidade, progresso e desenvolvimento tidos como antídotos ao atraso e à estagnação vividos pela região, principalmente, por suas áreas mais secas.

Algumas das suas ideias a respeito do Nordeste e de como desenvolvê-lo são apresentadas na conferência *Ecologia e Desenvolvimento do Nordeste*. Analisá-la nos permite entender como Duque colocava em circulação uma representação³ de Nordeste apto a prosperar e a produzir riquezas. Para tanto, seria necessário respeitar as características da região. Seria preciso investir dinheiro e dar continuidades as políticas de desenvolvimento.

1 A Escola Agrícola de Lavras (EAL) foi criada no ano de 1908. No ano de 1938 ela passa a ser chamada de Escola Superior de Agronomia de Lavras (ESAL). “A então, Escola Agrícola de Lavras/EAL que se fundava em 1908 – e que ao que se percebe, tratou-se de um “college” nos moldes do ensino superior norteamericano, mais precisamente os chamados “land grand colleges”, oferecendo o curso agrônomo – obteve sucesso em termos institucionais o que lhe permitiu vinte e oito anos depois, em 1936 ser reconhecida oficialmente pelo Ministério da Educação e logo depois, em 1938, ter não somente a mudança de seu nome para “Escola Superior de Agronomia de Lavras/ESAL”, mas, mais que isso, a confirmação de seu status institucional como “escola isolada”. Até os anos 50 a ESAL prossegue formando quadros de agrônomos. Internamente no curso desenvolve empreendimentos considerados pioneiros para a época, na área das ciências agrárias⁶. No entanto, entre 1958 e 1963 ocorre um período conturbado na estrutura interna do Instituto Presbiteriano Gammom que culmina com o desligamento da ESAL do mesmo. Esse desligamento por sua vez, acabou por engendrar um dos mais significativos momentos históricos da ESAL que foi o seu processo de federalização consolidado pela Lei no 4307/23-12-1963.” (p. 21-2). RODRIGUES, Ângelo Constâncio. A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA - a trajetória de uma transformação. Tese de doutorado (História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

2 O Decreto n° 13.687, de 9 de julho de 1919, estabeleceu um novo regulamento e um novo nome para a Inspeção de Obras Contra as Secas (IOCS) criada em 1909. A partir de 1919, passava a ser chamada de Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Em 1945, passou por outra alteração no nome tornando-se Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).

3 Entendemos o conceito de representação em diálogo com CHARTIER, Roger. **História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

UMA REGIÃO DE POSSIBILIDADES

Pesquisar a vegetação e o solo do Nordeste foi tarefa realizada por José Guimarães Duque ao longo de sua atuação profissional como engenheiro agrônomo. Suas pesquisas orientaram a criação de projetos de intervenção na região, uma vez que trabalhava no IFOCS/DNOCS, instituição voltada para a construção de obras de combate à seca. Seus trabalhos influenciaram a formação de novos engenheiros agrônomos, a exemplo dos formados pelos cursos de agronomia da Universidade Federal do Ceará (UFC) e da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM)⁴. É nessa condição de cientista e pesquisador dotado de um saber técnico sobre a região que José Guimarães Duque⁵ foi convidado por Thomás Pompeu de Souza Brasil Netto, então presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para proferir conferência a respeito das possibilidades do Nordeste. Segundo Souza Brasil Netto, o convite

teve por objetivo fazer ouvir um dos técnicos mais categorizados sobre os problemas do solo, água, flora e recursos naturais do Nordeste, como mais uma valiosa contribuição para o estudo daquela região. Ocupando um quarto do território Nacional, nele vive mais de um terço da população do Brasil. Esse aspecto da geografia física e humana do Nordeste já constitui uma permanente apreensão para os responsáveis no processo do desenvolvimento nacional.⁶

Para ouvir as possibilidades da região Nordeste apresentadas na conferência de novembro de 1972, foram convidados “os responsáveis no processo do desenvolvimento nacional”. Souza Brasil Netto saúda alguns deles e, ao fazer isso, nos permite conhecer um pouco do público. Estavam presentes: Delfim Neto, Ministro da Fazenda, e João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento; Alberto Tavares da Silva, governador do Piauí; Walter de Menezes, Gen. Comte. do 4º Exército; e Rubens Costa, presidente do Banco Nacional de Habitação. Os homens responsáveis pelas tomadas de decisões no país iriam ouvir “um cientista na integral expressão do termo, e conhecedor profundo da geografia humana e física da região” e, assim, poderiam perceber, segundo Souza Brasil Netto que “O Nordeste não é assim, somente aquela terra da seca criada pela imagem que a literatura secular fixou na alma do povo brasileiro. É uma região de efetivas possibilidades.” As possibilidades da região estavam, segundo Duque, na lavoura xerófila. Ela carecia de discussão e de investimento, pois, o setor primário precisava de impulso para produzir maior quantidade de

4 A Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM) foi criada em 1969 por Jerônimo Vingt-un Rosado Maia, engenheiro agrônomo formado pela Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL) e admirador do trabalho de José Guimarães Duque. Assim como Guimarães Duque, Vingt-un Rosado defendia que a ciência agrônoma seria capaz de ajudar o homem do campo a cultivar plantas adaptadas ao semiárido criando, assim, uma lavoura resistente a seca.

5 Para Francisco Andrade, “[...] Guimarães Duque é o intérprete humanista de Agronomia brasileira, o sociólogo do problema agrário do Nordeste com fundamentação ecológica; o preconizador da agronomia social para o desenvolvimento da Região [...]”. ANDRADE, Francisco Alves. *Da agricultura ecológica à agronomia social*. IN: ANDRADE, Francisco Alves; DUQUE, José Guimarães. **Da Agricultura Ecológica à Agronomia Social**. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1971. p. 20

6 As citações não estão paginadas, pois, o texto da conferência não está numerado. Acessado em 27 de junho de 2021 <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/7309-ecologia-e-desenvolvimento-do-nordeste-conferencia-pronunciada-na-c-n-i-pelo-professor-jose-guimaraes-duque-1972>>

matéria-prima com a finalidade de suprir as demandas colocadas pelo setor secundário, a indústria.

As preocupações com o setor primário da economia durante a década de 1970 devem ser pensadas em diálogo com as questões agrárias existentes a época. Segundo Leonilde Servolo de Medeiros⁷, durante o período da ditadura militar, por meio de projetos e financiamentos, o Estado interviu na agricultura com o objetivo de modernizá-la. Para tanto, a propriedade rural deveria ser pensada como uma empresa capaz de gerar lucros e, principalmente, capaz de contribuir para o desenvolvimento econômico do país. Por isso, havia, segundo a autora, investimentos que incluíam distribuição de sementes e mudas, assistência financeira e creditícia, assistência técnica⁸.

Modernizar o campo significava sintonizá-lo com a Revolução Verde. De acordo com Thiago Andrades e Rosângela Ganimi⁹, pós-Segunda Guerra Mundial, as instituições Rockefeller e Ford viram na agricultura um meio para a reprodução do capital e começaram a investir em pesquisas ligadas ao melhoramento da produção de sementes como trigo, milho e arroz por se tratarem de sementes associadas ao consumo de alimentos mundiais. As indústrias químicas encontraram no campo consumidores para seus produtos como fertilizantes e pesticidas. A indústria de maquinário também encontrou no campo espaço para seus produtos. Sementes melhoradas, agrotóxicos e maquinário agrícola eram tidos como a solução para aumentar a produção de alimentos e, com isso, diminuir a fome no mundo.

Segundo Andrades e Ganimi, o objetivo principal dos defensores da Revolução Verde não era acabar com a fome. O objetivo era aumentar lucros, vender pacotes de tecnologia, vender soluções prontas e homogêneas que desconsideravam a realidade geográfica, climática e humana de cada região. No caso do Brasil, o processo de modernização da agricultura se deu pela adoção de pacotes tecnológicos pelos proprietários de terra sem a realização da reforma agrária. Pacotes financiados pelo Banco do Brasil. As regiões que primeiro sofreram os impactos da Revolução Verde foram a Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

No caso do Nordeste, José Guimarães Duque, em sua conferência, apontava a necessidade de investimento na região e de criação de linhas de créditos que permitissem ao sertanejo adquirir ferramentas e sementes. Segundo Duque, a região teve “um progresso notável” nos últimos 40 anos que podia ser visto “na formação da infra-estrutura, na in-

⁷ MEDEIROS, Leonilde Servolo. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário** (Vol. 4). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

⁸ Sobre assistência técnico-científica, vale destacar que criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), Empresas Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs).

⁹ ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. In: **CES - Revista**, Juiz de Fora, v. 21, 2007, p. 43-56.

dustrialização e na distribuição de energia elétrica, bem como na preparação do pessoal”. Progresso fruto de investimento do “DNOCS, BNB, BB, CHESF, SUDENE, a SUVALE, Governos Estaduais, Autarquias e empresários”. Era necessário seguir investindo para alavancar a região, pois, os sertanejos que lidavam diretamente com a terra tinham dificuldade de conseguir financiamento para a compra de equipamentos e sementes. Em contrapartida, “O sertanejo está comprando rádios e bicicletas com mais facilidade do que compra uma capinadeira ou um pulverizador para combater as pragas”.

Outro entrave da região era o isolamento. “A população sertaneja do Nordeste manteve-se isolada mais de 2 séculos”. O isolamento foi minimizado com a criação de estradas que permitiram a comunicação do interior do Nordeste com outras regiões. “A ligação rodoviária do Nordeste com o Centro-Sul se fez depois da Segunda Grande Guerra. Até então, o Nordeste viveu como que **enquistado em si mesmo**, sem a população sertaneja ter contato com outras comunidades mais avançadas [...]” gerando, assim, o atraso que colocou a região numa condição de “desigualdade de competição” e fez com que o progresso não chegasse igualmente para todos. As desigualdades podiam ser encontradas dentro da própria região, pois, muitas vezes, o sertanejo não era alcançado pelas inovações tecnológicas e nem pelas mudanças no manejo do solo e das plantas. E, assim, seguia cultivando uma lavoura antiecológica, não adaptada ao solo e ao clima.

LAVOURA XERÓFITA: A RIQUEZA DO NORDESTE

Segundo Guimarães Duque, o problema da região Nordeste não era o baixo índice pluviométrico nas áreas semiáridas, mas, a irregularidade e a má distribuição das chuvas ao longo do ano. Diante do problema da água, a principal solução empregada foi repressar a água em açudes e barragens. Construções que contavam com a ação do DNOCS. Segundo Duque, repressar a água era importante, mas não era suficiente para acabar com a produção de flagelados a cada novo período de seca, capaz de fixar o homem ao solo e de gerar lucros. A solução “**é preparar o homem para ele se adaptar àquela região como ela é e fazer ali uma civilização com as cores do ambiente**”. A adaptação passava por abrir “**uma clareira na lavoura tradicional**” pautada no cultivo de plantas que eram adaptadas ao tipo de solo e de clima, de modo que, quando chegava a estiagem, o sertanejo não perdesse tudo. Era preciso cessar o cultivo de “**uma lavoura antiecológica, contra a natureza**”.

Para Duque, era preciso trocar a lavoura tradicional pela xerófita. “**Esse xerofilismo da caatinga nordestina é único no mundo**; onde eu andei por regiões áridas e semi-áridas e o que eu tenho lido não encontrei nada que se assemelhe à caatinga nordestina, em riqueza

botânica e em variedade de plantas de todos os tipos.” Como exemplo citava: oiticica, faveleiro, maniçoba, carnaúba, umbu. Plantas adaptadas ao solo e ao clima do semi-árido nordestino. Plantas capazes de produzirem uma riqueza ainda pouco aproveitada a época, a exemplo da farinha produzida a partir do faveleiro cujo teor protéico, 36%, era superior ao da carne bovina com 22%. Tal entendimento a respeito das possibilidades da lavoura xerófila foram construídos a partir de pesquisas realizadas nos institutos ligados ao DNOCS.

Quando nós **começamos o trabalho no Nordeste**, em janeiro de 1933 e depois, com a evolução dos estudos e a criação do Instituto, pensávamos em utilizar os Açudes com pequenos pólos de desenvolvimento e ali se faria a exploração do peixe, da vazante, da irrigação e da energia quanto possível e, ao mesmo tempo, os trabalhos experimentais, a parte científica, **seria feita ali e sementes e mudas das xerófilas**, seriam levadas daquele Açude lá para foram para a Região Seca, em Círculos concêntricos em torno do açude de modo a fazer a influência de produção do Açude atingir o limite máximo possível. Assim, daríamos ao Açude uma **função muito mais ampla** do que simplesmente explorar a água, a vazante e a irrigação.

Um dos institutos ligados ao DNOCS era o Instituto José Augusto Trindade (IJAT). Segundo Luiz Oliveira¹⁰, a construção do instituto teve início no ano de 1936 e foram aproveitadas parte das instalações usadas para a construção do açude de São Gonçalo, no distrito de mesmo nome, pertencente a cidade de Sousa, Paraíba. A princípio, o nome era Instituto Experimental da Região Seca (IERS), depois do falecimento do engenheiro José Augusto Trindade, o nome do instituto foi alterado para homenageá-lo.

O IJAT tinha como objetivo “estudar toda a região seca do Nordeste (semiárido) e conhecer as suas peculiaridades de ordem técnica ligadas ao solo – água – vegetação – clima – ecologia.”¹¹ A escolha do local de construção do IJAT foi pautada em pesquisas que evidenciavam o Posto Agrícola do Açude de São Gonçalo como o “centro geográfico de toda a região Nordeste do Brasil.”¹² Após a morte de Trindade, José Guimarães Duque que estava ausente do DNOCS para assumir o cargo de Secretário de Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado da Paraíba no governo de Ruy Carneiro, retorna para assumir a chefia da Comissão de Serviços Complementares. A chefia do instituto ficou sob a responsabilidade de Paulo de Brito Guerra, engenheiro agrônomo. As seções técnicas do IJAT eram seção de solos, fitotecnia, horti-pomi-silvicultura, fitossanidade, zootecnia, cooperação. Destacamos a seção de fitotecnia cujo objetivo era realizar pesquisas e experimentos voltados ao melhoramento de plantas e produção de sementes. As mudas e as sementes que eram distribuídas em postos agrícolas do IFOCS/DNOCS. Destacamos o trabalho desta seção, pois, Duque enfatizava o melhoramento genético de plantas xerófitas.

10 OLIVEIRA, Luiz Bezerra de. O Instituto José Augusto Trindade e a Ciência Agronômica. In: **Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica**, v. 15, n.1, p. 35-42, 2018.

11 Ibidem, p. 36.

12 Ibidem, p. 36.

O umbuzeiro é uma árvore muito produtiva. Certa vez, eu e o agrônomo Paulo Guerra pegamos um caminhão e fomos à Soledade com os operários e colhemos os frutos de um umbuzeiro – pesou 300 quilos. Esse fruto, hoje, com o poder da genética, que é uma grande ciência, da química, do microscópio eletrônico, dos isótopos de urânio pode-se facilmente afinar a casca, diminuir o caroço, aumentar a polpa, colher e secar o umbu na caatinga e fazer ameixa e exportar milhares de toneladas de ameixa do Nordeste tirado do umbu – uma árvore que não necessita de uma gota de água para ela, porque ela é que guarda, ela mesma, a sua reserva e sua água. Por que não aproveitar isso?

Duque segue destacando a importância das pesquisas e de agrônomos capacitados para realizá-las:

Uma equipe de agrônomos que goste de selecionar clones, de **buscar adaptações ecológicas aos ambientes variados**, poderá formar lavouras rendosas nas glebas inaproveitadas, e criar, para o Nordeste, lavouras específicas e pastagens melhoradas – uma agricultura estável que goste daquele céu e daquele solo como eles são, **que transforme a desgraça da seca em vantagens na produção** de sagras privilegiadas no hemisfério ocidental.

O instituto reunia pesquisadores e realizava uma produção que ajudava a desconstruir a representação cristalizada a respeito do nordeste como sendo unicamente uma região seca e árida. Ao contrário disso, a região era “um tabuleiro de xadrez de micro-regiões, cada qual com a sua nuance ecológica.”

SECA E DESENVOLVIMENTO

José Guimarães Duque conhecia as nuances ecológicas da região. Enquanto esteve atuando no DNOCS, acompanhou 5 grandes períodos de seca no Nordeste: 1933, 1941, 1951, 1953 e 1958. As secas, segundo Francisco Andrade, eram momentos de rupturas “despertando as consciências governamentais, funcionam como abalos altamente significativos, que determinam realizações de infra-estrutura, mutantes da paisagem.”¹³ Ainda segundo Andrade, a seca de 1932

[...] deixou-nos implantados os sistemas dos grandes açudes e linhas-troncos de viação rodoviária, instituiu as obras de cooperação com os particulares e outros serviços como a organização dos postos agrícolas e da piscicultura, que abriram a porta para a solução agrônômica.¹⁴

Seguindo o argumento de Francisco Andrade, supomos que a seca de 1970 foi capaz de movimentar as consciências governamentais e levantar dúvidas sobre as possibilidades de desenvolvimento do Nordeste, sendo assim, a conferência *Ecologia e Desenvolvimento do Nordeste* seria uma tentativa de construir caminhos para o desenvolvimento. Caminhos que fossem além de intervenções assistencialistas incapazes de saciar a fome, incapazes de construir uma vida digna para os flagelados. Homens e mulheres cujas forças de trabalho,

13 ANDRADE, op cit p. 14

14 Ibidem p. 14

em período de seca, eram destinadas as frentes de emergências, grandes obras públicas criadas para gerar ocupação para os flagelados.

Segundo Sílvio Maranhão e Yony Sampaio¹⁵, a seca de 1970 ocasionou uma crise de produção e promoveu a marginalização da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), empurrando-a para fora do processo decisório sobre o desenvolvimento da região Nordeste¹⁶. O processo decisório ganhava novos agentes, sendo estes, o Programa de Redistribuição de Terras e incentivo à Agricultura do Norte e Nordeste (PROTERRA) e o Programa Especial para o Vale do São Francisco (PROVALE).¹⁷

ÚLTIMAS PALAVRAS

Ao defender a lavoura xerófitas, José Guimarães Duque não estava somente apresentando possibilidades de desenvolvimento para o Nordeste, estava, também, construindo uma nova representação para a região. Uma representação que partia do reconhecimento da existência da seca, da aridez do solo, das chuvas irregulares, do baixo índice de escolaridade do sertanejo. Partia do reconhecimento da realidade, para em seguida dizer aos “responsáveis no processo do desenvolvimento nacional” que o Nordeste não é unicamente seco e pobre. Pelo contrário, é “um tabuleiro de xadrez de micro-regiões, cada qual com a sua nuance ecológica.” É uma região de riquezas encontradas na sua vegetação xerófitas. Segundo Duque, “Ninguém pode calcular a riqueza que é possível extrair dos vegetais da caatinga, como fornecedores de matéria-prima, de alimentos de toda a ordem.” Para a região desenvolver-se faltava investimento e, principalmente, continuidade administrativa, pois, a descontinuidade não favorecia a “harmonização das ações executivas através do tempo.”¹⁸

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Francisco Alves. Da agricultura ecológica à agronomia social. IN: ANDRADE, Francisco Alves; DUQUE, José Guimarães. Da Agricultura Ecológica à Agronomia Social. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1971. p. 20

15 MARANHÃO, Sílvio; SAMPAIO, Yony. Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste. In: *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 405-433, set/dez, 1987. p. 417

16 “Essa marginalização, entretanto, não foi gratuita. Primeiro porque a SUDENE havia sido extremamente lenta em reconhecer o estado de emergência que a falta de chuvas - ou sua irregularidade - havia criado durante o inverno de 1970 nas zonas semi-áridas do Nordeste. Segundo, porque ficou evidenciado que esta agência de desenvolvimento não estava equipada - tecnicamente ou de qualquer outro modo - para a eventualidade de uma seca. Finalmente, por causa da repetição no Nordeste da mesma situação das secas anteriores, o governo teve de recorrer a medidas assistenciais de emergência e de empregar milhares de trabalhadores em obras públicas, algumas de duvidosa utilidade econômica.” (MARANHÃO; SAMPAIO, op. cit. p. 418)

17 O PROTERRA foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.179 de julho de 1971. O artigo primeiro delimitava o objetivo do programa que era “promover o mais fácil acesso do homem à terra, criar melhores condições de emprego de mão-de-obra e fomentar a agro-indústria nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE.” Por sua vez, o PROVALE, foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.207, de 7 de fevereiro de 1972, tinha como objetivo “complementar aos programas em execução, para ocupar os vazios econômicos existentes nessa região e acelerar o seu desenvolvimento econômico e social, integrando-a mais rapidamente ao processo de desenvolvimento nacional.”

18 Duque, José Guimarães. A UNIVERSIDADE E A INTEGRAÇÃO REGIONAL. IN: ANDRADE, Francisco Alves; DUQUE, José Guimarães. *Da Agricultura Ecológica à Agronomia Social*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1971. p. 58

ANDRADE, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. In: CES – Revista, Juiz de Fora, v. 21, 2007, p. 43-56.

CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

MARANHÃO, Silvio; SAMPAIO, Yony. Estado, planejamento regional e classes sociais no Nordeste. In: Estudos Econômicos, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 405-433, set/dez, 1987.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. O regime empresarial-militar e a questão agrária no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). O Brasil Republicano: o tempo do regime autoritário (Vol. 4). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

OLIVEIRA, Luiz Bezerra de. O Instituto José Augusto Trindade e a Ciência Agrônômica. In: Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agrônômica, v. 15, n.1, p. 35-42, 2018.

RODRIGUES, Ângelo Constâncio. A Escola Superior de Agricultura de Lavras/ESAL e a Universidade Federal de Lavras/UFLA - a trajetória de uma transformação. Tese de doutorado (História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

FONTE

DUQUE, José Guimarães. Ecologia e desenvolvimento do nordeste. <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/documentarios-e-estudos-sobre-as-secas/7309-ecologia-e-desenvolvimento-do-nordeste-conferencia-pronunciada-na-c-n-i-pelo-professor-jose-guimaraes-duque-1972>>

CAPÍTULO 5

**DO PROJETO OITICICA AO PROJETO BAIXO AÇU:
MOLDURA IDEOLÓGICA DA CONSTRUÇÃO DA
BARRAGEM ARMANDO RIBEIRO GONÇALVES (1962-
1983)**

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Em 20 de maio de 1983 ocorreu a inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no baixo vale do Rio Piranhas-Açu, no Rio Grande do Norte. O evento contou com a presença do então chefe do Executivo Federal, o general João Batista Figueiredo, e do primeiro governador norte-rio-grandense eleito pelo voto direto, José Agripino Maia (PDS) – além de outras lideranças regionais e nacionais. Consistia na maior represa edificada até então sob a gerência do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), e vinha sendo, em função de suas dimensões, objeto de amplos debates no cenário político estadual desde meados da década de 1970, dividindo opiniões quanto aos impactos sociais de sua execução: uma barragem com capacidade para armazenar 2,4 bilhões de metros cúbicos de água não poderia apontar no semiárido sem causar agitação.

Em variados documentos que se referem à barragem, a dimensão da obra recebe uma nota de destaque. Ao retornar de uma viagem a Brasília, em 1977, o então governador do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia, discursara em uma rádio local, tocando no tema da barragem em tom efusivo: “é uma barragem grande, muito grande, do tamanho da de Orós”, concluindo: “eu reputo um dos projetos mais importantes para o Rio Grande do Norte, não há nada mais importante do que o Projeto de Irrigação do Baixo Açu”.¹ Esta perspectiva, entretanto, não era unívoca.

Apesar de concordarem que a irrigação do Baixo Açu era um imperativo, agentes variados questionavam os impactos sociais e ambientais daquele projeto, pela mesma razão que levava o governador Tarcísio Maia a reputá-lo como o projeto mais importante do Rio Grande do Norte: ao tamanho da obra correspondiam a intensidade e extensão dos impactos. Os debates se estenderam pela imprensa, pelo ambiente acadêmico, pelos círculos eclesiais e, acima de tudo, pelas comunidades diretamente atingidas, que, por meio de entidades como os sindicatos de trabalhadores rurais e a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN), se fizeram representar diante das autoridades implicadas na construção da represa, reivindicando um conjunto de alterações no projeto do qual nascia a barragem, o Projeto Baixo Açu (PBA).

A despeito das resistências, o ano de inauguração da represa poderia sugerir que o processo transcorreu dentro de um ambiente aberto, dialógico, quando o regime militar, já com o pluripartidarismo instaurado sob a influência do general Golbery do Couto e Silva, se encaminhava para a redemocratização. A presença, na mesma ocasião, de um presidente general e um ministro coronel, de um lado, e um grupo de governadores civis eleitos pelo voto direto, do outro, seria um indicativo desse novo momento da história política brasileira.

¹ TARCÍSIO analisa viagem. *Tribuna do Norte* (RN): 11 jun. 1977, p. 4.

O general Golbery comparava a sociedade a um organismo vivo, o qual necessita, a fim de manter sua vitalidade, dos movimentos do coração de sístole (contração) e diástole (relaxamento). O regime instaurado em 1964 corresponderia, conforme tal concepção, a uma sístole necessária à sobrevivência do corpo social e político, devendo ser sucedida pela diástole para que sobreviesse um novo processo de irrigação sanguínea.² Segundo a formulação política organicista desse general, desde meados da década de 1970 se impunha a abertura, a redemocratização. A inauguração da represa se inscreve nesse momento em que, pretensamente, ocorre uma oxigenação da vida política brasileira, de sorte que, apesar dos debates que haviam marcado os momentos anteriores à edificação da BARG, a obra era finalmente entregue à população do Vale do Açu sob uma atmosfera de celebração e harmonia, livre do peso do autoritarismo que marcara os anos de chumbo da ditadura.

No jornal *Tribuna do Norte*, por exemplo, órgão dirigido pelo grupo político que, no Rio Grande do Norte, exercia oposição ao regime militar, uma matéria noticiava: “Presidente João Figueiredo faz entrega da maior obra na Região”,³ descrevendo a série de benefícios que a barragem traria e a alegria com que a população recebia tamanho investimento. O clima do evento é descrito no jornal como de entusiasmo e festa diante da expectativa das transformações que se anunciavam. Aquele parecia ser um marco histórico de ruptura com o passado e com o atraso. Além das autoridades, mais de três mil pessoas, vindas dos municípios do Vale em transportes cedidos pelas respectivas prefeituras, festejavam a chegada do progresso. Supomos, observando estritamente o episódio a partir de tal ângulo, que o evento consagrava, de fato, um novo tempo de abertura política.

Assumir tal suposição, entretanto, não nos ajuda na compreensão do fenômeno em sua complexidade. Sob da imagem de abertura que a inauguração da represa pode sugerir, um conjunto de valores que emolduraram a elaboração do PBA e a construção da BARG evidenciam o forte traço de autoritarismo característico do Estado brasileiro, especialmente a partir de 1964, apontando para uma lógica conservadora cujo propósito era frear as transformações sociais no mundo rural que vinham se desenhando desde a formação das ligas camponesas, na década de 1950. Iremos considerar, portanto, alguns elementos inscritos nesse processo que nos dão indícios do autoritarismo e do conservadorismo subjacentes à construção da represa.

² Conforme Chauí, cultura popular e autoritarismo. In.: manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro. p. 259.

³ PRESIDENTE João Figueiredo faz entrega da maior obra na Região. *Tribuna do Norte*. Natal (RN): 20 mai. 1983, p. 7.

2. UMA REPRESA PARA O BAIXO AÇU

O inverno de 1977 foi notável no semiárido norte-rio-grandense. Caiu chuva naquele ano em um curto intervalo de tempo, mas em uma intensidade desmedida. Os lavradores ribeirinhos do Vale do Açu perderam suas roças, e, junto com elas, a esperança de recuperação da safra, pois o inverno retardou sua chegada: desceu em maio, não em abril, como em anos anteriores. De acordo com os dados oficiais, foram menos de 6 mil desabrigados, mas os moradores do Vale que se deslocaram para Natal chegaram a sugerir algo em torno de 30 mil.⁴ 16 mil toneladas de gêneros alimentícios foram enviadas pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) a fim de socorrer as pessoas mais vulneráveis, vitimadas pelo flagelo da cheia.

O drama das secas comporta, nos vales úmidos, essa dupla dimensão: a escassez pluviométrica, de um lado, que leva os rios intermitentes a secarem, e as chuvas intensas, de outro, que provocam cheias devastadoras. A nota dominante das secas, portanto, é a irregularidade, a instabilidade. Elas não estão associadas propriamente à ausência de chuvas, mas às ocorrências irregulares das precipitações, tanto em termos espaciais quanto temporais. Um ano com muita chuva concentrada em determinada época, como ocorreu em 1977 no Vale do Açu, é considerado ruim pelos ribeirinhos, podendo ser classificado mesmo como um ano seco.

Para que os trabalhadores do Baixo Açu avaliassem como bom um determinado ano, era necessário que a distribuição pluviométrica se desse de modo regular ao longo do período chuvoso, como acontecera em 1976, por exemplo. “A caracterização do inverno bom para 1976 pode estar associada à razoável distribuição da precipitação ao longo dos seis meses mais chuvosos, com uma altura acumulada de aproximadamente 150mm, embora o balanço hídrico indique condição de déficit quase todo o ano”, afirmou Maurício de Oliveira, um estudioso da geografia do Vale do Açu.⁵ Ora, o índice pluviométrico de 1975 havia sido bem maior que o de 1976, e, a despeito disso, este foi considerado um ano bom, devido à regularidade nas precipitações, enquanto aquele foi considerado um ano ruim, o que indica que as secas não dizem respeito apenas à quantidade de água que desce nas precipitações, mas à sua distribuição regular.

Sobre essa condição dramática da geografia do Vale do Açu, Manoel Rodrigues de Melo, a quem Câmara Cascudo definiu como “o cronista da Várzea do Açu”, escreveu um livro com imagens vívidas e pungentes que veio a lume em 1940. Em tempos de chuva

⁴ AGRICULTOR do Baixo Açu acha impossível recuperar lavoura. *Tribuna do Norte* (RN): 8 mai. 1977, p. 8.

⁵ OLIVEIRA, Maurício. *Os solos e o ambiente agrícola no Sistema Piranhas-Açu, RN*. Mossoró: ESAM/FGD, 1988. (Col. Mossoroense, 380). p. 74.

regular, aquele pedaço de terra com o qual o autor mantinha uma profunda relação de afeto apresentava um panorama que é “um como que presente da Providência”. Uma terra, portanto, abençoada, que tinha no rio o seu elemento vivificador: “corta-lhe o seio imenso e generoso essa corrente d’água linda e suave que é o rio Açu. Nele desembocam inúmeros rios menores, prestigiando-lhe o curso de cento e vinte léguas”.⁶ Apesar desta paisagem agradável, dominante em períodos de regularidade climática, o autor consagra muitas páginas do seu livro de estreia para descrever o rompimento desse quadro de beleza, provocado tanto pela seca quanto pelas cheias.

Manoel Rodrigues de Melo afirma: “entre nós, todos os problemas de ordem econômica, financeira, administrativa, esbarram invariavelmente numa séria dificuldade: *anos bons* e *anos maus*. Ou então: *inverno* e *seca*”.⁷ Os aspectos da seca, conhecemo-los bem, dado o conjunto de narrativas e imagens que já foi produzido e continua sendo alimentado a seu respeito. A perda da plantação, a morte dos animais, a fome; os flagelados em desespero, que, diante da ameaça de morte, se punham a “comer xiquexique (sodoro), coroa de frade, macambira, carnaúba, garra de couro cru, farinha mofenta, feijão bichado”, e, no limite, se viravam “comendo gato de casa, cachorro, carne de cavalo e quanta coisa ruim ia encontrando pelos caminhos”; a multidão de corpos de retirantes sujos e rasgados, com aspecto cadavérico, atacando os centros urbanos que se enchiam de rostos que traduziam a agonia de quem, fugindo da fome, assaltava os armazéns e ameaçava a ordem urbana, enquanto alastrava a varíola, o sarampo e doenças gastrointestinais.⁸ Todo esse quadro já teve sua imagem popularizada pela imprensa e pela literatura ao longo do século XX.

Quanto às enchentes, dimensão menos difundida do domínio morfoclimático das caatingas, escreve o cronista da Várzea, destacando o efetivo prejuízo em vidas e bens que eram engolidos pela voracidade do rio Açu, quando rio, terra e homem protagonizavam cenas desconcertantes e brutais:

(...) quantas fortunas, quantos haveres não tem levado o rio na sua passagem destruidora?! Quantas vidas cheias de esperança e mocidade não têm sido tragadas pelas suas correntes misteriosas?! Quantos romances poderiam ser escritos, inspirados na força sugestiva das águas do rio Açu?! Quantas virgens não fizeram o seu noivado com o rio e terminaram se entregando em seus braços hercúleos e possantes?! Quantos moços não tiveram o seu epílogo nas entranhas desse rio que ainda não teve o seu poeta?! Que drama misterioso é esse que há entre a Terra, o Rio e o Homem do Açu?!⁹

O autor se prolonga numa descrição marcada por cores nubladas e tristes, que dão testemunho de uma relação que se mantém em equilíbrios difíceis entre o homem e

6 MELO, Manoel Rodrigues de. *Várzea do Açu: paisagens, tipos e costumes do vale do açu*. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. p. 28

7 *Id. Ibid.* p. 30.

8 *Id. Ibid.* p. 94, 99.

9 *Ibid.* p. 96.

a natureza. Esta se configura em fonte de vida, mas também de sofrimento. Ao longo do século XX, comunidades inteiras do Baixo Açu submergiram em tempos de cheia, sendo obrigadas a se instalar em outras localidades. É por esta razão que, desde o início do século passado, políticos e técnicos defendem a construção de uma grande represa para o rio Açu, a fim de se alcançar a regularização do regime das águas. A construção sistema combinado de Curema-Mãe D'água, concluída em 1942, respondia, ao lado de outros investimentos, a este imperativo. Até a década de 1940, a atuação do Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) se direcionou prioritariamente para a construção das barragens como instrumento mesmo de erradicação das secas, conforme a concepção vigente. Entretanto, a despeito da construção dessa e de outras represas nos afluentes do rio Piranhas-Açu, o drama das cheias continuava a afligir os ribeirinhos do Baixo Açu.

Outro argumento importante em defesa da açudagem consistia na irrigação. Não se tratava, somente, de regularizar o regime das águas, mas também de proporcionar o melhor aproveitamento agrícola das terras férteis dos vales úmidos. Embora tal estratégia tenha recebido maior ênfase a partir da década de 1950, com as discussões inauguradas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)¹⁰ e, em seguida, com a criação da SUDENE, desde o início do século a irrigação ocupa uma centralidade nos discursos em defesa da construção de grandes barragens, particularmente no Vale do Açu. Em 1910, por exemplo, a recém fundada Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) publicou o relatório do engenheiro e geólogo norte-americano Roderic Crandall, intitulado *Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil*, no qual a irrigação comparece como instrumento fundamental do combate às secas.¹¹

O texto subscrito por Roderic Crandall corresponde a um dos primeiros estudos sistemáticos sob coordenação da IOCS a abordar o Vale do Açu como área potencialmente irrigável. Para ele, “depois da bacia do Rio Jaguaribe, a imediata em importancia é a do Rio Assú, que tem as suas cabeceiras na Parahyba, e a sua embocadura no Rio Grande”. O destaque dado à bacia do Açu, que ele julga a segunda mais importante do Norte do Brasil, se devia ao potencial irrigável que, naquele início de século, já se identificava em alguns trechos das terras que margeavam o rio, especialmente nas proximidades de São Miguel de Jucurutu.

Ao longo do século XX, técnicos e engenheiros da IFOCS e, depois, do DNOCS, empreenderam uma série de estudos no Baixo Açu a fim de definir um projeto de irrigação e viabilizar uma produção agrícola racional para o vale. Na década de 1950, chegaram a

¹⁰ GTDN. *Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste*. Recife: MINTER/SUDENE. 2 ed.

¹¹ CRANDALL, Roderic. *Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba*. 4. ed. Coleção Mossoroense. Volume CCI, 1982.

iniciar algumas obras em torno da área onde se daria a construção da barragem de Oiticica, nas proximidades do município de Jucurutu, mas os trabalhos foram abandonados. A história desta barragem é a de ensaios estéreis para o que não aconteceu. A perspectiva de sua construção, entretanto, nunca saiu do horizonte de intervenções para essa área, vindo a ser retomada no início do século XXI, mobilizando um debate que se desdobra hoje em torno da obra.

Na década de 1960, um novo elemento se sobrepõe aos anteriores e toma acento nas políticas públicas voltadas para o semiárido. Trata-se da lógica desenvolvimentista característica da SUDENE, que se consubstancia, ao longo da década de 1970 e 1980, na criação de Perímetros Irrigados. Entre os anos de 1968 e 1992, para termos uma dimensão numérica dessa tendência, foram construídos pelo Executivo Federal 38 perímetros irrigados no chamado Polígono das Secas, mais particularmente nos vales úmidos, como Acaraú e Jaguaribe (CE), Itapicuru e Rio das Contas (BA) e Açu e Apodi (RN).¹²

A construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves se dá no bojo de um projeto de irrigação que participa dessa orientação desenvolvimentista. Conhecemos as circunstâncias em que se dá o deslocamento do Projeto Oiticica, que surgiu sob a lógica de combate às secas anterior à SUDENE, para o Projeto Baixo Açu, inscrito sob a dinâmica das novas inclinações de abordagem dos problemas do semiárido, com ênfase na modernização técnica agrícola e no incentivo às culturas de maior retorno econômico (com destaque para a fruticultura irrigada). O Nordeste, que tinha nas secas um problema a ser combatido, passa a ser objeto de intervenções integradas com vistas ao desenvolvimento regional. Consideremos, a partir de agora, as circunstâncias em que se dá a elaboração do PBA e os componentes de conservadorismo e autoritarismo nele inscritos.

3. DO PROJETO OITICICA AO PROJETO BAIXO AÇU

Em setembro 1962, a SUDENE realizou uma parceria com a United States Agency for International Development (USAID). A parceria se deu no bojo da Aliança para o Progresso, programa norte-americano formulado em 1960 pelo presidente John F. Kennedy e apresentado ao corpo diplomático latino-americano em 1961. Em linhas gerais, tinha o propósito de liberar recursos financeiros para os projetos, desenvolvidos pelos governos latino-americanos, que fossem considerados viáveis pelos estrategistas estadunidenses. Através do que chamava de um “esforço de cooperação mútua”,¹³ o governo norte-americano prometia fornecer assistência técnica e econômica de longo prazo aos países da América

¹² Dados constantes no site: dossieperimetrosirrigados.wordpress.com. Acesso 13 mar. 2017.

¹³ “Discurso pronunciado pelo Presidente John F. Kennedy”, 13 mar. 1961.

Latina, com o “objetivo declarado de fomentar o desenvolvimento econômico, social e político”,¹⁴ esperando com isso livrar-se de potenciais problemas, como as agitações sociais que ameaçavam despontar nos países subdesenvolvidos.¹⁵

Como desdobramento da parceria feita entre a SUDENE e a USAID, o Bureau de Beneficiamento de Terras (EUA) enviou uma equipe de técnicos ao Brasil para cooperar com um grupo de trabalho misto da SUDENE e do DNOCS no estudo da Bacia do Rio Piranhas. Os técnicos americanos prestaram sua assistência durante um período de quatro meses, a partir de setembro de 1962. A visita “compreendeu um exame das condições de campo; uma revisão dos dados existentes de abastecimento d’água, do solo e econômicos, e uma análise e nova revisão, pelo escritório de planos do Bureau, das propostas de aproveitamento de água da Bacia do Piranhas”.¹⁶ No relatório que se originou desta empreitada, o Baixo Açu é analisado dentro de uma teia complexa, como segmento de uma região geográfica, a bacia hidrográfica Piranhas-Açu. De modo que as considerações inscritas no relatório articulam as intervenções no Baixo Açu com as de outros segmentos da mesma região geográfica, devido às conexões existentes entre as partes desta unidade.

O relatório do Bureau recomendava que o governo brasileiro investisse no então chamado Projeto Açu (mais tarde renomeado como Projeto Baixo Açu). Ora, os técnicos brasileiros vinham se debruçando sobre um projeto de irrigação para a bacia Piranhas-Açu conhecido como Mãe D’Água-Souza, o qual previa um desvio através de montanhas, a partir do açude combinado Curma-Mãe d’Água, de 42,5 bilhões de metros cúbicos de água por ano para a irrigação das terras em Souza, na Paraíba. Os técnicos da agência americana, entretanto, concluíram que se tratava de um projeto muito dispendioso, com uma razão de benefícios a custos de 0,7 para 1,0. O investimento, calculado em 14,5 milhões de dólares, não apresentava viabilidade econômica.

O relatório sugeriu, em face desta conclusão, que a SUDENE deixasse de lado tal projeto para investir em novas pesquisas que permitissem verificar a real potencialidade da bacia hidrográfica, “onde parece haver disponibilidade de até 27.000 hectares de boa terra em Açu”.¹⁷ Vale lembrar que o Projeto Oiticica, fundamentado em estudos realizados na década de 1950 pelo Instituto Augusto Trindade, previa uma área irrigável de 12.000 hectares. Os estudos apresentados pelos técnicos americanos, portanto, sugeriram uma área

14 RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos. *Perspectiva*, São Paulo, n. 30, p. 151-175, 2006. A citação encontra-se na página 152.

15 Sobre a Aliança para o Progresso no Brasil, ver: RIBEIRO, Ricardo Alaggio. *A Aliança para o Progresso e as relações Brasil-EUA*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas, 2006.

16 RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. *Boletim de recursos naturais*. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. n. 1/4. 1964. p. 41.

17 RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. *Boletim de recursos naturais*. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. n. 1/4. 1964. p. 41.

mais do que duplamente superior à que havia sido apontada cerca de dez anos antes e que até então tinha servido de base para as intervenções do DNOCS.

Além disso, o estudo do Bureau afirmava que, até aquele momento, pouco havia sido feito em termos de aproveitamento hidráulico para irrigação na Bacia do Rio Piranhas Açu, apontando a importância do Baixo Açu para a alteração de um quadro de baixa produtividade econômica, sendo fundamental o seu aproveitamento racional, através de um projeto tecnicamente viável de irrigação: o Projeto Açu – o qual, depois de novos estudos, iria prever um local diverso daquele onde haviam sido iniciadas as obras da barragem de Oiticica, e apontar a necessidade de uma barragem maior.

Há dois elementos subjacentes a esse processo que, sendo esboçados no referido relatório, assumirão contornos ainda mais nítidos nos anos subsequentes. Em primeiro lugar, a centralidade que a razão instrumental e analítica recebe nas narrativas sobre o semiárido, conferindo legitimidade às propostas de intervenção material sobre o mundo natural. Tal perspectiva se tornará ainda mais forte durante os anos de ditadura, quando a lógica tecnocrática se institui como elemento legitimador das ações governamentais. Em segundo, a tendência de modernização da produção agrícola no campo, que assume a forma de Perímetros Irrigados e de estímulo à agroindústria, numa propensão à exclusão e proletarização do trabalhador local.

3.1 Tecocracia e modernização conservadora no Projeto Baixo Açu

Notemos que, na linguagem do relatório que analisamos anteriormente, os principais critérios de validação dos projetos de irrigação dizem respeito à viabilidade técnica e econômica, sem que se acentue o caráter social, o problema do acesso à terra e à água e os impactos ambientais. Os agentes de implantação do PBA agenciam com bastante recorrência o argumento técnico, sugerindo que se trata de uma intervenção que obedece estritamente aos estudos e apontamentos da razão científica, de modo que temos quase a impressão de uma força invisível a elevar-se dos relatórios e tomar forma no mundo concreto, sem a mediação da política – ou mesmo sem mediação alguma.

Em 1977, o então governador Tarcísio Maia chegou a afirmar, referindo-se ao PBA: “evidente que isto está sendo feito pelos técnicos”. Nem ele, enquanto governador, nem o Ministro do Interior ou Presidente da República poderiam fazer qualquer objeção a respeito, pois “não são senão os técnicos que induzem o Governo a fazer este projeto e a gastar essa soma fabulosa de Cr\$ 2,5 bilhões em termos de hoje”. Afirma ainda que, se os estudos apontam a necessidade de uma intervenção de tal magnitude, é “para melhorar a condição

do povo, a produção do Estado, a riqueza do Estado e as condições de vida do povo do Rio Grande do Norte”.¹⁸

O filósofo Walter Benjamin, refletindo no início do século XX sobre a dialética do progresso, identificou na Alemanha daquele período um prevalecente culto à técnica, mesmo quando esse culto assumia a forma de uma revolta contra a racionalização da sociedade.¹⁹ Mais tarde, Marcuse definiu esse mesmo fenômeno como “véu tecnológico”, ou seja, “a ideia de que a tecnologia seja uma entidade autônoma que obedeça a ‘imperativos’ não relacionados às relações sociais”.²⁰ A tecnocracia está assentada, portanto, nesse culto moderno à tecnologia e na pretensa autonomia da técnica em relação aos demais aspectos da vida social – no caso do discurso do governador Tarcísio Maia, em relação à política. Bresser Pereira define a tecnocracia como o governo dos técnicos, como o “o sistema em que o poder está nas mãos dos técnicos, sejam eles economistas, engenheiros, administradores públicos e privados ou militares profissionais”.²¹ Em suas palavras: “a oligarquia dos técnicos”.

O PBA toma plena forma sob a moldura de tal ideologia, segundo a qual, por meio de uma ação tecnicamente planejada, chega-se ao desenvolvimento e, daí, ao progresso social. Depois que os técnicos americanos indicaram a necessidade de novos estudos para a bacia do Piranhas-Açu, a SUDENE contratou a HIDROSERVICE – Serviços Técnicos de Hidrologia, Hidrografia e Hidráulica Ltda – para trabalhar no reconhecimento da bacia. A empresa desenvolveu esse trabalho entre os anos de 1967 e 1971, identificando duas áreas potencialmente irrigáveis, Oiticica I e Oiticica II. Em conformidade com o conteúdo inscrito no IV Plano Diretor da SUDENE,²² o DNOCS contratou, em 1972, a empresa paulista SERETE S/A ENGENHARIA para proceder ao *Estudo de viabilidade técnico econômica do Projeto Baixo Açu*, o qual concluiu pela viabilidade da irrigação de uma área de aproximadamente 22 mil hectares de terra às margens do rio Piranhas, entre as cidades de Açu e Pendências, e pela construção da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, no local que a HIDROSERVICE havia indicado para o Projeto Oiticica II.²³

Nascia o Projeto Baixo Açu. De acordo com a narrativa oficial, um projeto solidamente fundamentado nos estudos de viabilidade técnica e econômica. Segundo o chefe do DNOCS no Rio Grande do Norte, Clóvis Gonçalves, a HIDROSERVICE “vasculhou rigorosamente todo o estado” antes que o Departamento decidisse pela construção da BARG, naquele local específico e com aquelas medidas. Mas quanto aos fatores socioambientais? Apenas

18 TARCÍSIO analisa viagem: as decisões para 78 serão tomadas na hora oportuna. *Tribuna do Norte*. Natal, RN. 11 jun. 1977.

19 Cf.: HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º Reich*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 47.

20 *Op. cit.* p. 48.

21 BRESSER PEREIRA, L.C. *A sociedade estatal e a tecnoburocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 86.

22 MINTER/SUDENE. *IV plano diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1969-1973)*. Recife: Sudene, 1968. p. 5.

23 SILVA, Aldenor Gomes da. *O domínio do processo de trabalho na agricultura irrigada do Nordeste: a persistência da parceria*. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese (doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.

em 1979, ano em que a empreiteira Andrade Gutierrez iniciou a construção barragem, o Conselho de Administração do DNOCS, sob a presidência de José Osvaldo Pontes, contratou a HIDROSERVICE Engenharia de Projetos para estudar os efeitos da implantação do PBA. A empresa, entretanto, não tinha a função de investigar os pontos sensíveis e, caso necessário, revisar um ou outro aspecto do projeto, mas atuar no convencimento da população diretamente atingida pela represa a respeito da mudança compulsória a que seria submetida.²⁴ Tratava-se antes de garantir que a represa seria construída, não que os fatores sociais seriam observados.

Os movimentos de resistência que foram se organizando no Vale do Açu, ainda que de maneira não sistemática, enfatizavam sempre a ausência de diálogo entre as autoridades do DNOCS e a comunidade local. Em 29 de julho de 1975, o Governo Federal publicou no Diário Oficial da União o Decreto 76.046, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo DNOCS, uma área de terra com 158.476,84 hectares no Baixo Açu, sendo aproximadamente 67 mil hectares abrangidos pela bacia hidráulica e faixa seca do açude público “Eng. Armando Ribeiro Gonçalves”, situada nos municípios de Jucurutu, Janduís, Paraú, São Rafael, Santana do Matos, Ipanguaçu e Açu, e mais de 91 mil hectares abrangidos pelo projeto de irrigação Baixo-Açu, situado nos municípios de Açu, Ipanguaçu, Afonso Bezerra, Carnaubais, Alto dos Rodrigues e Pendências.²⁵ O decreto de desapropriação gerou intranquilidade entre os ribeirinhos do Baixo Açu, e veio a público antes que qualquer diálogo tivesse sido travado com as comunidades locais.

Em 1979, portanto quatro anos após a publicação daquele decreto, a Federação de Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN) enviou uma carta ao Chefe do Executivo Federal, o general Ernesto Geisel, declarando que apenas em 1977, com a realização do I Simpósio do Desenvolvimento do Vale do Açu, “algumas características básicas do projeto Baixo-Açu foram tornadas públicas pelo DNOCS, provocando estarrecimento e preocupação na população dos municípios a serem atingidos”.²⁶ Desde o início da década que a proposta de edificação da Armando Ribeiro Gonçalves se anunciava nos estudos encomendados pelo DNOCS, mas até o final da década apenas uma vez os representantes do órgão se reuniram com os moradores do Vale do Açu. No documento enviado ao general Geisel, cinco tópicos resumem as preocupações que atingiam os trabalhadores rurais do Vale do Açu. Ao final, a FETARN cobrava maior abertura para o diálogo:

O que deseja e proclama esta entidade é que os projetos do governo, como é da essência dos regimes democráticos, levem em consideração os anseios do povo, sejam amplamente divulgados e debatidos, para que constituam o reflexo de um

24 DNOCS prepara população do Vale para o Baixo Açu. Natal (RN): *Tribuna do Norte*, 9 mar. 1979.

25 BRASIL. Decreto nº 76.046, de 29 de julho de 1975.

26 BARRAGEM do Açu: trabalhadores rurais apelam a Geisel. *O Poti* (RN): 04 mar. 1979, p. 9.

compromisso entre governantes e governados, ao invés de parecerem ao povo uma imposição administrativa irreversível, que deve ser cumprida mas que não é consentida.²⁷

Mas o regime não era democrático. Afirmava-se como tecnocrático, assentava-se na presunção de que a competência dos autores dos relatórios técnicos dispensava a opinião dos trabalhadores locais. Os modos de organizar a economia, de conceber o mundo, de se relacionar com a natureza, os conhecimentos e saberes dos beiradeiros do Baixo Açu foram desqualificados, tratados como expressão da ignorância, do atraso, como insuficientes e sem legitimidade para pautar as políticas de intervenção do DNOCS. As modalidades de conhecimento que caracterizavam a vida do ribeirinho apresentavam expressões divergentes às do sistema de produção e dos mercados capitalistas, daí porque não eram dignos de consideração, conforme a ideologia vigente.

Marilena Chauí denomina de *ideologia da competência* a esta estrutura em que apenas determinados sujeitos, habilitados por sua pretensa especialidade, estão autorizados a discutir e deliberar sobre certos assuntos.²⁸ Não há, segundo tal expediente, que se ouvir os ribeirinhos, pois estes não têm com o que contribuir quando o assunto se refere a projetos de irrigação.

Em entrevista coletiva realizada em fevereiro de 1979, no 4º andar do Edifício Café Filho, no bairro natalense das Rocas, o engenheiro Carlos Queiroz proferiu um discurso sobre o Projeto Baixo Açu. De acordo com ele, um dos grandes problemas sociais do Vale do Açu dizia respeito à baixa formação dos trabalhadores rurais. Afirmou que “o nível cultural é baixo e ninguém quer trabalhar em conjunto, a fim de desenvolver mais rapidamente a região e seus habitantes”.²⁹ Se os ribeirinhos resistiam, faziam-no por ignorância. Diante dos adversários do PBA, especialmente o jurista Hélio Galvão, o engenheiro afirma em tom de desafio: “com Andreazza à frente do Ministério do Interior ninguém vai impedi-la”.³⁰ Essa sentença condensa mais do que a confiança na técnica, presume antes a força e o autoritarismo simbolizados na figura do ex-Ministro dos Transportes Mario Andreazza, responsável por grandes obras nos governos Costa e Silva e Médici. Explícita em tal declaração, vislumbramos uma tonalidade arrogante que dispensa as meias palavras, que renuncia aos meios de iludir, a fala altiva de quem se sente senhor da situação, representante de um Estado que tudo pode.

De um lado, como agente que enuncia o discurso competente, temos um engenheiro, portador da ciência e do poder; do outro, os beiradeiros, de “nível cultural baixo”, vale

27 *Id.*

28 CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Autêntica, 2014 (Escritos de Marilena Chauí, 3).

29 DNOCS afirma que barragem vem mesmo. *Diário de Natal (RN)*: 13 jan. 1979, p. 7.

30 *Id.*

dizer, “os irracionais”, na expressão de Francisco Foot Hardman.³¹ Quem são os irracionais? “São os herdeiros de Canudos, os milhões e milhões de pré-letrados vagando: os sem-terra, os sem-teto”.³² Estes sujeitos sem educação, e sem cidadania, são o outro polo do discurso competente, aqueles que devem antes ser subjugados que ouvidos, o receptáculo dos discursos oficiais e os beneficiários das intervenções materiais do Estado.

Ao declarar a incapacidade dos ribeirinhos de trabalharem em equipe, Carlos Queiroz se referia ao Perímetro Irrigado, a um projeto de assentamento de produção agrícola, no qual a lógica de trabalho se distinguia substancialmente, segundo a observação do engenheiro, do padrão dos agricultores do Vale do Açu. Marcel Burstsztyn observa que, de acordo com a nomenclatura oficial, os produtores dos Perímetros Irrigados são chamados de “colonos” ou “irrigantes”, detalhe que estabelece, desde início, um corte, uma “diferenciação entre esta categoria e os produtores tradicionais”.³³ A noção de intervenções hídricas que caracteriza esse período não corresponde mais à pretensão de submeter a natureza por meio da racionalidade instrumental, de vencer as secas com os instrumentos da engenharia, como havia sido no início do século XX. Trata-se agora de integrar o trabalhador rural ao sistema de produção capitalista e promover a expansão da fronteira agrícola. Há um deslocamento no sentido de progresso subjacente às políticas públicas voltadas ao semiárido, e a irrigação constitui um instrumento fundamental desta inflexão.

A Barragem Armando Ribeiro Gonçalves consistia na primeira etapa do PBA, o qual previa ainda a formação de um Perímetro Irrigado e a organização e um Polo Pesqueiro. Embora o DNOCS, como órgão responsável por gerenciar a execução do projeto, nunca tenha sido capaz de articular estas etapas na prática, interessa-nos o fato de que, no projeto, percebemos enfeixados um conjunto de valores próprios da lógica desenvolvimentista prevalente naquele período. Os Perímetros Irrigados são áreas delimitadas pelo DNOCS e desapropriadas pelo Estado para implantação de projetos públicos de agricultura irrigada. Em geral, as áreas desapropriadas possuem um bom potencial agricultável e força de trabalho disponível. Vale destacar que a instituição de Perímetros Irrigados se inscreve nas políticas que privilegiavam o aumento da produção e da produtividade no campo como instrumento de combate ao atraso e à conseqüente baixa produtividade, razões do atraso de toda a região Nordeste, segundo esta concepção esposada pelos governos militares e inscrita no I Plano Nacional de Desenvolvimento.³⁴ Eram uma forma, ainda, de responder às críticas à omissão

31 HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso*. In: _____. Tróia de Taipa: Canudos e os irracionais. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. p. 125-136.

32 HARDMAN, Francisco Foot (org.). *Morte e progresso*. In: _____. Tróia de Taipa: Canudos e os irracionais. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. p. 128.

33 BURSZTYN, M. *O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 113.

34 Cf.: CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional*. São Paulo: HUCITEC; [s.l.]: SUDENE, 1987.

e à ineficiência da ação estatal no combate às injustiças sociais no Norte e Nordeste. Diante das vozes que clamavam por reforma agrária, os projetos agropecuários e a expansão de agroindústrias se constituíam em estratégia de controle das tensões sociais.

No dia em que desembarcou no Rio Grande do Norte para a inauguração da Barragem Armando Ribeiro, os governadores de todos os estados do Nordeste reuniram-se com o general Figueiredo no Palácio do Potengi. O chefe do executivo federal ouviu dos governadores advertências quanto à possibilidade de convulsões sociais nos diversos estados. O porta-voz da presidência, Carlos Átila, traduziu para a imprensa o tom da reunião da seguinte maneira:

basicamente, todos sabemos que é a questão de promover o desenvolvimento, enfrentando o problema da seca, restabelecer um nível de ocupação econômica compatível com a demanda do mercado de trabalho e a busca a que os Governadores estão procurando se dedicar, junto com o Governo Federal, para encontrar, sobretudo, e principalmente, meios para promover os programas que tenham que ser desenvolvidos para que essas metas venham a ser atingidas.³⁵

Dois aspectos nos chamam a atenção quanto a esta reunião. Primeiro, fica evidente que os investimentos para o desenvolvimento do Nordeste objetivam distensionar relações conflituosas no semiárido, promovendo uma espécie de desmobilização dos trabalhadores insatisfeitos. Em segundo lugar, percebe-se uma permanência daquela antiga prática de captação de recursos por meio do discurso lamurioso dos sofrimentos infringidos pelas secas, vale dizer, aquilo que ficou consagrado como a “indústria das secas”. Os governadores reivindicam recursos para tocar projetos de desenvolvimento sob o argumento de que, de outra forma, as manifestações sociais podem ultrapassar os limites e assumir proporções perigosas. O governador norte-rio-grandense declarou que a reunião se prestava ao propósito de “evitar uma tensão maior”, e foi enfático: “os governantes da região precisam atender às expectativas da população, pois temos informações e indicativos, dados com antecedência, de que isso (tensão de proporções mais graves) pode ocorrer”.³⁶

Os investimentos públicos para as transformações do semiárido, portanto, não pretendiam alterar as estruturas sociais nem tocar na questão fundiária, mas incorporar a produção agrícola à dinâmica do capitalismo e instituir novas formas de dominação no campo, por meio da proletarianização do trabalhador rural. Trata-se de uma tendência que alguns autores chamaram de “modernização conservadora”. Para Guimarães, primeiro analista brasileiro a aplicar este termo, a “estratégia de modernização conservadora” é assim chamada porque “diferentemente da reforma agrária, tem por objetivo o crescimento

35 CONVULSÃO social é perigo no Nordeste. *Tribuna do Norte* (RN): 20 mai. 1983, p. 3.

36 TENSÃO social é problema no Nordeste. *Tribuna do Norte* (RN): 19 mai. 1983, p. 3.

da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária".³⁷

CONCLUSÃO

No rastro do processo que conduziu à cena da inauguração da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, contemplamos uma sobreposição de diversas camadas de autoritarismo e conservadorismo que dão o tom do Projeto Baixo Açu. A aura de abertura política que o conagraçamento entre gerais e civis sugere não resiste à investigação do processo de construção da represa. Podemos, para concluir e acentuar os apontamentos levantados ao longo do texto, mencionar mais uma vez aquele documento que a FETARN enviou ao general Geisel, destacando agora a preocupação quanto às vagas de trabalho que surgiriam com a instalação do perímetro irrigado. Na carta, essa inquietação é expressa da seguinte maneira:

A população a ser deslocada, nas áreas que constituirão as bacias de inundação e irrigação, deve atingir o número aproximado de 40.000 (quarenta mil) habitantes. Em contrapartida, o projeto, depois de definitivamente implantado, prevê apenas o oferecimento de 14.246 empregos.³⁸

Nesse fragmento, revela-se o temor de que os camponeses seriam preteridos no projeto, de que estavam, efetivamente, sendo removidos da área para dar lugar a outros agentes e a uma nova dinâmica econômica e social. Afinal, muitas terras seriam tomadas aos proprietários locais e não havia perspectiva de que eles seriam absorvidos pela colônia de irrigação. Por conseguinte, haveria um intenso êxodo em direção aos principais centros urbanos do estado ou mesmo a outras regiões do país. De fato, a preocupação era legítima, e o que se manifestava no documento como um temor, confirmou-se com o devir do processo. No perímetro do Projeto Baixo Açu, que veio a ser executado na década de 1990, portanto em completa desarticulação com o projeto que deu origem à barragem, as empresas chegaram a representar 7,88% dos irrigantes, enquanto os pequenos produtores, 25,73%. Entretanto, nesse período, os pequenos irrigantes concentravam 25,73% da área total, contra 70,15% da área ocupada pelas empresas.³⁹ A modernização conservadora confirmou a sua vocação para a exclusão dos "irracionais" herdeiros de Canudos.

37 GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. *Revista Reforma Agrária*, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.

38 BARRAGEM do Açu: trabalhadores rurais apelam a Geisel. O Poti (RN): 04 mar. 1979, p. 9.

39 Pontes, Andreza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2013, v. 18, n. 11 [Acessado 09 Julho 2021], pp. 3213-3222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100012>>. Epub 09 Maio 2013. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100012>

BIBLIOGRAFIA

- BRESSER PEREIRA, L.C. **A sociedade estatal e a tecnoburocracia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 86.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. **O nordeste e o regime autoritário: discurso e prática do planejamento regional**. São Paulo: HUCITEC; [s.l.]: SUDENE, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Autêntica, 2014 (Escritos de Marilena Chauí, 3).
- GOMES DA SILVA, Aldenor. **O domínio do processo de trabalho na agricultura irrigada do Nordeste: a persistência da parceria**. Campinas: UNICAMP, 1992. Tese (doutorado em Economia). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1992.
- GTDN. **Uma política para o desenvolvimento econômico do Nordeste**. Recife: MINTER/SUDENE. 2 ed.
- GUIMARÃES, A. P. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977.
- HARDMAN, Francisco Foot. Tróia de Taipa: Canudos e os irracionais. In: HARDMAN, Francisco Foot (org.). **Morte e progresso**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1998. p. 125-136.
- HERF, Jeffrey. **O modernismo reacionário: tecnologia, cultura e política na república de Weimar e no 3º Reich**. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993. p. 47.
- MELO, Manoel Rodrigues de. **Várzea do Açú: paisagens, tipos e costumes do vale do açú**. São Paulo: IBRASA; Brasília: INL, 1979. p. 28
- OLIVEIRA, Maurício. **Os solos e o ambiente agrícola no Sistema Piranhas-Açu, RN**. Mossoró: ESAM/FGD, 1988. (Col. Mossoroense, 380). p. 74.
- PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2013, v. 18, n. 11 [Acessado 09 Julho 2021], pp. 3213-3222. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100012>>. Epub 09 Maio 2013. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013001100012>
- RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil-Estados Unidos**. Perspectiva, São Paulo, n. 30, p. 151-175, 2006.

FONTE

AGRICULTOR do Baixo Açu acha impossível recuperar lavoura. Tribuna do Norte (RN): 8 mai. 1977, p. 8.

BARRAGEM do Açu: trabalhadores rurais apelam a Geisel. O Poti (RN): 04 mar. 1979, p. 9.

BARRAGEM do Açu: trabalhadores rurais apelam a Geisel. O Poti (RN): 04 mar. 1979, p. 9.

BRASIL. Decreto nº 76.046, de 29 de julho de 1975.

CONVULSÃO social é perigo no Nordeste. Tribuna do Norte (RN): 20 mai. 1983, p. 3.

CRANDALL, Roderic. Geografia, geologia, suprimento d'água, transportes e açudagem nos estados orientais do norte do Brasil: Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. 4. ed. Coleção Mossoroense. Volume CCI, 1982.

DNOCS afirma que barragem vem mesmo. Diário de Natal (RN): 13 jan. 1979, p. 7.

DNOCS prepara população do Vale para o Baixo Açu. Natal (RN): Tribuna do Norte, 9 mar. 1979.

MINTER/SUDENE. IV plano diretor de desenvolvimento econômico e social do Nordeste (1969-1973). Recife: Sudene, 1968. p. 5.

PRESIDENTE João Figueiredo faz entrega da maior obra na Região. Tribuna do Norte. Natal (RN): 20 mai. 1983, p. 7.

RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. Boletim de recursos naturais. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. n. 1/4. 1964. p. 41.

RELATÓRIO da Bureau de Beneficiamento de Terras. Boletim de recursos naturais. Pernambuco: SUDENE. Vol. 2. n. 1/4. 1964. p. 41.

TARCÍSIO analisa viagem. Tribuna do Norte (RN): 11 jun. 1977, p. 4.

TARCÍSIO analisa viagem: as decisões para 78 serão tomadas na hora oportuna. Tribuna do Norte. Natal, RN. 11 jun. 1977.

TENSÃO social é problema no Nordeste. Tribuna do Norte (RN): 19 mai. 1983, p. 3.

CAPÍTULO 6

POLÍTICA, SECA, MIGRAÇÃO: A CURTA GESTÃO DO GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO NO RIO GRANDE DO NORTE (1951)

Jailma Maria de Lima¹

¹ Professora Associada do Departamento de História do Ceres/UFRN e do Programa de Pós-Graduação em História do CERES/UFRN.

As discussões sobre a categoria *sertões* têm sido bastante ampliadas pela historiografia brasileira e por outras áreas de conhecimento, como as Ciências Sociais e a Antropologia. Como recorte espacial, o termo é utilizado, muitas vezes, em oposição ao litoral e associado ao semiárido, ao inóspito, mas também às atividades econômicas ligadas à pecuária e à cotonicultura, que pressupõem determinados padrões de sociabilidades.¹

Relacionada aos sertões, a seca igualmente tem sido objeto de estudo de memorialistas, sociólogos, geógrafos, historiadores, dentre outros, sob os mais diversos aspectos.

Na América portuguesa, o registro sobre as secas data do final do século XVI, com o padre Fernão Cardim, que demonstrou como o fenômeno geográfico foi peça chave na paisagem da região. Outros viajantes também se empenharam na tarefa de descrever as paisagens nos seus relatos de viagens pelos sertões, contribuindo para a aproximação dos termos sertão e seca.²

Como construção imagética dos sertões do semiárido, a seca de 1877 demarca um lugar nas falas e reivindicações das elites agrárias, assumindo a condição de “problema nacional”. Para Albuquerque Júnior, o “discurso da seca, tornou-se uma poderosa arma para barganhar recursos e participação política junto às outras parcelas da classe dominante”³, tendo sido fundamental para o processo de modernização conservadora ocorrido no Norte-Nordeste no final do século XX e início do século XX.

De acordo com Neves:

Mais do que uma irregularidade pluviométrica, a seca pôde ser percebida, a partir de então, como um fenômeno social inserido nas redes de relacionamentos políticos e socioeconômicos, em que as condições de pobreza de uma parcela significativa da população que habita o semiárido são gravemente acentuadas em momentos de crise. No entanto, tratada sempre como um fenômeno da natureza, a seca fortalece suas raízes na sociedade brasileira e reforça uma teia política e social que se opõe aos parâmetros estabelecidos da modernidade.⁴

As possíveis soluções para o enfrentamento dos problemas relacionados à seca ou a cheias sempre eram discutidas pelos intelectuais mediadores a cada momento de intempérie climática.

Conforme a definição de Gomes e Hausen, esses intelectuais eram “sujeitos conectados entre si, com genealogias e passados imaginados, além de diálogos com as questões políticas e sociais do seu tempo.”⁵ Seja por dever de ofício — como era o caso dos

1 NEVES, Frederico de castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v. 21, n. 40, p.1-2, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5GNSQTXnMM7kTM3rr8B4TrM/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

2 BONATO, Tiago. “A cada passo se esperava a morte”: o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa colonial. *Métis: história e cultura*. Caxias do Sul/RS, v. 17, n. 33, p. 343-344, 2018. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/tainacan/periodicos/a-cada-passo-se-esperava-a-morte-o-fenomeno-da-seca-no-sertao-da-america-portuguesa-colonial/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

3 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Falas da astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino, de problema à solução (1877-1922)*. Campinas, 1988, p. 412.

4 NEVES, 2001, p. 108.

5 GOMES, Ângela de Castro; HAUSEN, Patrícia Santos (org.). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016, p. 10.

engenheiros e agrônomos —, seja por possuírem origens familiares e políticas nos sertões, esses homens buscavam lugar de legitimidade, a fim de apontarem soluções para o problema da seca.

Felipe Guerra, por exemplo, foi político e jurista, falecido em 1951, e deixou várias obras produzidas que apontavam, na sua visão, tais soluções. Para ele, investir na açudagem particular e em obras de infraestrutura eram estratégias viáveis para combater os efeitos da seca.⁶

O ex-governador do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, deposto com a Revolução de 1930, exercia, em 1951, o cargo de presidente da Federação Rural. Nessa condição, ele opinava que o governo deveria atuar na construção de açudes e de estradas, além de oferecer emprego e não esmolas às pessoas que perdiam as suas lavouras. Para Lamartine, o objetivo principal era “evitar a todo o custo o êxodo da população rural.”⁷

Considerando que o ano de 1951 foi caracterizado por uma grande seca, com amplas discussões e disputas no espaço público, este artigo objetiva analisar as disputas políticas relacionadas ao tema no curto período de gestão do então governador Jerônimo Dix-Sept Rosado⁸, entre 31 de janeiro de 1951, quando tomou posse, e 12 de julho de 1951, data do seu falecimento e de três secretários seus em um trágico acidente aéreo.

Nos poucos mais de cinco meses de governo de Dix-Sept Rosado, muitas questões políticas, sociais e econômicas, relacionadas ao Rio Grande do Norte, foram pautadas e discutidas, sobretudo com diálogos e cobranças ao então vice-presidente eleito, o potiguar João Café Filho. Mas, os efeitos da seca daquele ano e as ações que deveriam ser encaminhadas pelo governo estadual e pelo governo federal ganharam absoluta centralidade nas disputas políticas.

Ao mesmo tempo em que essas disputas ocorriam, as populações atingidas pela seca tentavam encontrar formas de sobrevivência, seja aceitando os empregos nas obras públicas — de acordo com as normas e salários estabelecidos pelo governo e pelos empreiteiros que adquiriam direito a geri-las —, seja migrando para outras regiões do país. Tais aspectos serão discutidos mais adiante, juntamente com o caso da cidade de Santana do Matos-RN, administrada por um opositor político do governador, Aristófanes Fernandes. A situação desse município ganhou evidência no espaço público em função de ameaças

6 MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca no Nordeste**: um falso problema. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988, p. 31.

7 A PERSPECTIVA da seca inquieta todas as classes sociais. **Diário de Natal**, Natal, 01 mar. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Seca%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34328. Acesso em: 4 jun. 2023.

8 O patriarca da família Rosado, farmacêutico Jerônimo Rosado (1861-1930), teve 21 filhos e passou a nominá-los com numerais ordinais em latim e em francês. Além de intendente em Mossoró, atuou nas atividades de mineração, desenvolvendo a extração e exportação de gesso, empreendimento levado à frente pelos filhos e que atingiu o apogeu nas décadas de 1940 e 1950. Em 1945, alguns dos irmãos Rosado, principalmente Dix-Sept e Dix-Huit, engajaram-se na campanha do Brigadeiro Eduardo Gomes e, em 1946, Dix-Huit foi eleito deputado estadual. Em 1948, Dix-Sept foi eleito Prefeito de Mossoró e, em 1950, governador do estado.

de saques ao comércio local e às inúmeras disputas políticas relacionadas à alocação de recursos federais. Para entender essa questão, utilizamos a imprensa como fonte, em função da ampla cobertura sobre política realizada pelos jornais. A legitimidade para o uso dos periódicos como fonte histórica tem sido cada vez mais ampliada, embora nem sempre tenha sido assim, por diversas acusações feitas a esse tipo de produção. Assim, para Luca faz-se necessária, a análise circunstanciada do lugar de inserção da imprensa, bem como a “abordagem que faz do impresso, a um só tempo, fonte e objeto da pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.”⁹

Para a realização desse trabalho, consultamos o acervo do jornal *Diário de Natal* disponível no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Consultamos ainda o acervo do jornal *Tribuna do Norte* e do *Jornal de Natal* disponíveis no acervo físico da Biblioteca Nacional.

POLÍTICA E SECA

As eleições de 1950 foram absolutamente movimentadas no estado do Rio Grande do Norte. Muitas negociações e conflitos ocorreram até a composição definitiva das chapas.¹⁰ As disputas partidárias resultaram em cisões e na criação de novos partidos políticos. Efetivamente, foi uma campanha eleitoral com ampla participação popular.

Para o governo estadual, a Aliança Democrática (AD), representada por Dix-Sept Rosado e Sílvio Pedroza, foi a vencedora. Dessa composição também fazia parte o vice-presidente da República, eleito na chapa de Getúlio Vargas, o potiguar João Café Filho.

A festa popular para a comemoração da vitória dos candidatos eleitos foi enorme. Em Mossoró, cidade do novo governador, a “Passeata da Vitória” reuniu uma multidão que percorreu as ruas da cidade. Em Natal, capital do estado, as homenagens ao vice-presidente Café Filho foram organizadas de forma a envolver diversas categorias profissionais. Várias comissões foram encarregadas de realizar arrecadações de doações para os festejos e de organizar a programação.

Na ocasião, um curso de automóveis percorreu diversas ruas, saindo do Aeroporto Augusto Severo até a Praça Gentil Ferreira, no bairro do Alecrim. De lá, os populares seguiram em passeata até a Praça Pio X, localizada no centro da capital. Acompanhado por vários políticos e jornalistas da grande imprensa do país, Café Filho foi recebido de

⁹ DE LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla et all. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2018, p. 141.

¹⁰ Para o governo estadual, foram compostas duas chapas: a vencedora, intitulada Aliança Democrática (AD) e que reuniu o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Republicano (PR) e a chapa oponente, intitulada União Popular, que contava com o Partido Social Trabalhista (PST) e com a União Democrática Nacional (UDN), cujos candidatos eram Manoel Varela e Duarte Filho. LIMA, Jailma Maria de. “**Taquei Detefon nos brutos**”: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955). Campina Grande: EDUFCG, 2017, p. 155-158.

forma apoteótica: “o carro que conduzia o líder populista, [era] empurrado pela incalculável massa humana que acompanhava o cortejo cívico.”¹¹ No dia seguinte a essa comemoração, ocorreu, em diversos bairros da capital, a entrega de roupas e brinquedos como presentes de Natal a crianças pobres.

A festa de posse ocorreu em 31 de janeiro de 1951, contando com a presença de várias autoridades, inclusive do novo secretariado indicado pelas forças de apoio ao novo governador eleito.¹² Até a data da posse, as confabulações para a nomeação do secretariado foram inúmeras, refletindo as intensas negociações feitas para a composição da chapa no ano anterior. O contexto, para o Rio Grande do Norte, era especialmente animador, dada a eleição para a vice-presidência da República de João Café Filho.

Já nos primeiros dias de gestão, as notícias jornalísticas enfatizavam os problemas relacionados a uma nova seca no Nordeste e aos deslocamentos populacionais que ocorriam tanto para a capital do estado quanto para a capital do país.¹³

Não era a primeira vez que Getúlio Vargas, na condição de presidente da República, enfrentava um período de estiagem. Em 1932 e em 1943, o semiárido brasileiro foi imensamente atingido por secas e as ações do governo federal voltaram-se para o enfrentamento dessa questão.¹⁴

A estrutura federal do órgão criado para estudar a problemática do semiárido data de 1909, com a fundação do Instituto de Obras Contra as Secas (IOCS), transformado em Instituto Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), em 1919, e novamente reformulado em 1945, quando passou a ser intitulado de Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Esse era o principal órgão federal em 1951, dotado de recursos humanos e financeiros e com larga experiência na gestão de obras públicas no Nordeste brasileiro.

Para Medeiros Júnior e Souza, o pós Segunda Guerra Mundial demarca uma mudança em relação à problemática da seca no Nordeste, que passou a ser “[...] considerada como uma questão de desenvolvimento regional. A seca intermitente não era capaz, por si só, explicar o atraso da região. Começa-se a questionar a estrutura do Nordeste comparando-se os índices socioeconômicos com os do Centro Sul.”¹⁵

Ainda no mês de março, o governo federal anunciou que estava sensível ao problema e designou o ministro de aviação e obras públicas, Souza Lima, e sua comitiva para acom-

11 RECEBIDO entusiasmamente, nesta capital, pelo povo, o vice-presidente Café Filho. **Jornal de Natal**, Natal, p. 1, 21 dez. 1950.

12 INICIA o estado um novo período administrativo. **Diário de Natal**, Natal, 31 jan.1951, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%C3%A9%20Filho%22&pasta=ano%201951&hf=memoria.bn.br&pagfis=34169. Acesso em: 4 jun. 2023.

13 A PERSPECTIVA ..., 1951, p. 6.

14 NEVES, 2001.

15 MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988, p. 156.

panharem de perto a situação. Ao mesmo tempo, anunciou algumas medidas imediatas, entre elas: a intensificação dos serviços de obras já projetadas, como açudes, estradas e outras construções, bem como a ampliação de alguns desses serviços, de modo a garantir recursos para que os trabalhadores retirantes fossem empregados nessas obras; a retomada de obras de cooperação já aprovadas entre governo e particulares; além da entrega, pelo DNOCS, de 300 mil sacas financiadas de feijão, para serem distribuídas aos trabalhadores e aos retirantes.¹⁶

Diante da demora do governo e do agravamento da situação, os governadores do Nordeste, inclusive o do Rio Grande do Norte, intensificaram as cobranças. Em março, em telegrama enviado ao presidente Vargas, Dix-Sept Rosado apontou a situação de calamidade em que se encontravam várias regiões do estado e cobrou a estrada que ligava Mossoró a Luiz Gomes.

Naquele momento, já eram encaminhados alimentos ao Rio Grande do Norte, vindos de diferentes frentes. O governador da Paraíba, José Américo de Almeida, recebeu, na cidade de Souza, uma quantia de feijão e arroz e a dividiu com o Rio Grande do Norte e com o Ceará. Em Fortaleza, o governador mandou pegar 150 toneladas de leite doadas pela Fundação Internacional de Socorro à Infância. Como medida direta do Ministério da Agricultura anunciou-se a vacinação e medicação gratuitas para os rebanhos. Na cidade de Lajes, o governo autorizou melhorias no açude Laginhas, contratando trabalhadores afetados pela seca para a execução dos serviços.¹⁷

Em meio a essas discussões, o governo foi abalado por um grave acidente automobilístico que vitimou o Secretário Geral do Estado, Mario Negócio, um dos mais importantes auxiliares do governador, e o comerciante Omar Medeiros. O acidente ocorreu na localidade de Tacima, pertencente ao município de Ararauna-PB. A viagem foi motivada por uma reunião que ocorreria em Recife, com o objetivo de discutir o socorro à população atingida pela seca.¹⁸

Em abril, o Governo Federal, através do Ministério da Agricultura e da Fazenda, promoveu a Reunião Algodoeira do Nordeste, planejada para ser realizada em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Para o encontro foi convocada toda uma rede de técnicos que atuavam em vários órgãos públicos.¹⁹

16 ATENTO o governo federal ao grave problema da seca no Nordeste. *Diário de Natal*, Natal, 13 mar. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%C3%A9%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34404/. Acesso em: 4 jun. 2023.

17 NOVO apelo do governador ao presidente Getúlio Vargas. *Diário de Natal*, Natal, 30 mar. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%20Filho%22&pagfis=34504/. Acesso em: 4 jun. 2023.

18 GRANDE consternação no Estado com o desaparecimento de Mário Negócio. *Diário de Natal*, Natal, 31 mar. 1951, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%20Filho%22&pagfis=34505/. Acesso em: 4 jun. 2023.

19 JÁ ESCOLHIDOS os locais das sessões da Reunião Algodoeira do Nordeste. *Diário de Natal*, Natal, 30 mar. 1951, p. 6. Disponível

O que foi apontado como solução não era exatamente novo, pois eram proposições recorrentes a cada período de intempérie climática. Medeiros Filho e Souza apontam como a preocupação com a açudagem é anterior ao século XX e como toda essa rede de obras parava quando as chuvas começavam a cair.

A implementação de uma política de comunicações, empreendendo rodovias, ferrovias, campos de pouso e linhas telegráficas sempre foi uma preocupação das elites nordestinas. É bom notar que todo esse complexo sempre foi lembrado e reivindicado por ocasião das secas.²⁰

Portanto, as discussões sobre essas questões, em 1951, não eram novidades. O inusitado, para o Rio Grande do Norte, foi que o vice-presidente eleito era potiguar e tivera importante papel para a aliança e para a vitória da chapa. Isso aumentou as expectativas das lideranças políticas e ampliou substancialmente as cobranças por cargos e por recursos públicos.

As pressões exercidas sobre o vice-presidente Café Filho foram enormes. Os pedidos variavam desde verbas para construção de açudes e estradas, passando por liberação de cotas atrasadas de imposto de renda.²¹ Essa tensão esteve presente durante os pouco mais de 5 meses de governo de Dix-Sept Rosado. Ao longo daquele período, diversos encontros foram realizados entre o governador e o vice-presidente, mas uma grave crise política os envolveu e foi aprofundada pelas disputas em função das nomeações para os cargos federais.

Em maio, período do ápice da crise, a imprensa passou a divulgar o que estava em disputa. O jornalista Medeiros Lima, de *O Jornal*, do Rio de Janeiro, entrevistou Café Filho, que definiu o problema como sendo resultante da nomeação, pelo governador, de um desafeto dele, Romildo Gurgel, para delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC). Para o jornalista, Café Filho não admitia “que a política federal do Rio Grande do Norte seja feita sob outro comando, que não o seu.”²²

O governador, naquele momento, estava no Rio de Janeiro e também foi questionado pelo repórter, tendo dito que soubera das insatisfações de Café Filho pela imprensa. Outro jornalista, Murilo Marroquim, detalhou novos motivos para o descontentamento do vice-presidente.

O rompimento de Abelardo Calafange com o PSP (partido de Café Filho) foi cheio de acusações, inclusive sobre desvio de recursos na campanha de 1950. Mesmo assim,

em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%20Filho%22&pagfis=34504/. Acesso em: 4 jun. 2023. Acesso em: 4 jun. 2023.

20 MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988, p. 56.

21 DIRIGEM ao sr. Café Filho diversos prefeitos do nosso estado. *Diário de Natal*. Natal. 26 maio 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%20Filho%22&pasta=ano%201951&hf=memoria.bn.br&pagfis=34840. Acesso em: 4 jun. 2023.

22 CAPITULARAM Dix-Sept Rosado e PSD perante Café Filho. *Tribuna do Norte*. Natal. 6 maio 1951. p. 1.

Calafange passou a ser prestigiado pelo governador. Por outro lado, o PSP havia sido contemplado com apenas um cargo no secretariado estadual, no Departamento das Municipalidades, de pouca relevância política e administrativa. Para os cargos do Instituto Nacional do Sal, Estrada de Ferro Sampaio Correia e Caixa Econômica Federal o governador indicou nomes de pessedistas e petebistas. Já para a chefia de polícia foi nomeado Ulisses Cavalcanti, desafeto fidalgal de Café Filho.²³

Em junho de 1951, estive em Natal, pela primeira vez, acompanhado de grande comitiva, desde que assumiu a vice-presidência, Café Filho, que aproveitou para fazer viagens ao interior do Rio Grande do Norte e a estados vizinhos.

Uma discussão importante que o vice-presidente estimulou foi a necessidade de o estado conseguir meios para que a energia elétrica de Paulo Afonso fosse transmitida até o Rio Grande do Norte. Para isso, foi organizada uma sociedade anônima para estudar a situação.

Café Filho também anunciou a liberação de verbas para a manutenção de diversos serviços federais, construção de obras públicas e auxílios assistenciais. Ademais, anunciou a instalação do V distrito do DNOCS no estado. O vice-presidente passou três semanas no Nordeste e conclamou as pazes com os derrotados, além de anunciar que entre ele e o governador havia se estabelecido um espírito de cordialidade e de paz.²⁴

AS PRESSÕES DE SANTANA DO MATOS

As primeiras notícias que foram publicadas sobre Santana do Matos, em 1951, informavam que a situação no município estava muito grave, em função da seca. O próprio prefeito, Aristófanes Fernandes, em telegrama ao governador, informou que havia no município vários pontos de deslocamentos em massa de pessoas atingidas pela estiagem. O prefeito alertava para as possibilidades de saques, dado o estado de desespero das pessoas.²⁵

Dias depois, o governador foi informado pelo Diretor do Departamento de Agricultura, João Pegado Cortez, e pelo deputado João Neto Guimarães de que não havia mais “flagelados” na cidade, pois estes haviam sido empregados nas minas da região.²⁶

Grande proprietário rural, o prefeito Aristófanes Fernandes havia recebido, em 1943, autorização do Senado Federal para pesquisar o minério scheelita em várias minas

²³ Ibid., loc cit.

²⁴ PIRÉS, José. A visita do vice-presidente e o ajuste de relógios. *Diário de Natal*, Natal, 30 de junho de 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=35048. Acesso em: 4 jun. 2023.

²⁵ UM APELO do município de Santana do Matos às autoridades federais. *Diário de Natal*, Natal, 2 maio 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Get%20Vargas%22&pagfis=34698. Acesso em: 4 jun. 2023.

²⁶ JÁ NÃO existe mais flagelados em Santana do Matos. *Diário de Natal*, Natal, 31 mar. 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Get%20Vargas%22&pagfis=34508. Acesso em: 4 jun. 2023.

próximas a Santana do Matos. Desde 1942, a exploração desse minério na região só crescia, o que acabou tornando o Rio Grande do Norte o maior explorador do produto, com destaque para a Mina Brejuí, na cidade de Currais Novos, pertencente ao desembargador Tomaz Salustino. Nessa mina, em 1943, foram empregados cerca de “4.000 homens, numa produção espantosa de minério-salvação.”²⁷ O processo de obtenção dos minérios, sobretudo scheelita e berilo, era feito de forma rudimentar. As fazendas não possuíam maquinário adequado, restando aos trabalhadores quebrarem as pedras com alavancas e realizarem a coleta com o auxílio de pás, carroças e caminhões. Também eram usadas batelas, uma espécie de

[...] grande funil, que uma vez cheio d’água, faz subir as demais pedras, permanecendo no fundo do recipiente, a scheelita, por ela ser mais pesada que o restante do material imprestável. Também as peneiras metálicas estão em uso para separação da argila que acompanha a pedra e ainda para fazer recolher logo as pedras maiores.²⁸

A exploração da mineração na região do Seridó e da Serra de Santana era feita por vários empresários que, em 1950, militavam em partidos políticos — sobretudo a UDN —, e eram adversários do governador eleito. A exemplo tem-se Dinarte Mariz, de Serra Negra e ex-prefeito de Caicó, Florêncio Luciano, ex-prefeito de Parelhas e João Medeiros, liderança política em Jardim do Seridó, que criaram a empresa Mineração Seridoense. Essas minas empregavam muitos trabalhadores em condições precárias.

A disputa política travada pelo prefeito de Santana do Matos com as autoridades estaduais e federais envolveu diversos telegramas, alguns enviados, inclusive, por outras autoridades municipais. Essa situação durou todo o primeiro semestre de 1951 e, em maio desse mesmo ano, as autoridades da cidade, entre elas o padre, o juiz, um deputado estadual, vereadores e comerciantes da cidade, enviaram telegramas ao presidente e vice-presidente da República, bem como ao ministro de viação e aos representantes políticos do estado. Todos solicitavam auxílio e apontavam a situação gravíssima em que se encontrava o município, com “[...] centenas de flagelados enche(ndo) as ruas exigindo em tom de ameaça o trabalho que possa assegurar a subsistência da família. O poder público municipal é impotente em tão desgraçada situação.”²⁹ Dias depois, o deputado estadual Neto Guimarães informou ao jornal que, a pedido do governador, a cidade havia iniciado diversos serviços, com o fim de assistir às pessoas atingidas pela seca.³⁰

A situação de Santana do Matos se agravou no final de junho de 1951, quando, mais uma vez, homens famintos se dirigiram ao centro da cidade, segundo versão dos adversários

27 GURGEL, Francisco das Chagas Neves. Quando as pedras se convertem em pão (contribuição para a História da scheelita) *A Ordem*. 24 de jul. 1943, p. 4 e 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&pesq=%22Scheelita%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=9427>. Acesso em: 4 jun. 2023.

28 Id. *Ibid.*

29 UM APELO, 1951, p. 6.

30 TELEGRAFA ao Diário o deputado Neto Guimarães. *Diário de Natal*, Natal, 2 maio 1951, p. 10. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=34744. Acesso em: 4 jun. 2023.

do prefeito, estimulados pelos próprios próceres. O objetivo seria forçar a liberação de verbas federais para o município.

Aristófanês Fernandes, em longa entrevista concedida ao *Diário de Natal*, negou ter incentivado ou mandado essas pessoas invadirem a cidade e fez longa digressão sobre a situação econômica do município, que perdeu receitas com os desmembramentos de São Rafael e de Ipanguaçu, em 1948. O prefeito afirmou que não recebia salário, dadas as condições precárias do município, tendo ele próprio pago as despesas das várias viagens realizadas para o Rio de Janeiro, a fim de obter recursos para o município. Disse ainda que nem mesmo as despesas dos telegramas emitidos lhe haviam sido ressarcidas.

Dessas viagens do prefeito resultaram recursos para a construção de 12 escolas rurais, dois grupos escolares rurais, um jardim de infância e um educandário. Além disso, Aristófanês Fernandes afirmou que havia firmado acordo com o governador para repasses de novos recursos federais e que se isso não ocorresse seria obrigado a demitir mil pessoas. Fato é que os recursos não chegaram e a dispensa foi feita, exatamente por isso não teria sido surpresa a invasão, não descartando a possibilidade de novas. Aristófanês Fernandes ainda aproveitou a entrevista para responder a um compadre de quem era padrinho dos filhos, dizendo que nunca usou a função pública para interesse particular. ao contrário do ex-amigo, que estava construindo um açude na propriedade do pai, empregando amigos e parentes, o que estaria causando revolta na população.³¹

Dias depois, a serviço do jornal *Diário de Natal*, o arguto repórter José Pires viajou para a cidade de Santana do Matos a fim de averiguar os acontecimentos daquela localidade. No momento da viagem, Natal sofria as consequências de uma forte chuva, que provocou enxurradas, destruiu uma ponte em Macaíba, dificultando o acesso ao interior do estado, e derrubou casas em bairros pobres.

Em longa reportagem publicada nos jornais *Diário de Natal* e *Tribuna do Norte*, Pires afirmou que as pessoas que participaram da ida ao centro da cidade de Santana do Matos eram residentes da comunidade de Curral Novo. Essas pessoas haviam ficado desempregadas após a interrupção, mais uma vez, da construção da estrada (financiada com recurso federal) que ligava a comunidade à cidade de Florânia e foram “em busca de alimentos e trabalho, empreendendo autêntica marcha de fome.”³² Como o prefeito não estava, as pessoas procuraram os responsáveis pelas obras da estrada. As sete da manhã eram cerca de 130, por volta de meio dia somente ainda permaneciam na cidade cerca de 80 pessoas,

31 INVADIDA por flagelados a cidade de Santana do Matos. *Diário de Natal*, Natal. 28 de jun. de 1951. p. 4 e 6. Disponível em: em https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35044. Acesso em: 4 jun. 2023.

32 PIRES, 1951, p. 1 e 6.

sendo muitas delas idosas, carregando sacos nas costas. Após um cidadão organizar uma arrecadação de dinheiro e de gêneros alimentícios para as pessoas, elas retornaram para o seu povoado.

Os depoimentos desses trabalhadores revelam tanto a condição de pobreza, agravada com a seca, quanto a exploração trabalhista que estava sendo feita por parte dos empreiteiros que ganhavam autorização do DNOCS para operar os contratos de trabalhos. Para Manuel Aureliano, participante da “marcha da fome”, os trabalhadores recebiam uma diária de 15 cruzeiros. Com a interrupção das obras de construção da estrada, tiveram de recorrer “[...] durante quatro semanas, ao xique-xique, que ali aflora abundante de entre as pedras, à margem da estrada.”³³

José Pires também ouviu reclamações de trabalhadores que afirmavam que o DNOCS contratou empreiteiros do Ceará e do Piauí e que mudaram o sistema de remuneração do serviço, passando a pagar por tarefa realizada. Assim, os aterros passaram a ser pagos por metro. Em função do terreno pedregoso e do sol escaldante, os trabalhadores não conseguiam mais obter a mesma remuneração. Por consequência, de cerca de dois mil e quinhentos homens, que trabalhavam na região, restaram somente cerca de seiscentos.

O deslocamento de trabalhadores não parava. Na mesma semana, cerca de 100 pessoas, incluindo crianças de nove e sete anos, foram encaminhadas para a cidade de Angicos, em caminhões fretados pelo governo, a fim de trabalharem nas obras de outra rodovia da região, dessa vez a que ligava a cidade de Angicos a Itaretama. Na comunidade de Curral Novo só restaram idosos, mulheres e crianças, já que outra leva de homens foi encaminhada para o trabalho nas minas de scheelita Magazão e Bonito.

O que a imprensa e os políticos locais chamavam de invasão era nada mais nada menos que a chegada de grupos de pessoas de outras localidades ao centro administrativo de Santana do Matos. Em função do trabalho agrícola, a cidade havia reduzido as pastagens, que se resumiam basicamente a algodão, milho e feijão. Ali viviam cerca de 19 mil pessoas, mas apenas duas mil na área urbana.³⁴

O repórter saiu da cidade moribunda e subiu para a parte da Serra de Santana, que pertencia ao município, apontando os contrastes, inclusive climáticos, e as potencialidades encontradas. A abertura de uma estrada no “alto da Cordilheira”, com 15 km de extensão, estava sendo feita com verbas federais. Como afirmou Pires, era um “[...] trabalho penoso em plena rocha, cortando o granito a peso de picareta, a falta de máquina.”³⁵ Projetada

33 PIRES, 1951, p. 1 e 6.

34 Ibid., loc cit.

35 Ibid., loc cit.

pelo sertanejo Pedro Julião Filho, a estrada “[...] abriu novos horizontes a uma comunidade montanhosa, que até agora tem vivido praticamente estanque nas alturas, comunicando-se a planície dificilmente descendo veredas íngremes em costas de animais.”³⁶ A temperatura no topo da serra chegava a 16° e a comunidade dedicava-se à plantação de frutas.

A reportagem de José Pires trouxe novos elementos para se pensar sobre a cidade de Santana do Matos. Até então, os destaques eram negativos e ligados aos efeitos da seca, mas, de repente, a cidade, apresentada como desolada, moribunda, abandonada pelo governo federal e sem nenhuma perspectiva de mudança, deu lugar a uma imagem cheia de obras, inclusive de infraestrutura. O prefeito resolveu então apresentar o município como a futura capital do sertão, publicando uma ampla peça publicitária com destaque do seu trabalho para o processo de modernização da cidade. Assim foi dito: “Dificilmente se poderá encontrar em toda a história do Rio Grande do Norte um município a receber maior soma de melhoramentos em tão curto espaço de tempo.”³⁷

A propaganda idealizada pelo prefeito mostrava os investimentos feitos na educação, com a construção de escolas, como também enfatizava o fomento agropecuário e o abastecimento de água. Tudo isso ocorreu a despeito da diminuição das rendas municipais após a emancipação política de Ipanguaçu e de São Rafael, em 1948. Ocorre que essa propaganda, mesmo ganhando um espaço significativo no jornal, perdeu importância para a tragédia que envolveu a morte do governador Dix-Sept Rosado e os seus auxiliares, com a queda do avião da LAP, no Rio do Sal, em Sergipe.

O caso de Santana do Matos exemplifica bem a rede de pressão que, nos momentos extremos de seca, se estabelecia sobre o governador e sobre o governo federal, sobretudo sobre o vice-presidente da República. Inúmeros telegramas e reclamações eram publicadas nos jornais, o que acabava por enredar também a população. Afinal, quando uma parcela da população reage, tenha sido incentivada ou não, as autoridades e lideranças políticas são pressionadas a apresentar ações, mesmo que paliativas.

Decerto, nesse contexto, as relações de trabalho estabelecidas para a construção das estradas que ligaram as cidades do Rio Grande do Norte ainda carecem de estudos e isso inclui a necessidade de identificar como as pessoas pobres, que não queriam migrar do seu município, foram submetidas a penosas condições de trabalho. O que importa, por ora, é que a ocupação da cidade auxiliava o não deslocamento desse contingente de trabalhadores.

³⁶ Ibid., loc cit.

³⁷ SANTANA do Matos será a futura capital do sertão. *Diário de Natal*, Natal, 13 jul. 1951, p. 6 e 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35138. Acesso em: 4 jun. 2023.

CONCLUSÃO

Em 1951, o processo migratório ficou evidente no Rio Grande do Norte e ganhou ares dramáticos, com diversas levas de pessoas saindo do estado, em “paus de arara”³⁸ ou em navios. Já em janeiro de 1951, o *Diário de Natal* informava sobre uma aglomeração no guichê da empresa Loid Brasileiro, que estava aguardando o Navio Pará, que chegaria no dia seguinte. Para essa viagem havia uma cota de 100 passagens partindo de Natal, sendo que, naquele momento, a demanda era de 500. “Esse era o panorama de todas as semanas, às vésperas das saídas de navios para o Sul. Tudo gente do interior, braços que deixam o nosso estado com destino às plantações de São Paulo e Minas ou às favelas do Rio de Janeiro.”³⁹

As condições das viagens também eram insalubres. De acordo com o periódico,

[...] os migrantes viajam nas piores condições possíveis, sem conforto e sem higiene, sendo muitos os que morrem ou adoecem pelo caminho. Ademais, não recebem orientação adequada para onde devem se dirigir, sendo comum a fila dos imigrantes, os “nordestinos” como são chamadas nas estações de ferro, procurando uma passagem qualquer, para uma cidade qualquer do interior, onde novos problemas se lhes depararam igualmente difíceis.⁴⁰

Esse processo era indesejado pelos fazendeiros, pois a perda de mão de obra barata atrapalhava a organização do trabalho, principalmente nas fazendas. O processo migratório também era reprovado pela grande imprensa paulista e carioca, pois a intensificação do fenômeno visivelmente já mostrava o crescimento de comunidades carentes de infraestrutura básica. A imprensa passou a publicar matérias desencorajando os nordestinos a migrarem e a não se deixarem enganar por gente inescrupulosa. Em matéria publicada originalmente pela Agência Meridional do Rio de Janeiro e replicada pelo *Diário de Natal*, lê-se que

[...] diariamente, vem se observando no Rio, a chegada de verdadeiro gado humano, Homens, mulheres e crianças lotando caminhões, no meio da maior promiscuidade, poia a viagem só oferece desconforto e insegurança, chegam as grandes cidades do Sul, onde ficam ao léu, entregues à própria sorte, em condições muitos piores que aqueles que ficam em suas terras, mesmo sem serem olhados pelos governos.⁴¹

Enquanto uma parcela da população migrava, as disputas públicas travadas entre os políticos em busca de mais recursos e liberação de verbas para os municípios se acentuava, causando diversos desentendimentos. Os poucos mais de cinco meses de gestão de Dix-Sept Rosado foram imensamente conturbados e disputados, sobretudo em relação às ações voltadas para os efeitos da seca no estado. O trágico acidente no Rio do Sal, em

38 Adaptação de caminhões para o transporte de pessoas.

39 TRABALHADORES deixam o estado. *Diário de Natal*, Natal, 29 jan. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%c3%a9%20Filho%22&pagfis=34162. Acesso em: 4 jun. 2023.

40 AINDA o prejudicial êxodo de nordestino para o Sul. *Diário de Natal*, Natal, 31 mar. 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%c3%a9%20Filho%22&pagfis=34508. Acesso em: 4 jun. 2023.

41 Apelo aos nordestinos: Não se deixem iludir por indivíduos inescrupulosos e exploradores de flagelados. *Diário de Natal*, Natal, 13 de abril de 1951, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%c3%a9%20Filho%22&pagfis=34587. Acesso em: 4 jun. 2023.

Sergipe, causou uma imensa consternação no espaço público potiguar e sustou bruscamente as esperanças, por melhores dias, que uma parcela da população, havia depositado junto com o seu voto nas urnas. A enlutada família Rosado continuou a ocupar o espaço público, com a eleição de outros membros da família, e passou a mobilizar as memórias políticas de Dix-Sept Rosado, O governo estadual foi assumido por Silvio Pedroza e a Aliança Democrática não demorou para ser desfeita, com o rompimento entre o novo governador e o vice-presidente Café Filho.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Falas da astúcia e de angústia:** a seca no imaginário nordestino, de problema à solução (1877-1922). Campinas, 1988.

A PERSPECTIVA da seca inquieta todas as classes sociais. **Diário de Natal**, Natal, 1 mar. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Seca%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34328. Acesso em: 4 jun. 2023.

AINDA o prejudicial êxodo de nordestino para o Sul. **Diário de Natal**, Natal, 31 mar. 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%3%A9%20Filho%22&pagfis=34587. Acesso em: 4 jun. 2023.

ATENTO o governo federal ao grave problema da seca no Nordeste. **Diário de Natal**, Natal, 13 mar. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%3%A9%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34404/. Acesso em: 4 jun. 2023.

BONATO, Tiago. “A cada passo se esperava a morte”: o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa colonial. **Métis: história e cultura**. Caxias do Sul/RS. V. 17. n. 33, p. 343-353. 2018. Disponível em: <https://sistema.funarte.gov.br/tainacan/periodicos/a-cada-passo-se-esperava-a-morte-o-fenomeno-da-seca-no-sertao-da-america-portuguesa-colonial/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

CAPITULARAM Dix-Sept Rosado e PSD perante Café Filho. **Tribuna do Norte**, Natal. 6 maio 1951. p. 1.

DIRIGEM ao sr. Café Filho diversos prefeitos do nosso estado. **Diário de Natal**, Natal, 26 maio 1951, p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=Caf%3%A9%20Filho&pagfis=34840. Acesso em: 12 jun. 2023.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na lida contra a fome e a degradação nas obras públicas em tempos de secas (Ceará, anos 1950). Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2016.

GOMES, Ângela de Castro; HAUSEN, Patrícia Santos (org.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

GRANDE consternação no Estado com o desaparecimento de Mário Negócio. **Diário de Natal**, Natal, 31 março. 1951, p 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%c3%a9%20Filho%22&pagfis=34505/. Acesso em: 4 jun. 2023.

GURGEL, Francisco das Chagas Neves. Quando as pedras se convertem em pão (contribuição para a História da scheelita). **A Ordem**, 24 de jul. 1943, p. 4 e 2. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=764051&pesq=%22Scheelita%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=9427>. Acesso em: 4 jun. 2023.

INICIA o estado um novo período administrativo. **Diário de Natal**, Natal, 31 de janeiro de 1951, p. 1. Disponível em: INICIA o estado um novo período administrativo. **Diário de Natal**, Natal, 31 jan.1951, p. 1. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%C3%A9%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=34169. Acesso em: 4 jun. 2023.

INVADIDA por flagelados a cidade de Santana do Matos. **Diário de Natal**, Natal. 28 de jun. de 1951. p. 4 e 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35044. Acesso em: 4 jun. 2023.

JÁ escolhidos os locais das sessões da Reunião Algodoeira do Nordeste. **Diário de Natal**, Natal, 30 março. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%c3%a9%20Filho%22&pagfis=34504/. Acesso em: 4 jun. 2023.

JÁ NÃO existe mais flagelados em Santana do Matos. **Diário de Natal**, Natal, 31 mar. 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Get%c3%balio%20Vargas%22&pagfis=34508. Acesso em: 4 jun. 2023.

LIMA, Jailma Maria de. **“Taquei Detefon nos brutos”**: O Rio Grande do Norte em campanha política (1945-1955). Campina Grande: EDUFCG, 2017.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar de. **A seca no Nordeste: um falso problema**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

NEVES, Frederico de castro. Getúlio e a seca: políticas emergenciais na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v. 21, nº 40, p. 107-131. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/5GNSQTXnMM7kTM3rr8B4TrM/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

NOVO apelo do governador ao presidente Getúlio Vargas. **Diário de Natal**, Natal, 30 março. 1951, p 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35044. Acesso em: 4 jun. 2023.

PIRES, José. A visita do vice-presidente e o ajuste de relógios. **Diário de Natal**, Natal, 30 de junho de 1951, p. 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22Caf%C3%A9%20Filho%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=35048. Acesso em: 4 jun. 2023.

RECEBIDO entusiasticamente, nesta capital, pelo povo, o vice-presidente Café Filho. **Jornal de Natal**, Natal, p. 1, 21 dez. 1950.

SANTANA do Matos será a futura capital do sertão. **Diário de Natal**, Natal, 13 jul. 1951, p. 6 e 4. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=35138. Acesso em: 4 jun. 2023.

TELEGRAFA ao Diário o deputado Neto Guimarães. **Diário de Natal**, Natal, 2 maio 1951, p. 10. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&pesq=%22neto%20guimar%C3%A3es%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.br&pagfis=34744. Acesso em: 4 jun. 2023.

TRABALHADORES deixam o estado. **Diário de Natal**, Natal, 29 jan. 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Caf%C3%A9%20Filho%22&pagfis=34162. Acesso em: 4 jun. 2023.

UM APELO do município de Santana do Matos às autoridades federais. **Diário de Natal**, Natal, 2 maio 1951, p. 6. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028711_01&Pesq=%22Get%c3%balio%20Vargas%22&pagfis=34698. Acesso em: 4 jun. 2023.

ÍNDICE REMISSIVO

- A
- Agrônomo 11, 103
- Aliança democrática 89, 99, 103
- Almeida, José Américo 103
- B
- Barragem 7, 49, 58, 69, 70, 75, 81, 82, 83, 103
- Barros, José Júlio de Albuquerque 103
- C
- Café Filho, João 103
- Caixa especial de obras de irrigação 18, 103
- Caridade 11
- Caridade 11, 103
- Carneiro, Bernardo Piquet 103
- Cavalcante, Caetano Estelita 103
- Cedro 14, 103
- Clube de Engenharia (CE) 103
- Comissão científica de exploração 10, 103
- Comissão de açudes e irrigação 16, 103
- Conhecimento 2
- Construção 35
- Correia, Sampaio 103
- Cortez, João Pegado 103
- Crandall 29, 30, 31, 32, 33, 35, 74, 103
- Cultura 5, 9, 22, 23, 36, 38, 71, 78, 84, 87, 99, 111
- Cunha, Ernesto Antônio Lassance 103
- D
- Departamento de agricultura 93, 103
- Departamento nacional de obras contra as secas (DNOCS) 61, 70, 90, 103
- Derby, Orville 103
- Desenvolvimento 61, 66, 67, 72, 74, 79, 81, 103, 104, 105
- Direitos 4
- Du Pin, Miguel Calmon 103
- Duque, José Guimarães 103
- E
- Ecologia 7, 60, 61, 66, 68, 103
- Engenharia das secas 103
- Escola de Minas de Ouro Velho 103
- Escola pluvífera 34, 103
- Estrada de ferro de Baturité 9, 14, 15, 21, 22, 23, 24, 48, 103
- Estrada de ferro de Sobral 9, 14, 21, 24, 103
- F
- Federal 9, 18, 22, 24, 26, 28, 33, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 68, 70, 74, 75, 79, 82, 90, 91, 93, 99
- Fernandes, Aristóteles 103
- Fernandes, Henrique Couto 103
- Ferrovias 9, 12, 103
- Figueiredo, João Batista 103
- Flagelado 103
- G
- Gargalheira 48, 50, 103
- Gonçalves, Armando Ribeiro 103
- Grupo de trabalho para o desenvolvimento do nordeste (GTDN) 74, 104
- Guerra, Felipe 104
- Guimarães, João Neto 104
- I
- Inspetoria de obras contra as secas (IOCS) 61, 74, 104
- Inspetoria federal de obras contra as secas (IFOCs) 46, 58, 61, 104
- Instituto José Augusto Trindade 65, 68, 104
- Instituto Politécnico Brasileiro (IPB) 104
- Instituto Politécnico do Rio de Janeiro 10, 104
- L
- Lamartine, Juvenal 104
- Lavoura xerófila 64, 104
- Linhas férreas 104
- Lisboa, Miguel Arrojado 104
- M
- Macedo, Manuel Buarque 104
- Maia, Jerônimo Dix-sept Rosado 104
- Maia, José Agripino 104
- Melo, Manoel Rodrigues de 104
- Migração 7, 86, 104
- Ministério da Agricultura e da Fazenda 91, 104
- Ministério de Viação e Obras Públicas 39, 51, 52, 59,

- 104
- Mossoró 104
- N
- Natal 26, 28, 33, 34, 39, 43, 49, 54, 57, 58, 71, 72, 78, 79, 80, 85, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 101
- Negócio, mário 104
- Nordeste 7, 9, 17, 24, 26, 27, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 78, 81, 82, 84, 85, 87, 88, 90, 91, 93, 99, 100, 102, 104, 105
- Norte 9, 10, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 67, 70, 71, 72, 74, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100
- O
- Obras 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 27, 28, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 56, 58, 59, 62, 66, 67, 75, 77, 80, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 99
- Orós 18, 70, 104
- P
- Patu 18, 104
- Pedras brancas 18, 104
- Pedroza, sílvio 104
- Pessoas, epitácio 104
- Piranhas-açu 70, 72, 74, 76, 78, 84, 104
- Polígono das secas 75, 104
- Política 7, 76, 86, 104
- Projeto baixo açu 7, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 80, 83, 104
- Projeto oiticica 7, 69, 75, 76, 78, 104
- Província do ceará 10, 104
- Províncias do norte 104
- Q
- Qualidade 2
- Quixeramobim 18, 32, 104
- R
- Rebouças, andré pinto 104
- Região 9, 18, 19, 21, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 49, 51, 55, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 76, 80, 81, 82, 87, 90, 93, 94, 96
- Reis, aarão 104
- Retirantes 105
- Ribeiro, delfim moreira da costa 105
- Rio 9, 10, 11, 14, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100
- Rio grande do norte 7, 9, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 36, 38, 39, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 70, 71, 74, 78, 79, 82, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 98, 100, 105, 106, 107, 108, 109
- Rondon, cândido mariano da silva 105
- S
- Sá, francisco 105
- Santana do matos 40, 79, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 105
- Seca 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 35, 36, 37, 40, 43, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 62, 64, 65, 66, 67, 73, 79, 82, 87, 88, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99, 100
- Seca 7, 32, 35, 36, 44, 65, 66, 86, 105, 107
- Secas 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 28, 30, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 61, 62, 66, 67, 68, 72, 74, 75, 81, 82, 87, 90, 92, 99
- Sertanejos 105
- Sertão 105, 107
- Vargas, get 105

ORGANIZADORES

Juciene Batista Félix Andrade

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2002). Especialista em Patrimônio Cultural e Turismo (2005) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestre em História e Espaços (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). Pós-doutorado pela UFCG (2020). Atualmente é professora Adjunta 3 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de História, atuando principalmente nas seguintes áreas: História dos Sertões e Instituições, História e Doenças, História Urbana, História do Brasil, História e Ensino de História. Sensibilidades e Educação. Atua na Graduação em História /Ceres/UFRN e no Mestrado em História dos Sertões na linha de pesquisa Cultura Material, Sociedade e Poder nos Sertões. Membro permanente do Grupo de Pesquisa História dos Sertões/UFRN.

Paula Rejane Fernandes

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2005) e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2009). Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). É docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHC-CERES-UFRN). Realizou Estágio Pós-doutoral (2022-2023) junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGATS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). É integrante do grupo de pesquisa História dos Sertões (UFRN/CNPq). Tem interesse pelos temas: intelectuais e escrita de si, intelectuais e projetos de modernidade para os sertões; biografias e trajetórias de intelectuais.

AUTORES

Tyrone Apollo Pontes Cândido

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Ceará (1999), mestrado (2002) e doutorado (2014) em História Social pela mesma universidade. Desde 2007 é professor da Universidade Estadual do Ceará, na Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central - FECLESC, em Quixadá, onde faz parte do colegiado do Mestrado Interdisciplinar de História e Letras (MIHL). É professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social do Trabalho, discutindo principalmente os seguintes temas: retirantes, secas, obras de socorros públicos, cultura operária, violência, justiça popular, revoltas sociais e classes subalternas. Na FECLESC-UECE coordena o Grupo de Estudo “História dos Sertões: Trabalho, Cultura e Sociedade” e ministra disciplinas na área de Teoria e Metodologia da História. No Departamento de História da UFC participa como vice-líder e pesquisador do Grupo de Pesquisa “Seca, Cultura e Movimentos Sociais”. Bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica - BPI pela FUNCAP. Fez estágio pós-doutoral junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp (2019-2020).

Yuri Simonini

Possui Graduação em História (2006), Mestrado em Arquitetura e Urbanismo - com ênfase em História da Cidade e do Urbanismo - (2010), ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - e Doutorado em História (2017) pela Universidade Federal de Minas Gerais. Durante o período de 2006 a 2008 atuou como bolsista de Apoio Técnico do CNPq, na função de historiador, do Grupo de Pesquisa Estudos do Habitat, vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFRN. Membro do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo - HCUrb -, do Departamento de Arquitetura da UFRN e ao Centro de Estudos dos Animais - CEA - do Departamento de História da UFMG. Professor substituto do Departamento de História da UFRN entre 2017-2018 e da Escola Agrícola de Jundiá (UFRN), entre 2021-2023. Atualmente, é professor efetivo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNI-RN e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História CERES/UFRN. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: história ambiental urbana, estudos dos animais, história da arquitetura e do urbanismo, história da tecnologia e intervenções públicas.

Avohanne Isabelle Costa de Araújo

Graduada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013) e Mestrado em História (2015), pela mesma instituição de ensino. Foi bolsista do Programa Luso-brasileiro Santander Universidades, com intercâmbio de um semestre pela Universidade do Porto - Portugal (2010) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) durante o mestrado (2013-2015) e doutorado (2017-2021). Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (2022). Foi professora nas seguintes instituições de ensino: Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2016); Departamento de História da Universidade Federal do Maranhão (2022) e Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer do Rio Grande do Norte - SEEC/RN, atuando nas seguintes Escolas Estaduais: Senador Dinarte Mariz e Zuza Januário, localizadas no município de Caicó - RN (2023). Atualmente, é professora pelo Departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN. Publicou o livro *Curar, fiscalizar e sanear: as ações médico-sanitárias no espaço público da Cidade do Natal (1850-1889)*, fruto das pesquisas que desenvolveu no mestrado. Tem interesse nos seguintes temas: História das doenças e da saúde e História da alimentação.

Paula Rejane Fernandes

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2005) e mestrado em História pela Universidade Federal de Campina Grande (2009). Doutora em História pela Universidade Federal do Espírito Santo (2014). É docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHC-CERES-UFRN). Realizou Estágio Pós-doutoral (2022-2023) junto ao Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade (PPGATS) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). É integrante do grupo de pesquisa História dos Sertões (UFRN/CNPq). Tem interesse pelos temas: intelectuais e escrita de si, intelectuais e projetos de modernidade para os sertões; biografias e trajetórias de intelectuais.

Francisco Leandro Duarte Pinheiro

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2009), especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social (UFRN, 2017) e mestrado em História e Espaço (UFRN, 2018). Atualmente é prof. de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, no campus Nova Cruz/RN, e doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da UFRN,

atuando principalmente nos seguintes temas: história e espaço, história social das secas, cidades e modernidade.

Jailma Maria de Lima

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1996), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2001) e doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2010). Realizou estágio de pós-doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente, é professora associada da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, atuando na Licenciatura e Bacharelado do curso de História e como professora permanente no Mestrado Acadêmico em História dos Sertões. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: história do Brasil República, política e imprensa; campanhas eleitorais; política e educação popular.

NORDESTE E SERTÕES: INSTITUIÇÕES, POLÍTICA, AGENTES E TRABALHADORES

Em novembro de 2019, fomos à sede do DNOCS, em Fortaleza - CE, com a finalidade de visitarmos sua Biblioteca Zenaide Sá Carneiro da Cunha para realizarmos pesquisas em seu rico acervo composto por livros, mapas, relatórios, boletins do IFOCS, fotografias. Nossos interesses de pesquisa sobre história das secas, sertões, doenças, instituições, modernização, técnica, engenheiros e intelectuais nos conduziram a aquele espaço de pesquisa, por sua vez, nossas pesquisas nos conduziram a encontros com outros pesquisadores e outras pesquisadoras que investigam temáticas que dialogam com as nossas.

RFB Editora
CNPJ: 39.242.488/0001-07
91985661194
www.rfbeditora.com
adm@rfbeditora.com
Tv. Quintino Bocaiúva, 2301, Sala 713, Batista Campos,
Belém - PA, CEP: 66045-315

